



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO

**GUIAS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE TURISMO ACESSÍVEL: reflexões a partir
de problemas sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade**

Maceió/AL
2021

CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO

GUIAS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE TURISMO ACESSÍVEL: reflexões a partir de problemas sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Cardoso Moraes

Maceió/AL
2021



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

L732g

Lima Fialho, Claudia Suzana Correia.

Guias didáticos para o ensino de turismo acessível: reflexões a partir de problemas sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade / Claudia Suzana Correia Lima Fialho. – 2021.

244 f. : il.

1 CD-ROM: il.

Orientação: Prof. Dr. Eduardo Cardoso Moraes.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)
Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

1. Inclusão. 2. Direitos Humanos. 3. Metodologia Ativa. 4. Produto Educacional.

I. Título.

CDD:370

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado

CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE(A) EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No dia 17 de dezembro de 2020, às 14h, via *Google Meet*, ocorreu a defesa pública de dissertação do(a) mestrando(a) Claudia Suzana Correia Lima Fialho, intitulada “**Guias didáticos para o ensino de turismo acessível: reflexões a partir de problemas sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade**”. Reuniram-se os membros da Banca Examinadora, composta pelos(as) professores(as): Dr. Eduardo Cardoso Moraes (presidente e orientador(a)), Dr. Nelson Vieira da Silva (ProfEPT/IFAL) e Dra. Adriana Cavalcanti dos Santos (UFAL), a fim de arguirm o(a) mestrando(a). Aberta a sessão pelo(a) presidente da banca, coube ao(ã) candidato(a), na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo o(a) mestrando(a) em seguida, questionado(a) pelos membros da Banca Examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram a dissertação:

(X) Aprovada.

() Não aprovada.

Observações/Recomendações:

A aluna cumpriu todas as exigências da banca e encontra-se aprovada.

Banca Examinadora:

Eduardo Cardoso Moraes

Prof. Dr. Eduardo Cardoso Moraes (presidente e orientador(a))

Adriana Cavalcanti dos Santos

Profa. Dra. Adriana Cavalcanti dos Santos (UFAL) - Membro Externo

Nelson Vieira da Silva

Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva (ProfEPT/IFAL) - Membro Interno

Candidato:

Claudia Suzana B. Lima Fialho

Aluno(a): Claudia Suzana Correia Lima Fialho

Maceió-AL, 17 de dezembro de 2020.

Instituto Federal de Alagoas - IFAL - Campus Avançado Benedito Bentes
Av. Benedito Bentes, S/N - Conj. Benedito Bentes II
CEP.: 57.084-649 - Maceió - AL
E-mail: profept@ifal.edu.br



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL

No dia 17 de dezembro de 2020, às 14h, via *Google Meet*, ocorreu a defesa pública dos Produtos Educacionais do(a) mestrando(a) **Claudia Suzana Correia Lima Fialho**, intitulados “**Guia de Estudos de Turismo Acessível**” e “**Turismo Acessível: guia de orientações para professores**”. Reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos(as) professores(as): Dr. Eduardo Cardoso Moraes (presidente e orientador(a)), Dr. Nelson Vieira da Silva (ProfEPT/IFAL) e Dra. Adriana Cavalcanti dos Santos (UFAL), a fim de argüirem o(a) mestrando(a). Aberta a sessão pelo(a) presidente da banca, coube ao(à) candidato(a), na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo o(a) mestrando(a) em seguida, questionado(a) pelos membros da Banca Examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram os Produtos Educacionais:

(X) Validado.

() Não validado.

Observações/Recomendações:

Banca Examinadora:

Eduardo Cardoso Moraes

Prof. Dr. Eduardo Cardoso Moraes (presidente e orientador(a))

Adriana Cavalcanti dos Santos

Profa. Dra. Adriana Cavalcanti dos Santos (UFAL) - Membro Externo

Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva (ProfEPT/IFAL) - Membro Interno

Candidato:

Claudia Suzana B. Lima Fialho

Aluno(a): Claudia Suzana Correia Lima Fialho

Maceió-AL, 17 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por este momento e por ser meu sustento nessa caminhada solitária, ao Espírito Santo por me inspirar a escrever todas as ideias contidas nessa dissertação e Nossa Senhora por sua intercessão nos momentos em que com lágrimas nos olhos já não tinha mais forças para continuar, e seu amor cuidadoso me levava ao colo de Jesus Cristo o qual renovava minhas forças e me permitiu concluir esse sonho.

Ao meu esposo, que acompanhou diariamente cada sorriso de alegria, cada lágrima de cansaço e desânimo com a longa caminhada, meu maior incentivador, aquele que se reinventou e tudo fez para me dar condições de me dedicar o máximo possível ao meu mestrado, pela paciência dedicada, mas que também me exigia luta quando eu queria desistir, te amo muito, meu José, presente de Deus em minha vida.

Aos meus pais, pelas orações, por todas as renúncias e sacrifícios feitos ao longo de suas vidas para que hoje João e eu pudéssemos ostentar o título de mestre, amo-os infinitamente. Aos meus irmãos, pelo incentivo e amor dedicado, aos meus afilhados, sogra e amigos que tanto sentiram minha ausência, mas que compreenderam que era necessária.

Aos meus colegas de turma, cada um, de forma singular, tocou meu coração, se fizeram presentes e me ajudaram a chegar até aqui, em especial ao companheirismo de Bruno, Anne Delly e Jefferson. Ao meu orientador, pelas contribuições, pelas cobranças e também por entender os altos e baixos pelo qual passei durante a pesquisa. Aos professores do programa, inclusive dos componentes EAD, cada um contribuiu para o resultado dessa pesquisa e aos professores da banca de defesa, professora Adriana pelo carinho em cada elogio e em cada correção e professor Nelson por tanto contribuir para a melhoria dessa dissertação, e ter sido instrumento escolhido por Deus para me apresentar esse tema pelo qual me apaixonei e quero continuar estudando. Aos estudantes participantes desta pesquisa pela acolhida em sala de aula, pela generosidade e pelos desafios lançados durante a aplicação do produto educacional.

Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de trabalho: Carlos André, Eline, Ana Mércia e Thaís. Obrigada por compreender a minha necessidade de me dedicar ao mestrado e pela paciência comigo. Também não posso esquecer a programação da rádio Imaculada e da rádio Amália que diariamente me faziam companhia enquanto escrevia e minimizaram a solidão da pesquisa. E agradeço ao trabalho incrível da minha psicoterapeuta.

Às pessoas com deficiência, este trabalho é uma pequenina contribuição na luta para que em um futuro próximo, a acessibilidade esteja efetivamente ao alcance de todos nós.

RESUMO

Esta pesquisa trata do ensino do turismo acessível, a partir da legislação referente às pessoas com deficiência, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, apoiada na metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e nos preceitos da pesquisa-ação. A pesquisa intenciona promover espaços de reflexão sobre o tema e, para tanto, desenvolveu dois produtos educacionais: o “Guia de Estudos de Turismo Acessível” e “Turismo Acessível: guia de orientações para professores” com o objetivo de auxiliar discentes e docentes no processo de ensino-aprendizagem. Na investigação, optou-se por uma abordagem quali-quantitativa, utilizando a pesquisa documental e questionários para o diagnóstico inicial do perfil dos participantes, sendo eles alunos da disciplina de Legislação Aplicada ao Turismo, do terceiro ano do curso técnico de nível médio integrado em guia de turismo do IFAL, Campus Marechal Deodoro. Para a avaliação final do produto educacional, foram utilizados: o questionário, a observação e colaboração coletiva, além de questionários para o reconhecimento das condições de acessibilidade nos hotéis e museus de Maceió e Marechal Deodoro. Os resultados indicam que a maioria dos estudantes não conhecia o tema, mas possuíam interesse em estudá-lo; que a metodologia adotada facilitou a aprendizagem e que o produto educacional ajudou os alunos a refletirem sobre o tema proposto. Evidenciam também que hotéis e museus ainda precisam empreender esforços para serem acessíveis, havendo, portanto, espaço e relevância para a aplicação do produto educacional, que contribuirá para a formação adequada dos futuros profissionais e de cidadãos sensíveis ao desafio de implementar a acessibilidade para todos.

Palavras-chave: Inclusão. Direitos Humanos. Metodologia Ativa. Produto Educacional.

ABSTRACT

This research deals with the teaching of accessible tourism, based on legislation related to people with disabilities, within the scope of Professional and Technological Education, supported by the Problem Based Learning (PBL) methodology and the precepts of action research. The research intends to promote spaces for reflection on the theme and, for that, it has developed two educational products: “Guia de Estudos de Turismo Acessível” (Accessible Tourism Studies Guide) and Turismo Acessível: guia de orientações para professores” (Accessible Tourism: guidance for teachers) in order to assist students and teachers in the process teaching-learning. In the investigation, we opted for a qualitative and quantitative approach, using documentary research and questionnaires for the initial diagnosis of the profile of the participants, being students of the discipline Legislation Applied in Tourism, of the third year of the high school technical course integrated in tourism guide of the Federal Institute of Alagoas (IFAL), Campus Marechal Deodoro. For the final evaluation of the educational product, the following were used: the questionnaire, observation and collective collaboration, in addition to questionnaires for the recognition of accessibility conditions in hotels and museums in Maceió and Marechal Deodoro. The results indicate that most students did not know the topic, but were interested in studying it; that the adopted methodology facilitated learning and that the educational product helped students to reflect on the proposed theme. They also show that hotels and museums still need to make efforts to be accessible; therefore, there is space and relevance for the application of the educational product, which will contribute to the adequate training of future professionals and citizens sensitive to the challenge of implementing accessibility for all.

Keywords: Inclusion. Human rights. Active Methodology. Educational Product.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1- Categorias de deficiências	22
Quadro 2 - Classificação das barreiras, de acordo com a Lei nº 13.146/2015	23
Quadro 3 - Princípios do desenho universal	25
Quadro 4 – Categorias de análise	68
Quadro 5 – Respostas para análise da categoria 1 - conceitual	70
Quadro 6 – Respostas para análise da categoria 1 - procedimental	73
Quadro 7 – Respostas para análise da categoria 1 - atitudinal	75
Quadro 8 – Respostas para análise da categoria 1 – diferencial da metodologia	78
Quadro 9 – Respostas para análise da categoria 2	80
Quadro 10 – Respostas para análise da categoria 3	84

FIGURAS

Figura 1 - Imagem provocadora	56
Figura 2 - Slide de exposição da notícia.....	56
Figura 3 – Slide de exposição das etapas 1 a 5 da ABP	56
Figura 4 – Alunos durante a apresentação dos grupos tutoriais. Turma 1 e 2.	58

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos sujeitos da pesquisa. Turma 1	60
Gráfico 2 - Perfil dos Sujeitos da Pesquisa. Turma 2.....	60
Gráfico 3 – “Acessibilidade da cidade de residência” Turma 1 e 2	63
Gráfico 4 – Desempenho quantitativo nas questões conceituais. Turma 1 e 2.....	73
Gráfico 5- “Classificação e número total de quartos dos empreendimentos hoteleiros”	90
Gráfico 6 - “Tempo de funcionamento dos empreendimentos hoteleiros/espços culturais (em anos)”	91
Gráfico 7 – “Frequência de atendimento de clientes com algum grau de limitação” e “Percepção acerca do investimento efetuado na acessibilidade e do retorno financeiro”	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conhecimento sobre o tema turismo acessível	61
Tabela 2 – Proximidade com pessoas com deficiência.....	61
Tabela 3 - “Tipos de Deficiência” Turma 1 e 2	62
Tabela 4 – “ <i>Cidade de residência</i> ” Turma 1 e 2.....	63
Tabela 5 – “ <i>Dificuldade de acessibilidade pelas pessoas com deficiência</i> ” Turma 1 e 2	64
Tabela 6 – <i>Conhecimento da legislação sobre pessoas com deficiência</i>	65
Tabela 7 - “ <i>Ações que facilitam o acesso do turista com deficiência</i> ” Turmas 1 e 2.....	66
Tabela 8 – Sugestões de melhoria. Turmas 1 e 2.....	82
Tabela 9 – “ <i>Acessibilidade para clientes/visitantes com limitação/deficiência</i> ”	92
Tabela 10 – “ <i>Facilidades para clientes/visitantes com deficiência e mobilidade reduzida</i> ” ..	93
Tabela 11 – “ <i>Pisos e desníveis acessíveis por rampas, elevadores ou plataformas elevatórias</i> ”	94
Tabela 12 – “ <i>Facilidades para clientes/visitantes com deficiência visual/baixa visão</i> ”	94
Tabela 13 – “ <i>Ingresso e permanência de cão-guia nas áreas e serviços dos estabelecimentos</i> ”	96
Tabela 14 - “ <i>Facilidades para clientes/visitantes com deficiência auditiva</i> ”	96
Tabela 15 - “Facilidades disponíveis em relação a informações e atendimento”	97
Tabela 16 - “ <i>Prática de estratégia para captação deste segmento de clientes/visitantes</i> ”	99
Tabela 17 – “ <i>Facilidade de atendimento de clientes/visitantes com deficiência</i> ”	101
Tabela 18 – “ <i>Necessidade de colaboradores com formação específica em turismo acessível</i> ”	101
Tabela 19 – “ <i>Visão do empreendimento hoteleiro sobre o mercado de turismo acessível</i> ” ..	103
Tabela 20 – “ <i>Certificação/selo como indicador das condições de acessibilidade e boas práticas inclusivas</i> ”	104
Tabela 21 – “ <i>Importância de captação de clientes/visitantes com deficiência</i> ”	105
Tabela 22 – “ <i>Percepção sobre a acessibilidade de Maceió e Marechal Deodoro</i> ”	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABP – Aprendizagem Baseada em Problemas
- ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
- CF – Constituição Federal
- CIDID - Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
- CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
- CDPD – Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- EJA – Educação Jovens e Adultos
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICIDH - International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps
- IFAL – Instituto Federal de Alagoas
- IN – Instrução Normativa
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- NBR – Norma Brasileira
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- OMT – Organização Mundial de Turismo
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PE – Produto educacional
- PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- SBCLASS – Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- TALE – Termo de assentimento livre esclarecido
- TCLE – Termo de consentimento livre e esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos.....	14
1.1.1 Objetivo geral	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Aproximações entre a Educação profissional e tecnológica, o turismo acessível e o ensino jurídico	15
2.1.1 Turismo acessível	19
2.1.2 Ensino jurídico nos cursos de turismo e hospitalidade.....	28
2.2 Aprendizagem significativa	36
2.3 Aprendizagem baseada em problemas.....	39
<i>Papel do aluno e do professor na ABP</i>	40
3 METODOLOGIA	43
3.1 Caracterização da pesquisa.....	43
3.2 Critérios de inclusão e exclusão, lócus e sujeitos da pesquisa	44
3.3 Percurso Metodológico.....	44
3.4 Instrumentos de coleta de dados	46
4 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL	48
4.1 Planejamento dos produtos educacionais	49
4.2 Aplicação do guia de estudos.....	54
4.3 Avaliação do produto	60
4.3.1 Análise dos dados coletados na avaliação inicial	60
4.3.2 Análise dos dados coletados na avaliação final	67
4.3.3 Categorias de Análise	68
4.3.4 Aperfeiçoamento nos produtos educacionais	86
5 RESULTADO E DISCUSSÕES DOS DADOS QUANTITATIVOS	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A: Produtos educacionais.....	121
APÊNDICE B: Questionário para os estudantes participantes da proposta de ensino de turismo acessível - avaliação inicial	223

APÊNDICE C: Questionário para os estudantes participantes da proposta de ensino de turismo acessível - avaliação final.....	224
APÊNDICE D: Questionário sobre o produto educacional turismo acessível: guia de orientações para professores.....	228
APÊNDICE E: Questionário sobre acessibilidade dos empreendimentos hoteleiros de Maceió e Marechal Deodoro	230
APÊNDICE F: Questionário sobre acessibilidade dos espaços culturais de Maceió e Marechal Deodoro	239
APÊNDICE G: Parecer consubstanciado da plataforma Brasil	247

1 INTRODUÇÃO

Segundo uma notícia publicada no site do jornal Mundo Lusíada, citando a Organização Mundial de Turismo (OMT), apesar de o turismo registrar um crescimento mundial de 4% em 2019, 6% em 2018 e 7% em 2017, consolidando dez anos consecutivos de expansão, nem todas as pessoas possuem igualdade nas condições de acesso (TURISMO, 2020).

A própria OMT afirma, no documento *Recomendaciones de la OMT por un Turismo Accesible para Todos* (no original, *Recomendações da OMT por um turismo acessível para todos*), de 2013, que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo, obesos) não conseguem usufruir do turismo de forma igualitária devido às dificuldades encontradas nos ambientes, nos sistemas de transportes e nos serviços ofertados. A relevância do tema é perceptível quando se verifica a quantidade de pessoas com deficiência e idosos no Brasil. De acordo com o Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 45.606.048 habitantes se declararam pessoas com deficiência, o equivalente a aproximadamente 23,9% da população brasileira.

Considerando a base empírica da pesquisa como as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, tendo em vista o desrespeito do seu direito à acessibilidade, além do imperativo legal disposto no artigo 28, inciso XIV, da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), a qual incumbe ao poder público a inserção de temas referentes às pessoas com deficiência nos diversos campos do saber em cursos de educação profissional técnica e tecnológica e de nível superior, questionou-se o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) promove espaços de reflexão sobre o turismo acessível e a legislação referente às pessoas com deficiência nos seus cursos de turismo e hospitalidade, se a utilização de guias didáticos nesses cursos poderia auxiliar discentes e docentes no debate do tema e conseqüentemente no enriquecimento da formação profissional, bem como se os hotéis e museus em Maceió e Marechal Deodoro promovem a acessibilidade ao turismo para as pessoas com deficiência e idosos.

Essas questões nortearam o presente estudo, que além de falar sobre o ensino do turismo acessível, também apresenta os produtos educacionais Guia de estudos de turismo acessível e Turismo acessível: Guia de orientações para professores – desenvolvidos neste mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do IFAL e utilizado nas aulas de Legislação Aplicada ao Turismo do terceiro ano do curso técnico de nível médio integrado em guia de turismo do IFAL, campus Marechal Deodoro.

Para a coleta de dados, utilizou-se a observação, a colaboração coletiva e questionários para diagnóstico sobre os perfis dos sujeitos participantes com seus respectivos níveis de conhecimento, além de avaliação final da metodologia aplicada e dos produtos educacionais aplicados juntos aos alunos e professor colaborador, e ainda os questionários para o reconhecimento das condições de acessibilidade nos hotéis e museus de Maceió e Marechal Deodoro.

Esta dissertação inicia-se com a presente seção, com a contextualização do problema, a exposição da justificativa para a escolha do tema, a apresentação da motivação, das questões de investigação e dos objetivos perseguidos pelo trabalho.

Na seção 2, o referencial teórico relaciona as aproximações entre a Educação Profissional e Tecnológica, o turismo acessível e o ensino jurídico, bem como a aprendizagem significativa e a Aprendizagem Baseada em Problemas como pressupostos pedagógicos e metodológicos.

A seção 3 descreve a metodologia escolhida para a realização do presente estudo apontando a caracterização da pesquisa, o lócus e os sujeitos participantes, o percurso metodológico e os instrumentos de coleta de dados.

A seção 4 apresenta as etapas de planejamento, aplicação e avaliação dos produtos educacionais, bem como os aperfeiçoamentos realizados neles.

A seção 5 engloba os resultados e discussões dos dados quantitativos referente ao exame das condições de acessibilidade nos empreendimentos hoteleiros e espaços museológicos.

Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa realizada, os resultados obtidos e indicações de trabalhos futuros.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Promover espaços de reflexões sobre o turismo acessível e a legislação referente às pessoas com deficiência por meio de um produto educacional.

1.1.2 Objetivos específicos

- Desenvolver um produto educacional que auxilie docentes e discentes no debate do turismo acessível;
- Enfatizar o respeito à diversidade por meio do ensino da legislação referente às pessoas com deficiência;
- Diagnosticar as condições de acessibilidade nos empreendimentos hoteleiros e espaços museológicos das cidades de Maceió e Marechal Deodoro; e
- Analisar a viabilidade da inclusão do ensino de Turismo Acessível nas ementas dos componentes curriculares de Direito e legislação dos cursos de Turismo e Hospitalidade do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aproximações entre a Educação profissional e tecnológica, o turismo acessível e o ensino jurídico

Após a Revolução Industrial, o turismo surge como um momento para recomposição das forças de trabalho das pessoas ou para puro deleite, mas para assegurar um mercado consumidor para esse novo bem era necessário “[...] dar às pessoas tempo para consumir o salário, fazendo assim girar a economia”, com isso o Estado e o empresariado garante legalmente a concessão de férias ao trabalhador (BARRETO, 2014, p. 63). Com as férias garantidas por lei há tempo livre para o trabalhador viajar e usufruir do turismo.

O interesse do Brasil por esse setor ocorre a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens Internacionais, sediada em Roma (1963), na qual a Organização das Nações Unidas - ONU recomendou fortemente o turismo como meio de desenvolvimento para os países mais pobres (CASTRO; FREIRE-MEDEIROS, 2013). A partir dessa recomendação, o Brasil inicia a regulamentação do setor, promulgando o Decreto-Lei nº 55 (BRASIL, 1966), que define a Política Nacional do Turismo, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento dessa indústria conceituada no Código de Ética Mundial para o Turismo¹, adotado em 1999 pela Assembleia Geral da OMT, como

uma atividade geralmente associada ao descanso, à diversão, ao esporte, e ao acesso à cultura e à natureza, deve ser entendido e praticado como um meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo. Quando vivenciado com a abertura de espírito necessária, é um fator insubstituível de autoeducação, tolerância mútua e

¹ Código ético mundial para el turismo

aprendizagem das legítimas diferenças entre povos, culturas e sua diversidade (OMT, 2016, p. 63, tradução nossa)².

Todavia, antes mesmo que o Estado regulamentasse as atividades do setor, para que essa atividade se devolvesse era necessário formar profissionais aptos a trabalhar nessa área. Dessa forma, conforme os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico – Área Profissional: Turismo e Hospitalidade foram surgindo cursos na área de turismo e hotelaria.

O desenvolvimento das instituições de educação em Turismo e Hotelaria no Brasil data da década de 50 e teve seu início e forte desenvolvimento nas Regiões Sudeste e Sul do País, liderados, sobretudo pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, [...]. Os cursos do SENAC nos diversos estados das regiões citadas atendiam à qualificação de quadros operacionais de base para hotéis e restaurantes, em diversos restaurantes-escola (BRASIL, 2000, p. 19).

O mesmo documento (BRASIL, 2000) segue informando que, no Nordeste, a formação técnica em turismo também era ofertada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que instalou o primeiro restaurante-escola em 1980, no estado da Bahia. No decorrer dos anos a oferta do ensino técnico foi limitada ao SENAC e a Escolas Técnicas Federais/ Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs). Atualmente, em Alagoas, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é representada pelo Instituto Federal de Alagoas - IFAL, criado pela Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), mediante a integração do CEFET e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba. Esse segmento de educação é a especialidade do IFAL e oferece, entre outras modalidades educacionais, a educação profissional técnica de nível médio, na qual se enquadra o curso de guia de turismo do Campus Marechal Deodoro, *locus* da pesquisa em comento.

Seus princípios norteadores são apresentados pela Resolução nº 6 (BRASIL, 2012), em seu artigo 6º e incisos. A partir daqui serão abordados alguns princípios, destacando-se inicialmente os conceitos da formação integral do estudante (Ciavatta, 2005; 2014), com a adoção do trabalho como princípio educativo (Brasília, 2007; Carvalho e Cavalcanti, 2020) e da indissociabilidade entre teoria e prática (Araujo e Frigotto, 2015; Morais, Souza e Costa, 2017), com os quais será mostrado adiante que existem pontos de aproximação com o tema da pesquisa, ensino do turismo acessível e os direitos das pessoas com deficiência, e que inclusive pode contribuir para a politecnicidade (Saviani, 2007; Kuenzer, 2009).

Ciavatta (2005) esclarece que a formação integral pressupõe uma preparação onde seja

² “és una actividad generalmente asociada al descanso, a la diversión, al deporte y al acceso a la cultura y a la naturaleza, debe concebirse y practicarse como um médio privilegiado de desarrollo individual y colectivo. Si se lleva a cabo com la apertura de espírito necessária, es um fator insustituible de autoeducación, tolerância mutua y aprendizaje de las legítimas diferencias entre pueblos y culturas y de su diversidad”.

inerente ao estudante a compreensão crítica do contexto social, político, econômico, cultural e profissional, colaborando para uma postura ética, autônoma e para o exercício consciente da sua cidadania. Essa formação impactará na prática profissional, tornando-a mais uma dimensão que contribui para a transformação da sua realidade, contrapondo-se a transmissão de saberes que se limitam a utilidade imediata para o trabalho. Este princípio é buscado pela EPT, não só na área do turismo, pois visa ir além da qualificação para o mercado de trabalho almejando o pleno desenvolvimento do estudante.

Compreende-se que este princípio visa à superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual atuando o ensino médio no processo de formação que viabilizará ao estudante a compreensão do todo, sem fragmentação do conhecimento, e colaborando para a formação cidadã (Ciavatta, 2014). A importância desse princípio para a EPT constitui-se no esforço de preparar estudantes que adquiram a compreensão da realidade total, combatendo a formação de sujeitos alienados, sabedores apenas de partes dos processos produtivos e da realidade social, sem perceber a influência das relações existentes na sua vida, aleijando a criticidade e autonomia do indivíduo.

Na busca pela formação integral, a EPT tem como alicerce o trabalho como princípio educativo, pois este a auxiliará na superação da dualidade entre a formação para o trabalho e a intelectual, incorporando as diversas dimensões que fazem parte do homem e proporcionando uma preparação na qual o trabalho, ciência, cultura e tecnologia interajam e cooperem para a formação de cidadãos críticos, autônomos e emancipados. Corroborando para esse entendimento o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007, p. 47),

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão à atuação autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade. [...] Nisso se assenta a integração entre ensino médio e educação profissional, garantindo-se uma base unitária de formação geral, gerar possibilidades de formações específicas. [...]

Enfim, o trabalho como prática inerente ao homem e a educação como produto do trabalho visa auxiliar a transformar a realidade imposta à sociedade ao tempo em que colabora para a construção de uma educação que ajude no desenvolvimento pleno do indivíduo.

Para Carvalho e Cavalcanti (2020, p. 3), a EPT norteia-se pelo trabalho como princípio educativo, pois este possibilita o entendimento “[...] dos modos de produção e de suas relações de poder [...]” o que colabora para a compreensão do trabalho e o desenvolvimento

do sujeito crítico-reflexivo.

Mais uma vez, a centralidade do princípio se baseia no sujeito e em propiciar o entendimento do todo e com isso instrumentalizá-lo de modo a criar as condições necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades, cabendo exclusivamente ao estudante escolher o caminho que deseja seguir, mas ciente da realidade que o rodeia.

Como consequência desse princípio, a indissociabilidade entre teoria e prática orienta o processo de ensino aprendizagem para associar o conhecimento teórico ao técnico e juntamente:

[...] com a análise crítica da realidade, desenvolvem a problematização das relações sociais, políticas e econômicas em que o sujeito trabalhador está inserido, preparando-o para além da ação do fazer profissional, como também uma maior compreensão e transformação das relações no mundo do trabalho. (Morais, Souza e Costa, 2017, p. 113).

Essa compreensão da totalidade dos sistemas sociais dos quais faz parte o trabalhador, ao se articular a teoria e a prática estimula o senso crítico e uma postura emancipatória que contribui para sua atuação como cidadão.

Araujo e Frigotto (2015) corroboram afirmando que as práticas pedagógicas que se baseiam nessa articulação da teoria e da prática, desde que comprometidas com a discussão das diversas dimensões que compõem a vida humana, não se restringindo aos conteúdos com utilidade imediata, favorece a formação integral. A análise da realidade aliada à teoria eleva a compreensão do estudante permitindo-o correlacionar os fatos ocorridos ao seu redor ao conhecimento trabalhado em sala de aula.

Estes dois últimos princípios validam a politecnia, que, segundo Saviani (2007), busca unir a instrução intelectual e o trabalho produtivo, superando assim o ensino fragmentado em especialidades. Neste ensino, o trabalhador aprende apenas parte do trabalho produtivo, impedindo-o de se apropriar do conhecimento científico-intelectual, destinado à burguesia, a quem cabia delinear e controlar o processo de produção. A partir do conceito de politecnia, o ensino médio oferece a apropriação dos fundamentos das diversas técnicas produtivas, aproximando-se de uma formação completa, na qual o aluno compreende a interação entre teoria e prática, fugindo do adestramento.

O autor continua explicando que no início dos tempos o homem aprendia a trabalhar trabalhando, pois precisava prover sua subsistência. Ao relacionar-se com a natureza, aprendia a lidar com a terra e com a produção, interagindo uns com os outros transmitia o que aprendia para os demais. Neste sentido, Frigotto (2005) informa o aspecto dual do trabalho, pois é um dever de todos colaborar para a produção dos bens necessários a continuidade da vida humana

e um direito, pois o homem se beneficia da transformação da natureza para garantir sua sobrevivência. Por isso, a educação toma o trabalho como princípio educativo, devido a importância que ele tem na vida do homem considerando que é uma das dimensões que o realizará enquanto pessoa, proporcionando satisfação.

Kuenzer (2009, p. 86-87) também colabora para esse entendimento ao esclarecer que a politecnicidade:

supõe a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento mais abstratas, de crítica, de criação, supondo autonomia. Ou seja, é mais que a soma de partes fragmentadas; supõe uma rearticulação do conhecido, ultrapassando a aparência dos fenômenos para compreender as relações mais íntimas, a organização peculiar das partes, descortinando novas percepções que passam a configurar uma compreensão nova, e superior, da totalidade, que não estava dada no ponto de partida.

Enfim, a educação objetiva a formação completa do ser humano, não bastando apenas transmitir a teoria e a prática sem que estejam articuladas, pois a criticidade é desenvolvida com a ressignificação da realidade vivenciada no dia a dia com o que é apreendido em sala de aula, qualificando os estudantes para o trabalho e também promovendo a cidadania, por meio da consciência da conjuntura social, auxiliando na transformação da sua realidade e para a qual o ensino do turismo acessível, associado ao ensino jurídico pode corroborar nesse percurso para se alcançar a autonomia.

2.1.1 Turismo acessível

O turismo acessível está intimamente ligado aos conceitos de deficiência (OMS, 1980, 2004), pessoas com deficiência (OMT, 2013; BRASIL, 2015) de barreiras (BRASIL, 2015), acessibilidade (Alén, Domínguez e Losada, 2012; BRASIL, 2015), design universal (OMT, 2013; BRASIL, 2015), inclusão social (Sassaki, 2003) e às iniciativas protetivas aos direitos das pessoas com deficiência (ONU, OMT, BRASIL), conforme percebe-se nas pesquisas de Coelho (2014), Duarte e Lemos (2017), Santos e Duarte (2017) e Duarte e Honorato (2020), a seguir expostos.

Conceitos de deficiência e Pessoa com deficiência

Em 1980, a Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolveu a International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps (ICIDH),³ com o intuito de

³ Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID) – tradução nossa.

conceituar e diferenciar os termos deficiência, incapacidade e desvantagem. Apesar de datar da década de 1980, o documento ainda se pautava no modelo médico de deficiência, com conceitos baseados na fisiologia humana, de homem modelo, com a valorização do corpo, da capacidade produtiva do homem, influenciada pelo capitalismo e oferecendo tratamentos de reabilitação para que a doença fosse curada ou não. Nesse contexto, a ICIDH (1980, p. 27) considerava deficiência “[...] qualquer perda ou anormalidade de função ou estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica” (tradução nossa⁴).

Barbosa-Fohrmann (2016) explica que o modelo médico se baseava na possibilidade de cura ou não da deficiência – vista, portanto, como uma doença a ser tratada, ligada à exclusão ou segregação da pessoa com deficiência. Ou seja, o diagnóstico de deficiência tinha por base os conceitos de normalidade/anormalidade, habilidade/inabilidade, sendo esta a tônica do modelo médico. Em contraposição a esse modo de entender a deficiência, surge o modelo social, que criticava a abordagem da deficiência apenas sob um aspecto da dimensão humana, desconsiderando a questão social.

França (2013) esclarece que como alternativa ao modelo vigente surge o modelo social. Ele propõe uma análise do fator social da deficiência, libertando-se da visão centrada apenas no corpo e do estigma da pessoa como anormal ou inábil para as atividades do dia a dia, que causavam exclusão e estimulava a discriminação, ao ampliar e levar em consideração outras circunstâncias (ambientais, sociais e atitudinais) que impedem ou contribuem para que as pessoas com deficiência se insiram na sociedade e vivam de forma plena. Para Barbosa-Fohrmann (2016), o foco se desloca do indivíduo para o ambiente e, assim, é a sociedade que precisa se adaptar, banindo as barreiras existentes e disponibilizando ambientes e serviços seguros, confortáveis e acessíveis.

Nessa conjuntura, a 54^a Assembleia Mundial de Saúde, por meio da Resolução WHA54.21, endossou a segunda edição do documento e a intitulou de Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). No próprio documento, a OMS (2004, p. 8) afirma que:

a CIF transformou-se, de uma classificação de “consequência da doença” (versão de 1980) numa classificação de “componentes da saúde”. Os “componentes da saúde” identificam o que constitui a saúde, enquanto que “as consequências” se referem ao impacto das doenças na condição de saúde da pessoa. Deste modo, a CIF assume uma posição neutra em relação à etiologia[...].

E continua conceituando a deficiência como “[...] problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou perda”.

⁴ “any loss or abnormality of psychological, or anatomical structure or function”.

Percebe-se que a nova classificação possui um olhar mais humanista, não se reduzindo ao aspecto biológico de normalidade e anormalidade ou apenas a fatores sociais. Leva em consideração a própria pessoa, o ambiente que a circunda e, principalmente, atrela fatores que elevam a sensação de bem-estar, como a independência e a compreensão de um ser por inteiro, não compartimentalizando o indivíduo, mas entendendo-o em sua completude.

A deficiência passa a ser vista como a interação entre as perspectivas biológicas, individuais e sociais e as pessoas com deficiência, não aceitando mais a discriminação com que eram tratadas durante a vigência do modelo médico. Assim, as pessoas assumem um papel de protagonistas na luta pelos seus direitos, e o enfrentamento de suas dificuldades demanda a eliminação de barreiras tanto ambientais como sociais.

Ressalte-se que a OMT nas Recomendaciones de la OMT por un turismo accesible para todos (2013) amplia o conceito de pessoa com deficiência incluindo neste grupo as pessoas com mobilidade reduzida, ou seja, as que possam ter problemas para usufruir os serviços e produtos turísticos como as pessoas com deficiência temporal, usuárias de muletas, pessoas com idade avançada, pessoas usuárias de ajuda técnica, acompanhadas de crianças pequenas ou pessoas com baixa ou alta estatura. Por isso, nessa pesquisa quando se investiga sobre os direitos das pessoas com deficiência também estão incluídas as pessoas com mobilidade reduzida, representadas aqui pelos idosos.

Dessa forma, a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conceitua, no artigo 2º, a pessoa com deficiência como “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Saliente-se que a lei enfoca a pessoa e seu direito à igualdade como instrumento que permite sua inclusão na sociedade.

Para o turismo, a importância da pessoa com deficiência pauta-se na acessibilidade a que esse público tem direito. Os dados do IBGE (2010) mostram que o total da população brasileira nesse ano era de 190.755.799 habitantes. Desse quantitativo, 45.606.048 pessoas se declararam pessoas com deficiência, o equivalente a aproximadamente 23,9% da população. No estado de Alagoas, segundo a mesma fonte, em 2010, o total da população era de 3.120.494 habitantes e o montante que se declarou com deficiência eram de 859.707 pessoas. Todavia, o turismo não se restringe a apenas a pessoa com deficiência, mas leva em consideração também os idosos, que de acordo com o Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004), são todas as pessoas com 60 anos ou mais, e em 2010 os idosos no Brasil somavam 20.590.597 habitantes nessa faixa etária (IBGE, 2010).

É importante frisar que, apesar de a lei pontuar as deficiências de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, esta pesquisa trabalhará apenas a acessibilidade ao turismo para as pessoas com deficiência física, auditiva e visual, além dos idosos, tendo em vista que abordar a deficiência intelectual exigiria abordar a temática da saúde mental. No quadro 1 é demonstrada a definição, dada pelo Decreto nº 5.296/2004, de cada deficiência abrangida pela pesquisa.

Quadro 1: Categorias de deficiências

Categoria de deficiência	Fundamento legal	Descrição
Deficiência Física	Art. 5º, § 1º, inciso I, alínea “a”	“alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”.
Deficiência auditiva	Art. 5º, § 1º, inciso I, alínea “b”	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”.
Deficiência visual	Art. 5º, § 1º, inciso I, alínea “c”	“Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores”.

Fonte: Autora (2019) a partir de Brasil (2004).

Como se abordou nas conceituações acima citadas, ao longo dos anos, as pessoas com deficiência foram vistas sob o olhar da discriminação, como pessoas doentes que precisavam buscar tratamentos para se reabilitar. A percepção da deficiência como doença provocava sentimentos de pena ou repúdio alheio e, em última análise, a marginalização e a exclusão social dessas pessoas. No turismo, esses casos de discriminação podem ser perceptíveis quando o turista com deficiência não consegue usufruir plenamente do seu direito ao lazer, conforme garantido na Constituição Federal, constituindo-se tal fato uma barreira.

Barreiras e acessibilidade

O direito de usufruir o turismo, para a pessoa com deficiência, é bastante prejudicado ou até mesmo inviável, em virtude das barreiras existentes que inviabilizam a igualdade de condições de acesso a determinado bem ou serviço turístico. Para Sasaki (2003), o turismo e o lazer precisam ser inclusivos, viabilizando a participação de todos nas atividades turísticas e empreendendo o esforço necessário para se eliminar as barreiras.

As barreiras são fatores existentes tanto na vida cotidiana quanto nos mais diversos bens e serviços turísticos que impedem ou dificultam a satisfação da população e do turista com deficiência, pois aniquilam a igualdade de oportunidades necessárias para uma vida plena. A Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) define barreiras, como:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...].

A lei também elenca a classificação de barreiras que afetam as pessoas com deficiência e idosos. Essa classificação está relacionada no quadro 2.

Quadro 2: Classificação das barreiras, de acordo com a Lei nº 13.146/2015

Tipos	Características
Barreiras urbanísticas	São as dispostas nas vias, espaços públicos e privados, de livre circulação ou de uso coletivo.
Barreiras arquitetônicas	São as que se encontram nos prédios públicos e privados.
Barreiras nos transportes	São as dos sistemas e meios de transportes.
Barreiras nas comunicações e na informação	São as que dificultam ou impossibilitam “a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”.
Barreiras atitudinais	Inviabilizam ou atrapalham a convivência social da pessoa com deficiência “em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas”.
Barreiras tecnológicas	Geralmente travam ou frustram o acesso às tecnologias.

Fonte: Autora (2019) a partir de Brasil (2015).

Sasaki (2003) afirma que a eliminação das barreiras contribui para a melhora na percepção da qualidade de vida. Para isso, é importante identificá-las e traçar estratégias para extinguir as barreiras que inibem a participação da pessoa com deficiência no turismo. Com a identificação das barreiras, o que viabilizará a participação no turismo e o convívio em sociedade em condições de igualdade será a acessibilidade. Alén, Domínguez e Losada (2012)

enfoca a definição de acessibilidade na perspectiva do turismo:

Acessibilidade é estabelecida como o elo principal, pois os idosos e as pessoas com capacidade temporária ou permanentemente restrita são os beneficiários diretos da acessibilidade. De fato, a acessibilidade é considerada um parâmetro de qualidade e usabilidade para as atrações turísticas e, portanto, um determinante essencial da satisfação e lealdade do usuário (tradução nossa⁵).

Já no artigo 3º, inciso I, Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) sua definição legal é:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ou seja, o enfoque do conceito legal de acessibilidade na segurança e autonomia garante o acesso nos diversos espaços, equipamentos para as pessoas com deficiência sem riscos ou perigos e favorece os aspectos centrais trazidos pelo primeiro conceito com foco no turismo: qualidade, satisfação com a consequente fidelização desse cliente. Ressalte-se também o destinatário da acessibilidade, pois, por vezes, os conceitos enfocam as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida como na lei, e em outras favorece todas as pessoas, de maneira universal, o que aparenta ser mais razoável, tendo em vista os princípios do desenho universal a serem abordados adiante.

Sasaki (2003) relata que o início da utilização do termo acessibilidade ocorreu por volta do final da década de 1940, com o surgimento dos programas de reabilitação física e profissional, e se referia à acessibilidade arquitetônica. Inicialmente, surge o desenho adaptável que visava eliminar as barreiras arquitetônicas adaptando os ambientes com obstáculos já existentes, passando, posteriormente, para o desenho acessível que exigia dos arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais a não inserção das barreiras já nos projetos arquitetônicos e nos utensílios. Mas, tanto o desenho adaptável como o acessível focavam apenas as pessoas com deficiência, o que por sua vez evoluiu para o desenho universal.

As recomendações da OMT por um turismo acessível para todos (2013) afirma que por desenho universal “se entende o desenho de produtos, entorno, programas e serviços que podem ser utilizados por todas as pessoas, na maior medida possível, sem necessidade de

⁵ “Accessibility is established as the key link, as older people and people with temporarily or permanently restricted capacities are the direct beneficiaries of accessibility. Indeed, accessibility is considered to be a parameter of quality and usability for tourist attractions and is, therefore, a key determinant of user satisfaction and loyalty”.

adaptação em desenho especializado” (tradução nossa⁶). Já a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) conceitua o mesmo como a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva que são “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços” que “facilitem sua vida” (BRASIL, 2015).

Vislumbra-se pelo conceito legal que o desenho universal, como o próprio nome já aduz, destina-se a todas as pessoas, independente de possuírem deficiência ou não, para que tenham acesso a todos os ambientes, facilidades e utensílios. Afinal, todas as pessoas têm direito ao uso simples, seguro e confortável dos ambientes, produtos, serviços e tecnologias. O desenho universal possui princípios que servem para nortear a acessibilidade de cada ambiente, equipamento e ferramentas, assim como demonstrado no quadro 3.

Quadro 3: Princípios do desenho universal

Princípios	Caracterização
1. Uso equitativo	Ambiente que pode ser usado por qualquer pessoa, independente de idade ou habilidade, eliminando alguma discriminação.
2. Uso flexível	Esse ambiente atende grande parte das preferências ou habilidades das pessoas, proporcionando diferentes formas de uso.
3. Uso simples e intuitivo	O uso do ambiente é de fácil compreensão, sem necessidade de conhecimento prévio.
4. Informação de fácil percepção	As informações são prestadas de diversas formas e de maneira legível.
5. Tolerância ao erro	Minimiza os riscos de ocorrer incidentes.
6. Baixo esforço físico	Ambiente com condições de uso confortável e eficiente, minimizando a fadiga muscular do usuário.
7. Dimensão e espaço para aproximação e uso	O ambiente deve ter espaço suficiente “para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário”.

Fonte: Autora (2019) a partir de ABNT (2015).

O design universal coopera diretamente para a promoção da acessibilidade, como se depreende pelos seus princípios e por sua vez a acessibilidade é uma aliada da inclusão social, pois tanto a inclusão física como a sociocultural transcendem as condições de saúde da pessoa por se tratar de um direito de todos, independentemente da deficiência ou não (Ponte e Silva, 2014). Apesar da evolução da acessibilidade, as barreiras continuam existindo, e é papel da sociedade combater a persistência dos obstáculos e se apropriar dos princípios do desenho universal a fim de colaborar para a inclusão social das pessoas com deficiência e até mesmo cooperar para a sua própria acessibilidade.

⁶ “se entenderá el diseño de productos, entornos, programas y servicios que puedan utilizar todas las personas, en la mayor medida posible, sin necesidad de adaptación ni diseño especializado”.

Inclusão social

Ao longo da história, percebe-se que a inclusão é uma atitude recente e longe de ser oferecida de forma absoluta. Sasaki (2003) informa que, inicialmente, não existiam atividades turísticas acessíveis para as pessoas com deficiência, excluindo-os da possibilidade de usufruir seu tempo livre por meio do turismo e do lazer. Se a prática da época era o isolamento, não havia espaço para se pensar em turismo para esses indivíduos, pois a exclusão social impedia as pessoas com deficiência de participar das atividades sociais.

Barbosa-Fohrmann (2016, p. 738) conceitua exclusão como o “apartar a pessoa de qualquer convívio social”. A exclusão consistia nas atitudes das famílias de isolarem seus entes no seu domicílio ou em instituições caritativas, em decorrência da cultura da época.

Com o passar do tempo as pessoas com deficiência começaram a ter à disposição programas de lazer exclusivos em instituições especializadas, caracterizando a fase de segregação social, conforme Sasaki (2003). Em seguida, passa-se para a fase de integração social na qual o esforço para se adaptar ao ambiente frequentado era empreendido pela pessoa com deficiência, de acordo com Barbosa-Fohrmann (2016), ou seja, para a pessoa com deficiência usufruir do turismo ela é que teria que se esforçar para superar as barreiras existentes no usufruto da atividade. É fato que a maioria delas vivia da caridade alheia e era excluída do convívio social, sem possuir qualquer tipo de cidadania.

É na década de 1980 que, segundo Barbosa-Fohrmann (2016, p. 738), ocorre à predominância do “modelo social de inclusão sobre o modelo médico de integração” que passa a ser englobado nas políticas internacionais, com destaque para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1981, e o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, em 1982, ambos promovidos pela ONU. Essas iniciativas são mais um progresso na luta da pessoa com deficiência no reconhecimento dos seus direitos. A autora informa também que a positivação da inclusão social ocorre com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), enquadrando os direitos das pessoas com deficiência como direitos humanos, visando a superação da exclusão social.

A opção legal pelo modelo social é um grande passo em virtude da influência que a lei possui para conduzir os comportamentos desejados na sociedade, embora a simples existência da norma não seja garantia de sua efetividade. A mudança cultural exige esforços da própria sociedade, políticas públicas que apoiem e materialize o desígnio da lei.

Dessa forma, Silva (2009) aponta como princípios norteadores da inclusão social a

aceitação e valorização da diversidade, bem como a cooperação entre diferentes. Segundo o Sasaki (2003, p. 26) a prática da inclusão social:

baseia-se em princípios tais como: aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana é representada principalmente por origem nacional, sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência.

A inclusão social decorre do respeito ao próximo. A partir desses valores, toda a sociedade observará seus deveres, permitindo ao outro o usufruto do seu direito de vivenciar sua vida com liberdade. Com o advento das legislações que começam a direcionar para a inclusão social, a sociedade é impulsionada a mudar suas práticas, incluindo aqui o turismo, a fim de oferecer serviços para todos. Quando se atrela o estudo do turismo à acessibilidade, a inclusão da pessoa com deficiência é um dos cerne da discussão, como é visto a seguir.

Conceito de turismo acessível

De acordo com Pérez e Velasco (2003, p. 12), o conceito de turismo acessível ganha relevância a partir de 1989, quando especialistas britânicos em turismo e deficiência publicaram o informe *Tourism for All*, que divulgava os avanços alcançados com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981). Para os autores, Turismo para Todos é a “forma de turismo que planeja, projeta, desenvolve atividades turísticas de lazer e tempo livre para que possam ser desfrutadas por todas as pessoas, independente de suas condições físicas, sociais ou culturais” (tradução nossa⁷).

Alén, Domínguez e Losada (2012) também explicam o conceito de Turismo para Todos, surgido na década de 1980:

como o conjunto de atividades orientadas ao turismo e lazer que ocorrem no tempo livre de um indivíduo e que todas as pessoas podem acessar, independentemente dos variados graus de capacidade/incapacidade, alcançando plena integração e, portanto, uma realização individual e social a partir da interação do usuário com o ambiente (p. 145, tradução nossa⁸).

Já o conceito de turismo acessível para todos de Darcy e Dickson (2009) é adaptado no documento *Recomendações da OMT por um Turismo Acessível para Todos* (2013):

É uma forma de turismo que implica um processo de colaboração entre os

⁷ “Forma de turismo que planea, diseña y desarrolla actividades turísticas de ocio y tiempo libre de manera que puedan ser disfrutadas por toda clase de personas con independencia de sus condiciones físicas, sociales o culturales.”

⁸ “[...] as the set of activities oriented towards tourism and leisure that take place in an individual's free time and that all people can access, regardless of varying degrees of ability/disability, achieving full integration and, therefore, an individual and social fulfilment from the interaction of the user with the environment.”

interessados para permitir às pessoas com necessidades especiais de acesso (nas diferentes dimensões, entre elas as de mobilidade, visão, audição e intelectual) usufruir independentemente, com igualdade e dignidade, graças a uma oferta de produtos, serviços e ambientes turísticos projetados de maneira universal. (p. 109, tradução nossa⁹).

Nota-se, nas conceituações acima, que a preocupação se concentra na acessibilidade aos serviços e infraestrutura turística, levando-se em conta as dimensões sociais e culturais, mas também pressupõe um grau de adaptação do ambiente e da sociedade para que o turismo possa atender todas as pessoas, sem a necessidade de se preocupar se o turista possui ou não alguma deficiência, se é idoso ou jovem, promovendo a inclusão de todos os cidadãos e a sua universalidade.

Para uma primeira reflexão sobre como o turismo acessível dialoga e se aproxima da EPT, retomam-se os aspectos centrais da inclusão social (Sasaki, 2003; Silva, 2009): aceitação das diferenças, valorização de cada pessoa, da diversidade humana, bem como os preceitos do turismo (OMT, 1999) como o desenvolvimento coletivo, a tolerância mútua e mais uma vez a diversidade. Esses valores coadunam-se com os princípios norteadores da EPT (Brasil, 2012) do respeito aos valores éticos e o “reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência [...]”, demonstrando a relevância de levar esse assunto à sala de aula e inseri-lo no conteúdo programático dos cursos de turismo e hospitalidade, proporcionando a oportunidade para os alunos refletirem sobre esses princípios e podendo também promover a cidadania, principalmente quando o ensino do turismo acessível é analisado a partir da legislação sobre as pessoas com deficiência, como visto em seguida.

2.1.2 Ensino jurídico nos cursos de turismo e hospitalidade

A inserção de temas referentes às pessoas com deficiência nos diversos campos do saber em cursos de educação profissional técnica e tecnológica e de nível superior está prevista na Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), no artigo 28, inciso XIV. Essa abordagem interdisciplinar insere-se no Direito do Turismo que engloba os diversos ramos do Direito, as

⁹ “Es una forma de turismo que implica un proceso de colaboración entre los interesados para permitir a las personas con necesidades especiales de acceso (en distintas dimensiones, entre ellas las de movilidad, visión, audición y cognición) funcionar independentemente, con igualdad y dignidad, gracias a una oferta de productos, servicios y entornos de turismo diseñados de manera universal.”

legislações que direta e indiretamente regem a organização do setor e as relações estabelecidas durante a prestação dos serviços turísticos, segundo Badaró (2005). Apesar de as legislações serem esparsas, baseadas na interdisciplinaridade, elas contribuem no desenvolvimento do turismo. Por isso, tal tema enquadra-se nos componentes curriculares de direito e legislação dos cursos de turismo e hospitalidade.

O artigo 35, inciso II, da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), conhecida como Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN), relaciona como uma das finalidades do ensino médio a preparação básica do educando para a cidadania. Por isso, são oferecidos os componentes curriculares de Legislação e Direito visando o desenvolvimento, entre outras, da habilidade de interpretar a legislação pertinente, ou ainda de conhecer os princípios básicos da legislação aplicável, conforme os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2000). Entretanto, o ensino jurídico na EPT vai além do conhecimento da lei, o que é fundamental para o início de uma transformação social, mas contribui para, em longo prazo, conscientizar os alunos a respeito da função das normas jurídicas existentes e sua correlação com os acontecimentos do dia a dia.

Barreto (2004, p. 64) explica que cidadania possui três dimensões:

O aspecto civil da cidadania refere-se aos direitos individuais, de ir e vir, direito à propriedade; o aspecto político é o direito de escolher governantes ou ser escolhido para governar; e o aspecto social contempla o direito a um mínimo de bem-estar e à plena integração dentro do processo civilizatório da sociedade na qual o indivíduo vive.

O turismo acessível trabalha os aspectos civil e social e por isso, ao reunir os conteúdos jurídicos ao turismo acessível e trabalhá-los na educação profissional técnica de nível médio, estes podem se constituir ferramentas para o exercício da cidadania, principalmente quando os estudantes têm a oportunidade de compreender os direitos e deveres da sociedade, almejando uma postura ética e socialmente responsável nos aspectos explicados acima.

Lima, Winter e Almeida (2009, p. 95) ressaltam que, corriqueiramente, as pessoas cometem atos discriminatórios, cerceando o direito do outro, por isso a relevância de se conhecer as normas, pois é se apropriando destas que se consegue atingir a mudança de comportamento: “[...] só se muda a cultura com uma educação comprometida com essa mudança. Por isso a importância de uma educação emancipadora, em que propicia ao aluno uma visão crítica, alertando-o dos problemas iminentes à sociedade, oportunizando-o a discuti-los e assim enfrentá-los”.

A educação jurídica contribui para a compreensão das relações jurídicas estabelecidas

rotineiramente, rejeitando a posição passiva, oportunizando a apropriação do papel ativo de cidadão, conhecedor dos seus direitos e deveres e colaborando para a formação de um sujeito autônomo e mais ético.

Dessa forma, o ensino do turismo acessível corrobora para a promoção da cidadania, pois o futuro profissional de turismo e hospitalidade poderá perceber que:

A convivência com a diversidade humana favorece a construção de novas relações e experiências tão indispensáveis que agregam reflexões acerca da discriminação e do respeito. Logo, pensar em turismo acessível é pensar em cidadania já que, a cidadania está muito ligada às esferas de turismo e da inclusão, pois o turismo lida com diferentes públicos e faz-se necessário que haja transformações coletivas com a finalidade de construir uma sociedade mais justa, respeitando a particularidade de cada indivíduo (Silva e Costa, 2018, p. 5)

Percebe-se que o turismo acessível é rico em conceitos atitudinais, ou seja, em conteúdos imbuídos de valores, atitudes e normas, promovendo a reflexão dos comportamentos da sociedade, da legislação, e até a apropriação desta, podendo provocar uma mudança no comportamento de cada cidadão (Zabala,1998). Então, ensinar a legislação referente às pessoas com deficiência permite à sociedade conhecer essas normas e os recursos de acessibilidade, dispostas nas normas abaixo.

Iniciativas protetivas internacionais dos direitos das pessoas com deficiência

Com a criação da ONU (1945) e o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo volta-se para a necessidade de proteger os direitos humanos e as liberdades públicas. No século XX, a grande iniciativa reconhecida nesse sentido é a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, de 1948, indicando, em seu artigo I, que “Todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos [...]”, e, de acordo com o artigo VII, são iguais perante a lei, tendo direito à proteção legal, sem qualquer distinção.

O Unicef, em seu *site*,¹⁰ conceitua os direitos humanos como “tudo o que um ser humano deve ter ou ser capaz de fazer para sobreviver, prosperar e alcançar todo o seu potencial. Todos os direitos são igualmente importantes e estão conectados entre si”. Assim, a DUDH objetiva proteger homens e mulheres de todo o tipo de discriminação, como visto nas duas grandes guerras mundiais, garantindo a igualdade e a busca pelo bem-estar social.

Segundo Damasceno (2014), posteriormente à Segunda Guerra Mundial, o mundo depara-se com as deficiências decorrentes dos combates na guerra e a necessidade de oferecer

¹⁰ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes>. Acesso em: 21.02.2021.

programas de reabilitação, infraestrutura e acessibilidade para que soldados retornem às atividades rotineiras. Dessa forma, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975). O foco das novas iniciativas internacionais passa a ser grupos específicos da sociedade, como sujeito de direitos humanos.

O ano de 1981 é declarado pela ONU como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, as ações promovidas se estenderam tornando-se a Década das Nações Unidas Para as Pessoas com Deficiência (1983-1992), cujo objetivo foi conscientizar a sociedade sobre acessibilidade, igualdade de condições, participação plena das pessoas com deficiência e combate ao preconceito e à discriminação. A década de 1980 demonstrou-se decisiva, e segundo Costa (2018, p. 24), ficou marcada pelos ideais democráticos e de direitos humanos em todas as camadas sociais, “[...] especialmente pelas pessoas com deficiência, que não se conformaram com a situação de isolamento e invisibilidade vivenciada em décadas anteriores e participam ativamente da luta pela defesa dos seus interesses e pela quebra e superação das diversas barreiras existentes na sociedade”. As pessoas inconformadas com a situação vigente se organizaram coletivamente para mudar um contexto social que não as acolhiam.

A luta das pessoas com deficiência também alcançou o turismo, sendo reconhecida pela primeira vez na Declaração de Manila (OMT, 2019a), e pela relação entre os conceitos de turismo e acessibilidade, segundo Pérez e Velasco (2003). A partir dessas ações, a ONU e a OMT continuam contribuindo com iniciativas visando à inclusão da pessoa com deficiência e assegurando a proteção dos seus direitos, como o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (ONU, 1992, p. 12) e a recomendação Para um Turismo Acessível aos Deficientes nos anos 1990¹¹ (OMT, 2016c) a qual dispõe que os empreendimentos turísticos necessitam de profissionais aptos a atenderem os turistas com deficiência.

O documento Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 1993, elenca 22 regras, nas quais aponta áreas importantes para a qualidade de vida e para a realização da plena participação e igualdade do homem, e, na Regra 11, trata sobre Lazer e Desporto. Em 2005, a Assembleia Geral da OMT aprova a recomendação Para um Turismo Acessível para Todos,¹² atualiza e repete as preocupações já ressaltadas nas recomendações acima citada.

A CDPD (BRASIL, 2007) reafirma os direitos humanos e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e seu direito de exercê-los plenamente e sem qualquer tipo de discriminação e é recepcionada pela Constituição Federal brasileira com status de emenda

¹¹ Para um turismo accesible a los minusválidos em los años 90.

¹² Hacia um turismo accesible para todos.

constitucional.

As recomendações da OMT por um turismo acessível para todos (2016d) tratam-se de uma revisão das recomendações anteriores, chamando a atenção para o envelhecimento da população e, com isso, o aumento do número de pessoas que são beneficiadas pelo turismo acessível. Por último, as recomendações da OMT sobre a acessibilidade da informação turística¹³ (OMT, 2016g) instruem os agentes do turismo sobre os critérios de acessibilidade da informação turística, levando em consideração os princípios do desenho universal.

De acordo com Silva (2012, p. 297), “o lazer e o turismo devem ser entendidos como direitos humanos, como instrumentos de inclusão social e de desenvolvimento humano, e as políticas públicas de turismo devem se orientar também por esta perspectiva”. O tratamento do turismo acessível como matéria de direitos humanos é relevante para não ser considerado como um direito menos importante e sim como parte das necessidades de todo o ser humano que precisa ser satisfeita, preceituando o respeito aos direitos humanos também no âmbito do turismo, e, portanto, tratando-se de direitos fundamentais, os quais são previstos na CF/1988.

Previsão constitucional

A CF/1988 (BRASIL, 1988), em acordo com os valores internacionais, relaciona aos direitos das pessoas com deficiência: no artigo 1º, os princípios da cidadania e da dignidade da pessoa humana, e, no artigo 3º, os objetivos fundamentais, tais como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; redução das desigualdades sociais e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Em seu artigo 5º, preceitua que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e à propriedade [...]” (grifo nosso). Os direitos das pessoas com deficiência, enquadrados como direitos humanos pela ONU, como já visto na CPCD, tratam-se de direitos fundamentais, e por isso possuem previsão na CF/1988, destacando-se os direitos da igualdade e do lazer.

Com esse entendimento, percebe-se a importância de abordar a igualdade como direito das pessoas com deficiência, a fim de reduzir as desigualdades sociais, objetivo fundamental constitucional para colaborar na erradicação da discriminação e o ideal de justiça que envolve a luta pela igualdade. O artigo 4º da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), em sintonia com a

¹³ Recomendaciones de la OMT sobre accesibilidad de la información turística.

Constituição, dispõe sobre o direito à igualdade de oportunidades a fim de evitar a discriminação em virtude da deficiência.

Segundo Badaró (2005), o turismo deve observar a igualdade de condições e impulsionar os direitos humanos de homens e mulheres, bem como das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Ao adaptar as suas estruturas e serviços, o turismo demonstra que todas as necessidades das pessoas são importantes, permitindo sua igual participação nas atividades turísticas, sem abnegações em virtude de barreiras físicas e sociais. Outro direito também baseado no direito à igualdade é o lazer, direito social disposto na CF/1988.

O artigo 6º da CF/1988 aponta o lazer, inserido aí o turismo, como um direito social a ser usufruído por todo cidadão. Tanto o direito à igualdade quanto o direito ao lazer estão insertos na Constituição como direitos fundamentais.

Os direitos à igualdade e ao lazer encontram-se entrelaçados na perspectiva do Turismo Acessível. Além de serem direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, ressalta-se que o lazer, para ser garantido à pessoa com deficiência, pressupõe a igualdade de oportunidades para ser satisfeito, erradicando assim a discriminação contra ela.

Legislação brasileira referente às pessoas com deficiência

Considerando a participação do Brasil como Estado-Membro da ONU e da OMT e assumindo o compromisso moral e político de adotar medidas destinadas a garantir a igualdade de oportunidades, o Estado brasileiro, ao longo do tempo, sancionou leis e normas voltadas para a proteção das pessoas com deficiência, iniciando com a Lei n.º 4.169 (BRASIL, 1962), uma das primeiras a tratar do tema, e que oficializou o Braille, seguindo nos anos de 1980 e mais efetivamente no século XXI. Exemplo disso são as leis n.º 7.405 (BRASIL, 1985) e n.º 7.853 (BRASIL, 1989), que dispõem sobre o uso obrigatório do Símbolo Internacional de Acesso e a criação da Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência, por meio da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), respectivamente.

Na década de 1990, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publica a Norma Brasileira - NBR 9050:1994, a qual regula a acessibilidade às edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Em 1999, a ABNT publica a NBR 14273:1999, a qual regula a acessibilidade ao transporte aéreo comercial.

O ano 2000 é marcado pela sanção de leis que materializam o esforço nacional para

garantir a acessibilidade. A Lei nº 10.048 (BRASIL, 2000a) concede prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos, e a Lei nº10.098 (BRASIL, 2000b) contempla normas e critérios básicos de promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com enfoque para a eliminação de barreiras nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, nos edifícios, nos meios de transportes e na comunicação. Purificação, Souza e Melo (2007) ressaltam que, com o advento dessa lei, percebe-se o aumento de pessoas com deficiência nas ruas e espaços públicos em decorrência da autonomia proporcionada pela acessibilidade a mais equipamentos urbanos.

Continuando os esforços, a Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002a) trata da Libras, reconhecendo-a como meio de comunicação para as pessoas com deficiência auditiva. Em uma notícia publicada no *site* do Instituto Federal de Santa Catarina (LEI..., 2019), uma das entrevistadas alega que a publicação da lei colaborou para o aumento do acesso à escola, trabalho e informação, bem como o conhecimento das famílias sobre a Libras e a qualidade do ensino desta. Todavia, os entrevistados reivindicam a melhoria da qualidade de ensino de Libras, iniciando-se já no ensino fundamental; a formação de mais intérpretes e o acréscimo de usuários de Libras.

Em 2003, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio de instrução normativa, dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis. Isso demonstra o esforço para impulsionar os museus a entenderem a importância desse recurso no desenvolvimento da vida cultural da sociedade. Logo após, é promulgada a Lei nº 10.741 (BRASIL, 2003), que estabelece o Estatuto do Idoso, assegurando os direitos fundamentais deles. Em 2005, a ABNT, em parceria com o Ministério do Turismo, lança as NBR's 15285 e 15286, que abordam quesitos de segurança a serem observados pelos profissionais e empresas que ofertam atividades do Turismo de Aventura.

Mais uma vez, a legislação contempla um determinado grupo das pessoas com deficiência: a Lei nº 11.126 (BRASIL, 2005a) prevê o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes coletivos acompanhado de seu cão-guia, considerando ato de discriminação o impedimento ou imposição de dificuldade. Em 2008, na Norma Técnica 15599:2008, a ABNT dispõe sobre a Acessibilidade da comunicação na prestação de serviços, tendo por base os preceitos do desenho universal e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e seu protocolo

facultativo, sendo esta aprovada na íntegra com *status* de emenda constitucional,¹⁴ consolidando toda a política de proteção dos direitos das pessoas com deficiência até então empreendida, com a adoção do modelo social de deficiência, como já explicado.

Por meio do Decreto nº 7.612 (BRASIL, 2011), é instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites, estando apoiado entre outros eixos na inclusão social e acessibilidade. Em 2013, a Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) estabelece a Resolução nº 280, com o objetivo de melhorar o atendimento da pessoa com deficiência. Algumas das principais conquistas foram: o fim da limitação de atendimento de passageiros com deficiência, não podendo a companhia aérea limitar a quantidade deles a bordo, conforme artigo 12; o desconto mínimo de 80% no valor cobrado pelo excesso de bagagem referente a equipamentos médicos e ajudas técnicas indispensáveis ao passageiro, de acordo com artigo 8º, § 3º, incisos I e II.

Por último, a materialização dos preceitos da Convenção Internacional de 2006 se concretizou no Brasil por meio da promulgação da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015). O artigo 1º dispõe que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência destina-se “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Os elementos descritos neste artigo resumem pontos relevantes tratados neste item, como os *status* de direitos humanos concedidos aos direitos das pessoas com deficiência pela DUDH, a previsão na Constituição Federal dos direitos à igualdade e lazer, o esforço legislativo a fim de eliminar as barreiras e garantir a acessibilidade e a passagem do modelo médico de deficiência para o modelo social. Por meio desta mesma Lei, há a promoção da cidadania não só das pessoas com deficiência que por meio de movimentos civis lutam pelos seus direitos, mas também exercida por toda a sociedade quando se empenha para oferecer sistemas sociais acessíveis a todos.

Duarte e Honorato (2020) relatam que apesar do volume significativo de leis e normas sobre os direitos das pessoas com deficiência, ainda há muito para a sociedade evoluir no turismo acessível e afirmam que este pode ser um importante aspecto da qualidade de vida dos turistas, podendo os estabelecimentos turísticos utilizar a acessibilidade como um critério de fidelização desse cliente. Ao investir para ofertar facilidades de acesso e ter uma equipe preparada para atender as necessidades desse público, as empresas e instituições estarão

¹⁴ Aplicação do artigo 5º, § 3º, da CF/1988, que prevê que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

agindo eticamente e potencializando o crescimento da frequência de turistas com deficiência.

Percebe-se a lacuna existente e a potencialidade para o uso dos produtos educacionais desenvolvidos juntamente com a pesquisa, ao se constatar nos projetos pedagógicos dos cursos de turismo e hospitalidade do IFAL, que a discussão sobre essa legislação e o turismo acessível ainda não é realizada, sendo cabível nos cursos de: Guia de Turismo e Cozinha (técnico de nível médio integrado) e Hospedagem (Educação de Jovens e Adultos – EJA) no campus Marechal Deodoro, Gestão de Turismo e Hotelaria (tecnologia) no campus Maceió, e Hospedagem (técnico de nível médio integrado) no campus Maragogi. Ressalta-se que no curso de Gestão de turismo há o componente curricular intitulado turismo inclusivo, porém nele não consta em sua ementa a discussão sobre a legislação referente às pessoas com deficiência.

O ensino do turismo acessível associado ao ensino jurídico contempla o princípio da interdisciplinaridade previsto na Resolução nº 6 (BRASIL, 2012), tendo em vista a interação entre os dois campos da ciência para a análise da acessibilidade no turismo, porém mantendo “seus pontos de vista, seus métodos, seus objetos, sua autonomia” (Kuenzer, 2009). Não se pode esquecer que ao estudarem o objeto de sua atuação profissional, prática esta que concorre diretamente para sua compreensão do trabalho e também que colabora para seu desenvolvimento como cidadão socialmente responsável com a inclusão social, também se encontra aí o trabalho como princípio educativo. Desta maneira, vislumbra-se mais dois pontos de aproximação com a EPT.

Considerando a potencialidade do conteúdo, agora será discorrido sobre os fundamentos teóricos dos eixos pedagógicos e metodológicos, adotados nos produtos educacionais, e que favorecem o processo de ensino-aprendizagem.

2.2 Aprendizagem significativa

Barbosa e Moura (2013, p. 52) afirmam que “a EPT requer uma aprendizagem significativa” por isso, nesta pesquisa houve preferência pela teoria pedagógica de David Ausubel, psicólogo e estudioso dos processos cognitivos, que se dedicou a examinar esse tipo de aprendizagem.

De acordo com Moreira (2017), há três tipos de aprendizagem: a cognitiva, afetiva e psicomotora. A aprendizagem significativa, por sua vez, enfoca principalmente a aprendizagem cognitiva. O autor a conceitua como a que permite a acumulação de informações de forma organizada no cérebro e essa reunião de conhecimentos é designada

como estrutura cognitiva.

Desse modo, Ausubel tinha a preocupação de entender os processos de aprendizagem e contribuir para o seu aperfeiçoamento. Segundo Bessa (2008), a interação entre os conceitos já existentes no cognitivo do aluno e os novos conhecimentos a serem adquiridos é que permitem a aprendizagem significativa decorrente da ancoragem do novo tema no conhecimento anterior, favorecendo a retenção do novo aprendizado que modifica o antigo. Daí decorre a necessidade de se buscar na realidade do aluno as suas experiências para potencializar o aprendizado.

Corroborando com a autora, Moreira (2017) nos esclarece que a aprendizagem significativa é o diálogo entre uma nova informação e algum conhecimento prévio existente na estrutura cognitiva do aluno, sendo que os conhecimentos anteriores servirão de conceitos subsunçores (capazes de favorecer novas aprendizagens).

Esses conceitos são instrumentos utilizados no processo de aprendizagem para facilitar a introdução de novos aprendizados. Bessa (2008) exemplifica os subsunçores como sendo tanto os conhecimentos já aprendidos pelo aluno como as atividades que facilitem a aprendizagem. Entretanto, o mesmo autor explica que, quando a interação entre os conhecimentos é escassa ou nula, recai-se no que Ausubel definia como aprendizagem mecânica, ocorrendo assim um acúmulo arbitrário de conhecimentos, pois não ocorre a ligação entre conhecimentos anteriores e novos temas.

Apesar disso, o autor segue informando que a aprendizagem mecânica pode ser necessária quando o professor apresenta aos alunos um tema totalmente novo em que não há conhecimentos prévios que sirvam de subsunçores. Assim, ela é utilizada até o momento em que os alunos adquiram elementos suficientes para que os subsunçores estejam presentes na estrutura cognitiva do aluno e aptos a ancorarem a aprendizagem de temas correlatos.

Dentre os instrumentos que podem ser utilizados pelo professor com o objetivo de facilitar a aprendizagem, os organizadores prévios servirão de âncoras e auxiliarão no desenvolvimento de conceitos subsunçores (Moreira, 2017). Ou seja, os organizadores prévios servem de ponte entre o que o aluno já conhece e que vai aprender, como, por exemplo, aulas, guias, entre outros.

Entretanto, para se observar a ocorrência da aprendizagem significativa, é preciso que o tema seja passível de ser aprendido pelo estudante e ele esteja disposto a aprender, numa postura ativa, não se contentando com a simples memorização, tendo em vista seus interesses e a relação do tema com sua experiência de vida. Moreira (2017) aponta esses aspectos como as condições para o sucesso da aprendizagem significativa.

Outros facilitadores que podem ser usado no processo de aprendizagem são os mapas conceituais, já que servem para demonstrar a hierarquia dos conceitos e suas relações por meio de diagramas, podendo ser utilizados em uma aula. Seu uso não desobriga o docente de explicar as interações conceituais, sendo que o ideal é o seu uso quando os alunos já tenham maior conhecimento do assunto, pois servem tanto para promover a diferenciação progressiva como a reconciliação integrativa, segundo Moreira e Masini (2006).

Para que haja aprendizagem, passa-se pela fase da assimilação. De acordo com Moreira e Masini (2006), a assimilação ocorre quando um conceito mais específico se forma a partir de uma ideia mais ampla, que funciona como subsunçor, sendo o primeiro conceito resultado de uma modificação qualitativa de seu conhecimento inicial. Já após a aprendizagem significativa, os autores explicam que ocorre a assimilação obliteradora que se processa quando “novas informações tornam-se, espontâneas e progressivamente, menos dissociáveis de suas idéias-âncora (subsunçores) até que não mais estejam disponíveis, isto é, não mais reproduzíveis como entidades individuais” (2006, p. 27). Ou seja, o aluno já conseguiu apreender, se relacionar com o conceito e por isso a ideia central não aparenta ser tão distante e intangível.

A partir desses apontamentos, percebe-se a importância do professor no processo de aprendizagem significativa, pois Ausubel entendia ser seu papel escolher cuidadosamente os conceitos e a forma de apresentação e de detectar os conceitos subsunçores necessários para a aprendizagem, além de realizar o diagnóstico dos conhecimentos prévios e ensinar usando instrumentos e princípios que facilitem o aprendizado conceitual de modo significativo, de acordo com Bessa (2008). Dessa forma, o professor atua como um facilitador da aprendizagem.

Então, Ausubel ensina que, para se superar a aprendizagem mecânica, ou seja, memorística, e elevar o aprendizado para o significativo, o professor necessita trabalhar de modo que os novos conhecimentos dos alunos dialoguem com os já existentes, que atuarão como conceitos subsunçores para um novo aprendizado. Além dos conceitos subsunçores, o professor pode utilizar como instrumentos facilitadores os organizadores prévios e os mapas conceituais que servirão para correlacionar os conhecimentos dos alunos como também para auxiliar na assimilação do assunto. Para favorecer a aprendizagem significativa e otimizar o processo de ensino-aprendizagem, muitos professores optam por trabalhar com metodologias inovadoras, como ocorreu nesta pesquisa.

2.3 Aprendizagem baseada em problemas

Com o advento da revolução tecnológica e dos meios de comunicação, o mundo do trabalho requer cada vez mais do profissional proatividade, flexibilidade, autonomia e boa atuação no trabalho em equipe. Em virtude do impacto dessas necessidades na relação de ensino-aprendizagem, a EPT utiliza estratégias inovadoras que contemplam o desenvolvimento dessas habilidades em suas práticas educativas por meio do uso de metodologias ativas.

De acordo com Moraes (2020), o uso das metodologias ativas contribui para a formação de um profissional que possua as habilidades da comunicação, criatividade, resiliência, empatia, que saiba lidar com as diferenças, sendo estas características que o distinguirá dos demais. Também tem o objetivo de trilhar por novos caminhos, que, visam escutar o estudante, respeitar suas opiniões, cultivar a sua empatia, responder as suas dúvidas, aguçar sua curiosidade em pesquisar, refletir, estimular o debate, a analisar situações que simulem problemas reais e pensar nas possíveis soluções para os casos apresentados, segundo a professora Neusi Berbel (2011). Assim, promove-se a autonomia na aprendizagem, contrapondo-se ao ensino tradicional, com ênfase nas aulas expositivas e na figura do professor como transmissor de conhecimento.

Vislumbra-se a utilização da metodologia ativa como estratégia de ensino que se coaduna com a proposta de uma aprendizagem ativa, sendo o aluno o protagonista, e com uma relação dialógica entre discente e docente, levando em consideração um espaço de estudo que aproveite os conhecimentos prévios, as experiências cotidianas dos alunos e favoreça a interação entre o grupo, em vez da postura passiva do aluno diante das explicações dadas pelo professor.

Entre as metodologias ativas existentes, a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) teve seu início na escola de Medicina de McMaster, no Canadá, quando o comitê de educação da universidade buscava um modelo de ensino-aprendizagem que capacitasse os estudantes para avaliar a realidade, interpretar o que foi estudado, buscar soluções e conseguir resolver problemas. No Brasil, essa metodologia foi implantada por volta de 1993 (BOROCHOVICIUS; TORTELLA, 2014).

Conforme Cyrino e Toralles-Pereira (2004), a ABP apoia-se na teoria da equilíbrio e desequilíbrio cognitiva proposta por Piaget, já que, segundo Mitre *et al.* (2008, p. 2140) as situações-problema trabalhadas na ABP “[...] objetivam gerar dúvidas, desequilíbrios ou perturbações intelectuais, com forte motivação prática e estímulo cognitivo para evocar as

reflexões necessárias [...]”. A dúvida é utilizada como elemento motivador, como desafio que estimule o aluno a buscar a resolução dos problemas, adquirir o conhecimento de novos conceitos e, paralelamente, também trabalha conceitos atitudinais com a evolução das etapas da metodologia. Esse exercício leva o aluno a apropriar-se do assunto de forma ativa e crítica.

De acordo com BorochoVICIUS e Tortella (2014), a ABP objetiva que o estudante seja capaz de construir o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio da apresentação de situações-problema originadas de problemas reais. Ou seja, como será visto adiante, essa possibilidade se coaduna com a prática educativa de Zabala (1998). Dessa forma, a solução dessas situações visa prepará-los para o mundo do trabalho. Mitre *et al.* (2008, p. 2140) aponta como principais preceitos da aprendizagem significativa, a indivisibilidade da teoria e prática, autonomia do aluno, educação permanente e avaliação formativa e contínua.

Borges *et al.* (2014, p. 303) esclarece que a ABP é uma “proposta pedagógica que consiste no ensino centrado no estudante e baseado na solução de problema” Ainda nos informa que, geralmente, os cursos que a utilizam dividem seu currículo em “módulos ou unidades temáticas”, nos quais estão previstas várias sessões de estudo que trabalham conteúdos interdisciplinares, apresentando o tema como um todo, evitando assim a fragmentação de conhecimento e inicialmente, pode-se prever a implantação gradual da ABP, de modo a ir adaptando os sujeitos da comunidade a novas posturas decorrentes de sua adoção.

Papel do aluno e do professor na ABP

Conforme já exposto acima, a ABP é um método centrado no aluno que é estimulado a perguntar, discutir e relacionar seus conhecimentos com os problemas apresentados, além de construir, de modo ativo, seu aprendizado durante as atividades previstas.

De acordo com Barbosa e Moura (2013), em cada etapa da metodologia, os alunos são incentivados a envolverem-se com as atividades propostas, de aprender a analisar os problemas, pressupor suas causas e pesquisar as soluções, o que conseqüentemente facilita a aprendizagem. Seguem afirmando que a responsabilidade de sua aprendizagem é expressamente delegada ao estudante com o objetivo de exercitarem sua autonomia, com a orientação do tutor.

Já o professor na ABP fará o papel de tutor, elaborando as situações-problema a serem apresentadas, estimulando a discussão e a elaboração das hipóteses explicativas, orientando os

alunos para alcançarem os objetivos de aprendizagem, prevenindo o desvio do foco da discussão e verificando o entendimento do grupo sobre as questões discutidas.

Para Barbosa e Moura (2013, p. 60), a função do professor na ABP é muito mais abrangente, pois, além do trabalho intelectual e reflexivo exigido na formulação dos problemas, ele precisa “mediar discussões; atuar para manter grupos de alunos focados em um problema ou questão específica; motivar os alunos a se envolverem com as tarefas requeridas no processo de busca de solução; estimular o uso da função pensar, observar, raciocinar e entender”. Percebe-se, com as contribuições apresentadas, que apesar de os alunos serem estimulados na autonomia da descoberta das soluções do problema, o professor é ator fundamental para evitar recair em uma aprendizagem mecânica comum no ensino tradicional.

Ainda segundo Berbel (1998), antes do início da sessão, as situações-problema são elaboradas por uma comissão de especialistas ou pelo professor tutor. A sessão de estudo se desenvolve com a aplicação dos 7 (sete) passos apresentados pela autora e também encontrados no *site* da UEL, iniciando-se com: 1) Leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos. 2) Identificação dos problemas expostos na situação apresentada – os alunos identificam os problemas e são estimulados a compartilharem experiências já vivenciadas ou presenciadas; 3) Formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior. Para Cyrino e Toralles-Pereira (2004), a situação-problema deve ser trabalhada de modo a estimular os alunos a levantarem hipóteses que na opinião deles expliquem as causas do problema apresentado, aproveitando seus conhecimentos prévios, alguma experiência vivenciada ou observada; 4) Resumo das hipóteses; 5) Formulação dos objetivos de aprendizagem – os alunos apontam o que eles precisam estudar, aprofundar e os objetivos que eles desejam atingir com a aprendizagem; 6) Estudo individual – é o momento da busca das informações necessárias para chegar às possíveis soluções em cada hipótese explicativa, os tutores ficam disponíveis para tirar dúvidas sobre a metodologia, bem como orientar as pesquisas, se necessário. Conforme Berbel (1998), essa etapa é fundamental para a apropriação do conhecimento. Na etapa final, 7) Retorno ao grupo tutorial para reanálise do problema - tendo em vista o conhecimento adquirido na fase anterior, os grupos tutoriais apresentam o conteúdo estudado e as soluções encontradas para cada problema com a fundamentação legal correspondente, incentiva-se nesse momento a interação entre os grupos e o tutor por meio do debate e com partilha de ideias. O tutor abordará as informações não citadas pelo grupo e necessária para a aprendizagem ou esclarecerá alguma informação, se necessário.

Borges *et al.* (2014) sugere ao final da apresentação uma autoavaliação de todo o processo a ser realizado por cada membro do grupo. Esse é o momento em que o tutor poderá colher o *feedback* dos alunos e aproveitar para aperfeiçoar sua prática pedagógica.

Após todos esses apontamentos, percebe-se, como bem exposto por Borochovicus e Tortella (2014), que a ABP atende tanto a discentes como a docentes e à própria sociedade, pois oportuniza aos alunos lidar com problemas que poderão enfrentar na vida profissional e aprender a analisar e tomar decisões para solucioná-las. Aos professores, permite relacionar o conteúdo demonstrado às demandas que os alunos possuem tendo em vista as exigências do mercado de trabalho, demonstrando a importância do tema e estimulando-os a pesquisar e trabalhar conteúdos transversais.

Dessa forma, percebe-se que a ABP permite a realização do princípio da indissociabilidade entre teoria e prática, pois trabalha com situações-problema originadas de problemas reais (Borochovicus e Tortella, 2014) e a indivisibilidade entre a teoria e prática (Mitre *et al.*, 2008); assim como o princípio da contextualização e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais. Segundo Kuennzer (2009), a contextualização ocorre quando o sujeito consegue se relacionar ativamente com o objeto de estudo, o que se alcança por meio da transposição didática corroborando para a aprendizagem significativa. Para isso, a EPT pode utilizar os recursos da própria ABP como as ferramentas facilitadoras de aprendizagem previstas por Ausubel. Ainda, ressalta-se que o aprendizado propagado pela ABP apoia-se na autonomia do estudante, outro preceito perseguido pela EPT, que se constitui na aptidão dos alunos “compreenderem a sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social, intervindo na mesma conforme as suas condições objetivas e subjetivas” (Araujo e Frigotto, 2015, p. 74). A autonomia é uma das características que contribuem para a formação integral do estudante.

Ao longo desse referencial teórico foi mostrado como o ensino do turismo acessível a partir da legislação sobre as pessoas com deficiência é justificável, pois está intimamente ligado à cidadania e aos direitos humanos e por dialogar e abrir espaço para a realização dos princípios norteadores da educação profissional técnica de nível médio, e em última análise contribuir para a formação integral do estudante ao perceber a educação como um processo formativo capaz de integrar as diversas dimensões que permitem o pleno desenvolvimento do estudante e que apesar das dificuldades para tanto, a educação é local de resistência e libertação por excelência.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa busca refletir sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade no turismo, que reforçados pela escolha dos pressupostos pedagógicos e metodológicos mostrados no referencial teórico, permitiu verificar aproximações entre a finalidade desses temas e a da educação profissional e tecnológica, defendendo-se a aplicação dos produtos educacionais na EPT, pois esta ao aliar a formação intelectual para o trabalho favorecerá o objetivo de contribuir para a formação adequada dos futuros profissionais e de cidadãos sensíveis ao desafio da implementação da acessibilidade para todos.

Por isso, a presente seção consiste na apresentação do percurso metodológico trilhado para a pesquisa em questão detalhando o tipo de pesquisa, o método adotado e os instrumentos utilizados para a coleta de dados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Neste estudo, optou-se pela pesquisa de natureza quantitativa e de caráter descritivo, permitindo a exposição de características dos sujeitos participantes, a organização e apresentação clara e concisa dos dados coletados (Gil, 2019), além da abordagem qualitativa que decorre do emprego da pesquisa-ação na investigação. Segundo Thiollent (2011), este método se caracteriza pela tentativa de explicar problemas sociais e técnicos por meio da reunião de pessoas envolvidas ou interessadas em uma situação-problema, na busca por soluções desses problemas, pela aprendizagem e pela ação efetiva dos envolvidos, prevendo também a contínua melhoria da prática docente.

O mesmo autor afirma que a abordagem qualitativa possibilita aos participantes da pesquisa condições de serem capazes de atuar com maior eficiência frente a situações cotidianas com a perspectiva da transformação de sua realidade social. Isso ocorre quando a resolução de um problema próximo ou conhecido dos envolvidos, a partir da implementação de uma ação, desperta o interesse coletivo proporcionando maior eficiência na solução dos problemas investigados.

Sendo esta pesquisa de caráter exploratório, pois revela tendências observáveis, levando a compreender melhor os dados coletados e facilitando a formulação de hipóteses para estudos posteriores (Gil, 2019). Por isso, possibilita uma visão geral sobre o ensino do turismo acessível e a pertinência dos produtos educacionais nos cursos de Turismo e Hospitalidade do IFAL, além de contribuir para aprimorar os guias didáticos.

3.2 Critérios de inclusão e exclusão, lócus e sujeitos da pesquisa

Os critérios de inclusão para a participação na pesquisa foram: adesão voluntária do aluno maior ou menor de idade e aluno matriculado no componente curricular de Legislação Aplicada em Turismo do terceiro ano do curso de Guia de Turismo do *campus* Marechal Deodoro.

Como critério de exclusão, respeitou-se a decisão dos alunos de não participarem da pesquisa; a desistência da participação em qualquer fase da pesquisa ou recusa na devolução dos termos de consentimento preenchidos e assinados.

Desse modo, o *locus* da pesquisa foram as duas turmas do terceiro ano do ensino técnico do nível médio, do curso de Guia de Turismo do *campus* Marechal Deodoro do IFAL, nas aulas de Legislação Aplicada ao Turismo. Iniciada a pesquisa com a participação do professor colaborador e de 30 alunos em uma turma e 35 alunos na segunda turma e finalizada com a participação de 48 alunos. Na primeira turma, foram 26 participantes, em sua maioria composta pelo público feminino, sendo 18 alunas e 8 alunos, na faixa etária dos 17 a 20 anos, e na segunda turma participaram 22 estudantes sendo 12 alunas e 10 alunos entre os 16 a 19 anos.

3.3 Percurso Metodológico

O percurso metodológico traçado durante a pesquisa iniciou com a realização de pesquisa documental, que teve como objetivo conceber o referencial teórico, bem como delinear os conteúdos que compõem os produtos educacionais. No primeiro momento, com base na análise de artigo científico de Duarte e Lemos (2017) e a dissertação de Coelho (2014), percebeu-se que para explicar o conceito de turismo acessível, as autoras antes esclareciam os conceitos de deficiência, pessoa com deficiência, barreiras, acessibilidade, design universal, inclusão social e relacionavam a previsão constitucional dos direitos das pessoas com deficiência e a legislação tanto no plano internacional como nacional e posteriormente também se baseando em Santos e Duarte (2017) e Duarte e Honorato (2020).

Em seguida, foram pesquisados os conceitos associados acima e citados em grande número de artigos científicos, dissertações, livros, guias/manuais governamentais e na legislação e as iniciativas protetivas aos direitos das pessoas com deficiência dentre convenções, declarações e programas da ONU (abrangendo o período de 1948 a 2015) e cartas, códigos, declarações e recomendações da OMT (entre 1980 a 2018), assim como as

classificações da OMS a respeito do conceito de deficiência (1980 e 2004), as normas constitucionais sobre o tema e a legislação brasileira produzida ao longo dos anos de 1962 a 2018, incluindo as normas de acessibilidade, resoluções e instruções normativas.

Além disso, foi escolhido o pressuposto pedagógico a ser utilizado para elaboração da prática educativa, isto é, a teoria de aprendizagem significativa de David Ausubel em Moreira (2017) e o pressuposto metodológico, a ABP de Berbel (1998), tendo como fonte de consulta os artigos científicos, as dissertações e livros, e enfim pesquisada as aproximações existentes entre os princípios norteadores da EPT (BRASIL, 2012) e o ensino do turismo acessível, os direitos das pessoas com deficiência e os pressupostos pedagógicos e metodológicos acima mencionados, em artigos científicos, dissertações, livros e em leis e resoluções, tudo isso considerando durante a elaboração e aplicação dos produtos educacionais o método adotado, a pesquisa-ação de Thiollent (2011).

Na sequência, o trabalho perpassou pelas ações em campo, detalhados a seguir:

Na primeira etapa, com base na questão de investigação se o IFAL promove espaços de reflexão sobre o turismo acessível e a legislação referente às pessoas com deficiência nos seus cursos, foi realizado um diagnóstico por meio de questionário, para identificar o perfil dos sujeitos participantes, suas necessidades, o nível de conhecimento e o interesse em estudar o tema. Este possibilitou um primeiro aperfeiçoamento no guia de estudos.

Na segunda etapa, procedida a intervenção com a aplicação do guia de estudos pela própria pesquisadora em 5 (cinco) encontros, nas aulas de Legislação Aplicada ao Turismo, com a colaboração dos 48 (quarenta e oito) alunos participantes e do professor da disciplina, a partir da qual a pesquisadora utilizou-se da observação.

Na terceira etapa, realizada a avaliação final dos produtos educacionais, colaborando para o desenvolvimento dos guias didáticos e viabilizando as melhorias necessárias.

Na quarta etapa, para reconhecimento das condições de acessibilidade nos empreendimentos hoteleiros e espaços museológicos de Maceió e Marechal Deodoro foi realizado um diagnóstico desses locais, por meio de questionários on-line. Cabe salientar que a amostra inicialmente prevista para a pesquisa era de vinte hotéis e cinco museus das cidades citadas, mas em virtude da pandemia da covid-19 – que culminou na publicação de um decreto governamental provocando o fechamento dos estabelecimentos – adequou-se à pesquisa com a redução da coleta. Enviados os questionários para trinta e um hotéis de Maceió e dez de Marechal Deodoro, bem como para sete museus de Maceió no período de maio a junho de 2020. Contudo, apenas sete empreendimentos de Maceió e dois de Marechal Deodoro, totalizando nove hotéis, e quatro museus de Maceió responderam a pesquisa, apesar

do contato por meio das redes sociais e dos reenvios do questionário por e-mail.

A escolha da cidade de Maceió para a etapa se justifica, pois o local ocupa o primeiro lugar no ranking dos destinos alagoanos mais procurados pelos turistas (Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2015), e alia a facilidade de ser o local de residência da pesquisadora. Já o município de Marechal Deodoro, além de ser a sede do curso que recebeu a pesquisa e residência da maioria dos sujeitos participantes, a cidade é o terceiro destino turístico mais visitado no estado, segundo notícia publicada no blog Meio ambiente & turismo (MARECHAL, 2018).

Baseado nesse resultado objetivou-se analisar a viabilidade de sugerir ao IFAL a inclusão nos componentes curriculares de direito e legislação dos cursos da área de Turismo e Hospitalidade o ensino do turismo acessível a partir da análise da legislação referente às pessoas com deficiência com o uso dos produtos educacionais, já que as respostas permitem mostrar as características da acessibilidade nas infraestruturas e a visão dos hotéis e museus em relação à importância da formação específica nessa área.

Por último, reunidas as informações geradas na coleta de dados e na pesquisa documental para operacionalizar as melhorias necessárias nos produtos educacionais, chegou-se a versão apresentada neste trabalho.

3.4 Instrumentos de coleta de dados

Para a coleta de dados, foram utilizados como instrumentos os questionários semiestruturados com múltipla escolha e questões subjetivas, a observação e a colaboração coletiva dos alunos.

O questionário semiestruturado com múltipla escolha e questões subjetivas foi utilizado em três momentos. Utilizou-se o questionário de avaliação inicial (Apêndice B), junto aos alunos, com o objetivo de realizar um diagnóstico e alguns fatores importantes foram traçados, a exemplo do perfil dos sujeitos participantes, como o nível de conhecimento, a importância do tema e o interesse em estudar o assunto. Foi realizado um exame de natureza interpretativa desses resultados promovendo a discussão entre estes e o referencial teórico, a fim de aproximar o produto educacional - PE das necessidades e interesses dos alunos em uma primeira adequação dos guias, assim como, aliado a pesquisa nos projetos pedagógicos dos cursos de turismo e hospitalidade do IFAL, respondeu a questão de investigação sobre se o IFAL promove espaços de reflexão acerca da legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade no turismo.

Também foi usado o questionário de avaliação final (Apêndice C) respondido pelos estudantes, com questões de múltipla escolha e subjetivas, com parte das perguntas adaptadas de Fagundes (2015) e de Klein e Ahlert (2019), utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2016) a fim de averiguar a aprendizagem sobre os conceitos estudados, bem como avaliar a metodologia utilizada e se o produto educacional ajudou a compreender a metodologia e as atividades realizadas. Para Bardin (2016, p. 44), a análise de conteúdo pode colaborar para desvendar o que os interlocutores querem realmente dizer por meio da análise de sua informação, pois se trata de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. O resultado desse questionário subsidiou as respostas para a questão de investigação sobre se o produto educacional pode colaborar para a promoção da reflexão a respeito da legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade no turismo. Também respondido um questionário gerado a partir do Google Forms pelo professor colaborador (Apêndice D).

Por último, utilizado o questionário on-line de múltipla escolha, gerado a partir do Google Forms e adaptado de Coelho (2014) e os resultados analisados quantitativamente. Baseado nesses dados objetivou-se responder a questão de investigação sobre se os empreendimentos hoteleiros e espaços museológicos promovem a acessibilidade e a partir dessa resposta analisar a possibilidade de sugerir ao IFAL a inclusão do ensino do turismo acessível a partir da análise da legislação referente às pessoas com deficiência, com o uso do produto educacional, nos componentes curriculares de direito e legislação dos cursos da área de Turismo e Hospitalidade, já que as respostas permitem mostrar as características da acessibilidade nas infraestruturas e a visão dos estabelecimentos em relação à importância da formação específica nessa área.

A observação foi usada durante a aplicação do PE. Conforme os ensinamentos de Ludke e André (2018), este recurso permite à pesquisadora contato pessoal e próximo da realidade vivenciada na sala de aula, pois afirmam que não há melhor apuração do fenômeno do que a experiência direta. Dessa forma, houve a aproximação da expectativa dos participantes e pode registrar comportamentos e opiniões oralmente compartilhadas pelos alunos, o que contribuiu no aperfeiçoamento.

Por fim, durante a intervenção é reservado espaço para a autoavaliação. Este momento de colaboração coletiva dos alunos atende tanto as recomendações da ABP quanto da pesquisa-ação, pois objetiva que os participantes exponham os aspectos positivos e negativos da experiência educacional, contribuindo de forma ativa para o desenvolvimento do produto.

4 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta pesquisa desenvolveram-se os produtos educacionais: Guia de estudos de turismo acessível e Turismo Acessível: guia de orientações para professores. Os guias foram idealizados como suporte educacional para auxiliar o estudante durante a prática educativa e como material para assessorar os professores em suas práticas pedagógicas, utilizando-o como metodologia principal ou de apoio para lecionar sobre turismo acessível, colaborando para a ampliação do debate do tema na EPT e tendo por finalidade enriquecer a formação profissional dos estudantes.

Zabala (1998) orienta estar previsto no material destinado aos alunos uma variedade de recursos pedagógicos e não apenas as unidades didáticas, pois não se trata de instruções a serem seguidas rigidamente, mas de um material consultivo, que auxilia os alunos nas “atividades de ensino/aprendizagem propostas pelos professores” que será moldado conforme as características dos sujeitos (1998, p. 188). Por outro lado, o mesmo autor conceitua os materiais curriculares, a exemplo dos guias didáticos dos professores, como os “instrumentos que proporcionam ao educador referências e critérios para tomar decisões, tanto no planejamento como na intervenção direta no processo de ensino/aprendizagem e em sua avaliação” (p. 167-168). Ou seja, o guia para o professor o ajudará no processo de ensino/aprendizagem ao compartilhar as fases de planejamento (com o delineamento dos objetivos educacionais, dos conteúdos selecionados e dos recursos pedagógicos), da intervenção em sala de aula (descrições das etapas a serem realizadas), e sugestões para a avaliação da prática educativa em si (verificação da eficácia dos produtos educacionais) e da experiência de aprendizagem que os alunos obtiveram (o que produzirá indicadores para a melhoria das atividades e das mudanças necessárias).

A elaboração dos produtos educacionais fundamenta-se no imperativo legal disposto no artigo 28, inciso XIV, da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), que trata da inserção de temas referentes às pessoas com deficiência nos diversos campos do saber em cursos de educação profissional técnica e tecnológica.

O suporte teórico técnico-científico para a elaboração dos produtos educacionais baseou-se em artigos científicos e dissertações sobre turismo acessível e na legislação brasileira, referente às pessoas com deficiência, bem como guias e cartilhas desenvolvidos por órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, inclusive de guias turísticos internacionais. Além disso, escolhida como metodologia a ABP de Berbel (1998), que foi trabalhada em conjunto com a teoria de aprendizagem significativa de David Ausubel em

Moreira (2017). Por fim, para a organização das seções dos produtos valeu-se dos ensinamentos de Zabala (1998) sobre a prática educativa.

4.1 Planejamento dos produtos educacionais

Zabala (1998) ensina que para qualquer prática educativa faz-se necessário o processo de planejamento, aplicação da intervenção pedagógica e sua avaliação. Para a primeira fase será exposto, com base no autor acima, a organização dos conteúdos de aprendizagem o objetivo educacional, os conteúdos de aprendizagem, a sequência de atividades de ensino aprendizagem, conforme metodologia adotada, a relação interativa entre alunos e professores, a organização social da aula, os materiais curriculares e a avaliação.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa documental sobre o turismo acessível (Coelho, 2014; Duarte e Lemos, 2017; Santos e Duarte, 2017), as iniciativas protetivas da ONU e OMT e a legislação brasileira, referente às pessoas com deficiência, e percebida a necessidade de se trabalhar conjuntamente os conceitos: pessoas com deficiência, deficiência e tipos, barreiras, acessibilidade, desenho universal, princípios e inclusão social.

O tema turismo acessível partindo da legislação sobre as pessoas com deficiência pode ser trabalhado em um componente curricular de direito e legislação. Neste caso a temática é naturalmente interdisciplinar, pois se baseia na interação dos campos do saber do turismo e do direito que ocorre quando: “[...] o conjunto de instituições e regras do direito [...] serve de instrumento para o planejamento e o desenvolvimento do turismo, tendo por finalidade amparar os turistas e seus profissionais e conciliar a ordem pública e a atividade turística” (PY, 2000, p. 7 citado por BADARÓ, 2005, p. 227-228).

Ou seja, esse diálogo ocorre quando os diversos ramos do direito e as legislações regem direta ou indiretamente a organização do Turismo e as relações estabelecidas durante a prestação dos serviços turísticos. Apesar de as legislações apresentadas no produto educacional serem esparsas e não estarem vinculadas diretamente ao turismo, baseadas na interdisciplinaridade, elas facilitam o acesso ao turismo e aos usuários. Dessa forma, nos produtos são apontadas aos usuários algumas justificativas para o estudo e o ensino do assunto nos componentes curriculares de Direito e Legislação.

Por isso, estabeleceu-se como objetivo educacional da prática pedagógica que os alunos compreendessem os conceitos de turismo acessível e dos temas que interagem com este, como já explicado acima; conhecessem a legislação referente às pessoas com deficiência e, diante da situação concreta, conseguissem identificar os problemas; refletissem e

interpretassem as normas e relacionassem o fato às normas que promovem a acessibilidade ao atrativo, estabelecimento ou serviço turístico, valorizando o trabalho em equipe, a cooperação, o respeito, a tolerância e a solidariedade junto às pessoas com deficiência. Tais objetivos contribuem para uma formação crítica, autônoma e emancipatória.

Para que a prática de ensino se encaminhasse para o objetivo citado, os guias trabalharam os conceitos conceituais, procedimentais e atitudinais, de acordo com Zabala (1998). O autor ressalta que esses conceitos conceituais envolvem a compreensão de aspectos em comum e concepções, relacionando causa e efeito dos conceitos. Este é trabalhado principalmente na primeira unidade didática e servindo de base para o desenvolvimento das demais, nas quais os discentes precisaram reconhecer os principais elementos abordados e relacioná-los com as situações-problema.

O mesmo autor segue explicando que o segundo conceito engloba um conjunto de ações sequenciadas, com o estímulo do desenvolvimento de determinadas habilidades ou procedimentos. Durante a própria prática das atividades, com a realização das etapas da ABP, os alunos exercitaram os procedimentos de dialogar, debater, de trabalhar em equipe, pesquisar, de apresentar, analisar as legislações e refletir o problema; e esclarece que o conceito atitudinal promove a assimilação de valores, normas e princípios, com isso os alunos ponderam suas atitudes, julgam os atos praticados por si e pela sociedade, podendo ser revistos pelos mesmos. Assim são trabalhados valores como a solidariedade; a não discriminação; a inclusão social; o respeito ao próximo; atitudes como cooperação, tolerância e responsabilidade social; e os direitos das pessoas com deficiência, incentivando a reflexão desses preceitos, enfatizando o respeito à diversidade e direcionando para o alcance do objetivo educacional dessa proposta.

Tanto a discriminação do objetivo educacional como os conceitos aqui relacionados foram apresentados no guia de professores. Já a metodologia central adotada para a prática educativa, a ABP, foi explicada (como pode ser visto no referencial teórico) em uma seção específica no guia de estudos e prevista na seção de planejamento do guia de orientações para professores, contemplando também para os professores algumas instruções para a criação de novas situações-problemas e uma breve explicação sobre a teoria de aprendizagem significativa de Ausubel (Moreira, 2017).

As relações que se estabelecem entre professores e os alunos por meio do processo de ensino aprendizagem determinam o papel de cada um, segundo Zabala (1998). Na ABP a função do professor é estimular o pensamento crítico e ajudar o aluno na busca pelo aprendizado, orientando-o durante a aplicação da metodologia e incentivando a cooperação

mútua entre os estudantes, inserindo alunos que possuem mais dificuldades de participar das discussões em grupo (Moura e Barbosa, 2013). Nesse sentido, o professor faz uso de diferentes estratégias pedagógicas, intervindo quando necessário ou apenas acompanhando a atividade. Para o mesmo autor, o que conseqüentemente facilita a aprendizagem, é que os alunos em cada etapa da metodologia são incentivados a envolverem-se com as atividades propostas, de aprender a analisar os problemas, pressupor suas causas e pesquisar as soluções. Segue afirmando que a responsabilidade de sua aprendizagem é expressamente delegada ao estudante com o objetivo de exercitarem sua autonomia, com a orientação do tutor. Dessa forma, os estudantes são induzidos a uma postura ativa e comprometida com a experiência educativa.

Por isso, a relação interativa, ou seja, as relações estabelecidas entre discentes, docente e os conteúdos trabalhados de acordo com Zabala (1998) no produto educacional possui o intuito de criar um espaço de estudo que aproveite os conhecimentos prévios, as experiências cotidianas dos alunos e favoreça a interação entre os grupos por meio do debate, tentando atender a diversidade de estudantes por meio da construção do conhecimento, incentivando suas contribuições e a sua participação ativa. Além disso, essas atividades visam promover a participação do aluno que é mais tímido, encorajando-o a expor seus pensamentos e suas dúvidas. Essa relação foi informada para o aluno juntamente com a explicação da metodologia, mas para o professor foi trabalhada na seção de planejamento do produto educacional.

O passo seguinte foi escolher o tipo de organização social da sala. Segundo Zabala (1998), há várias possibilidades de estruturar a sala de aula, mas a escolha de determinada forma é acompanhada de benesses e desvantagens, cabendo ao professor pelo que melhor se adequa a sua necessidade/possibilidade. Aqui se adotou as formas de organização recomendadas pela ABP, na qual são formados grupos tutoriais compostos por oito a dez discentes, sendo um dos estudantes o coordenador e outro, o secretário. Em cada sessão de estudo, há um rodízio dessas funções à medida que cada grupo se apresenta, e os demais auxiliam os estudantes coordenador e secretário, além de contribuir para discussão e debate. Esse formato de grupo tutorial acontece nas etapas 1,2,3,4,5 e 7 da ABP, entretanto na sexta etapa da ABP é realizada o estudo individual, podendo essa atividade ser feita em duplas, em virtude da estrutura física da escola não comportar o modelo proposto. Atendendo aos preceitos da pesquisa-ação na qual se baseia essa pesquisa, para a avaliação da prática educativa organiza-se os alunos em um único grande grupo a fim de colaborarem coletivamente para seu aperfeiçoamento. Nos guias, essas informações estão dispostas à

medida que se explica a metodologia e as atividades realizadas nas sessões de estudo.

Por último, para o processo de avaliação, Zabala (1998) recomenda na fase anterior à intervenção pedagógica, a avaliação inicial. Trata-se de saber quais são os conhecimentos prévios dos alunos, suas experiências pessoais, o interesse no assunto proposto e sua relação com o tema. Isso influenciará diretamente na determinação do objetivo educacional, no atendimento das necessidades dos estudantes, bem como nos conteúdos de aprendizagem e recursos pedagógicos selecionados. Os instrumentos escolhidos para a avaliação inicial foram os questionários individualizados, aplicados aos alunos na fase de intervenção, com o objetivo de realizar um diagnóstico. Inicialmente foi apontada essa avaliação como uma sugestão.

O autor também recomenda, durante a intervenção pedagógica, a avaliação que denomina como reguladora. Esta avaliação ocorre a cada encontro, por meio da observação das atividades realizadas, verificando o nível de compreensão dos conceitos trabalhados, a prática e o domínio dos conceitos procedimentais e o comportamento dos estudantes e suas opiniões durante a realização das atividades. O docente pode lançar mão de outras ações diferentes das inicialmente previstas para adequar a intervenção às necessidades dos alunos, visando à melhoria contínua da prática educativa, conforme requer a pesquisa-ação (TRIPP, 2005).

Ainda, o autor propõe a avaliação final para verificar o que foi aprendido pelos estudantes e os resultados alcançados com a prática de ensino. Esta pode ser realizada após a apresentação dos grupos tutoriais, por meio da autoavaliação, bem como da avaliação integradora, que valora o percurso do aluno desde a avaliação inicial até o resultado final, subsidiando as decisões do docente acerca de quais recursos pedagógicos foram utilizados acertadamente e o que precisa ser melhorado. Este item é explicado para o professor na fase de planejamento, sendo recordada ao final das unidades de estudos. Já para os estudantes, destinou-se uma seção para apresentar os critérios da avaliação com base na participação dos alunos, na apresentação do grupo tutorial, no relatório produzido por eles e na criatividade do grupo durante a apresentação.

Após todas as recomendações do autor consideradas, tanto no guia de estudos como no guia de orientações para os professores foram dispostas três unidades de estudo, trabalhando-se nelas a acessibilidade da comunicação na prestação de serviço; acessibilidade ao museu e acessibilidade ao transporte aéreo comercial. Para as unidades de estudo no guia de estudo, inicialmente, foi disposto apenas um quadro informando os conteúdos que seriam trabalhados. E como a legislação nacional não está reunida em um código, tratando-se de leis e normas esparsas, preferimos apresentá-las em uma tabela, no apêndice, para otimizar o momento da

pesquisa dos estudantes. Em virtude da intervenção pedagógica prever a aprendizagem autônoma do estudante, no guia não são explicados os conceitos trabalhados, à medida que a prática avança eles construíram seu aprendizado.

Já nas unidades de estudo dispostas no guia de orientações, cuja estrutura foi adaptada das unidades didáticas de Fagundes (2015), incluído a situação-problema proposta, os conteúdos, os problemas a serem identificados, bem como a fundamentação jurídica que é trabalhada nela, sugestão de leitura de apoio, são detalhados os objetivos, o material utilizado e a duração da unidade, além dos procedimentos didáticos e a avaliação. Também foi disponibilizada uma tabela, no apêndice, com uma breve evolução das iniciativas protetivas da ONU e OMT (destinada somente aos professores, pois os documentos originais da OMT estão disponíveis apenas em inglês, francês e espanhol no sítio eletrônico da organização) e da legislação brasileira. Abaixo detalhada a estrutura inicial de cada produto, inclusive com os títulos e termos utilizados no começo da pesquisa.

1. Guia de estudos de turismo acessível apoiado na ABP

- 1.1 Apresentação: informa ao estudante que o guia é um produto educacional desenvolvido em uma pesquisa de mestrado, bem como o objetivo do guia e do que se trata a proposta de ensino e a importância do estudo do turismo acessível.
- 1.2 Metodologia: no capítulo 2, explica-se do que se trata a metodologia ativa e a ABP, e apresenta suas etapas a serem desenvolvidas. No capítulo 3, apresenta-se como serão os encontros e as atividades desenvolvidas em cada um, com as devidas instruções para cada atividade.
- 1.3 Unidades de Estudos: no capítulo 4, são expostos apenas os assuntos que serão estudados por cada grupo. No capítulo 5, explica-se como o trabalho deverá ser apresentado e o relatório que resultará da apresentação. No capítulo 6, há indicações de leituras para auxiliar no estudo individual, e o capítulo 7 explica como será o sistema de pontuação adotado pelo docente.
- 1.4 Subsídio Legal: no capítulo 8, disponibiliza-se uma tabela com a evolução da legislação brasileira referente à pessoa com deficiência e as normas de acessibilidade.

2. Guia de Orientações para Professores

- 2.1 Apresentação: informa ao professor que o guia é parte integrante de um produto educacional desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, bem como do que se trata a proposta de ensino, os pressupostos

- metodológicos e pedagógicos, o suporte teórico-científico e o objetivo educacional do guia. O capítulo 2 aponta a importância do ensino do turismo acessível.
- 2.2 Metodologia: no capítulo 3, explica-se o planejamento da prática educativa e do que se trata a metodologia ativa e a ABP e apresenta suas etapas a serem desenvolvidas.
 - 2.3 Aplicação da Proposta de Ensino: o capítulo 4 apresenta também como os encontros foram organizados e estruturados, com as devidas instruções para cada sessão de estudo.
 - 2.4 Unidades de Estudos: cada unidade de estudo é apresentada em um capítulo apresentando o tema a ser estudado, o conteúdo trabalhado com indicação da legislação base, os objetivos, o material a ser usado, a duração, os procedimentos didáticos e a avaliação a ser procedida.
 - 2.5 Subsídio Legal: nos apêndices A e B, são disponibilizadas tabelas com as principais iniciativas internacionais de proteção ao direito das pessoas com deficiências, bem como a legislação brasileira referente à pessoa com deficiência e as normas de acessibilidade, respectivamente.

4.2 Aplicação do guia de estudos

Apesar de elaborada uma primeira versão dos guias didáticos, optou-se por aplicar apenas o guia de estudos enquanto o guia de orientações para professores seria aperfeiçoado, com o apoio do professor colaborador, à medida que a prática educativa avançasse. Por isso, ele só recebia as atividades a serem trabalhadas antes do início de cada aula.

Ressalta-se que inicialmente foram preparadas 3 unidades de estudos, contudo, ao receber a relação de alunos matriculados em cada turma, descobriu-se que eram 36 (trinta e seis) alunos na primeira e 38 (trinta e oito) alunos na segunda. Mesmo sendo voluntária a participação na pesquisa, o que poderia resultar na diminuição do total de participantes, em virtude da recomendação da metodologia utilizada de formar grupos de 8 a 10 alunos, foi elaborada a quarta unidade de estudo.

Então, antes do início das sessões de estudo, é apresentado aos alunos o produto a ser aplicado, bem como o cronograma das atividades, com o apoio da coordenadora do curso e o professor da disciplina, que disponibilizou a nota bimestral para ser utilizada como benefício imediato para os alunos, a fim de incentivar a participação, demonstrando a cultura discente de realizar atividades condicionadas a uma nota. Em seguida, entregue os Termos de consentimento livre e esclarecido - TCLE e Termo de assentimento livre esclarecido - TALE

para assinatura e aplicado um questionário prévio com nove questões com o objetivo de conhecer o perfil dos sujeitos participantes, bem como identificar suas necessidades e nível de conhecimento sobre o tema em questão. As informações coletadas nos questionários foram tratadas qualitativamente para um primeiro ajuste no guia de estudos, considerando o contexto real.

Aqui, percebeu-se uma resistência de parte das turmas em lerem os termos de consentimento, inclusive alguns alunos verbalizaram a ausência do gosto pela leitura. Além disso, o resultado do questionário prévio (discutido na subseção adiante) indicou a necessidade de explicar os vários conceitos trabalhados junto ao turismo acessível, princípios e breve evolução das iniciativas internacionais com as quais o Brasil se comprometia legalmente em promovê-las. Considerando essas duas situações, decidiu-se pela inclusão da quinta unidade de estudos com os assuntos que seriam explicados por meio de uma aula expositiva e dialogada, apoiada ricamente em imagens para ajudar na construção e entendimento dos conceitos e dos fundamentos jurídicos apresentados e para evitar uma abordagem cansativa e a desmotivação dos alunos.

A aplicação do produto levou em consideração o planejamento dos guias didáticos, conforme demonstrado no subtópico 4.1, e as adaptações narradas nos parágrafos anteriores. Desenvolvidas cinco unidades de estudos, tratando dos conceitos básicos, da acessibilidade da comunicação na prestação de serviços, da acessibilidade aos museus, da acessibilidade ao transporte aéreo comercial e sobre o turismo de aventura adaptado que foram aplicados em cinco sessões de estudos, sendo utilizadas 2 aulas em cada sessão (1h40minutos), distribuídas em cinco semanas, totalizando uma carga horária de 8h e 20minutos, no período de agosto a setembro de 2019. Abaixo, será feita uma breve descrição de como se desenvolveram as sessões de estudo nas duas turmas.

1ª sessão de estudos: realizada a entrega da versão adaptada do guia de estudos, a situação-problema que seria trabalhada nesta sessão e a turma reunida em um semicírculo, de modo que todos tivessem em seu campo visual o grupo e a reprodução da imagem do data show, onde já nos deparamos com a resistência de uma das turmas porque na aula seguinte eles teriam que reorganizar as cadeiras, já que essa organização da sala de aula não é habitualmente adotada.

Iniciada a aula expositiva e dialogada com a apresentação de uma imagem provocadora (Figura 1), a partir da qual a tutora iniciou a interação estimulando os estudantes a compartilharem os sentimentos que vieram à tona ao ver a foto e as experiências já vividas

ou observadas. Em seguida, trabalhada uma notícia jornalística com o relato de situações reais vivenciadas por pessoas com deficiência em atrativos turísticos na capital do país, Brasília/DF (Figura 2) e realizada os cinco primeiros passos da ABP (Figura 3), conforme descritas no subtópico anterior.

Figura 1 - Imagem provocadora



Fonte: Imagem disponível em: <https://bahianoar.com/cadeirantes-camacarienses-enfrentam-problemas-de-acessibilidade/>

Figura 2 - Slide de exposição da notícia

Situação-Problema

Notícia:

“Cadeirantes relatam falta de acessibilidade em pontos turísticos na capital do país”

Fonte: Autora (2019)

Figura 3 – Slide de exposição das etapas 1 a 5 da ABP

PASSOS DA ABP

- 1. Quais os problemas que encontramos nessa situação-problema?**
- 2. Tem algum termo desconhecido?**
- 3. Na opinião de vocês, porquê esses problemas acontecem?**
- 4. Resumo das hipóteses**
- 5. O que precisamos estudar para entender melhor esse problema?**

Fonte: Autora (2019)

Uma das turmas teve maior dificuldade para estabelecer o diálogo proposto pela prática educativa, se destacando alguns alunos mais desenvolvidos, ao passo que a outra turma foi bastante participativa interagindo de forma uniforme e cumprindo o objetivo da metodologia. Nas duas turmas, percebida a dificuldade para cumprir a etapa da formulação dos objetivos de aprendizagem, onde a tutora e o professor colaborador ajudaram para que entendessem qual a finalidade dessa fase.

De fato, a tutora quis aplicar essas primeiras etapas da ABP para que os discentes se

familiarizem com a ela, já que não era possível realizar uma oficina sobre a metodologia. Ato contínuo explicou os conceitos básicos, com o uso de slides e com pausas nas quais a tutora fazia perguntas provocadoras para os alunos tirarem suas dúvidas e fizessem a exposição das suas opiniões.

Ao final, a reprodução de um vídeo mostrou as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, e pela partilha feita depois, foi possível constatar a sensibilização dos alunos ao perceberem os obstáculos existentes em nosso meio. Os alunos foram orientados a organizarem os grupos tutoriais. O ideal seria que essa sessão fosse desdobrada em pelo menos mais uma para se trabalhar mais detalhadamente, sem apressar a discussão e poder aprofundar mais alguns pontos. Repassadas as instruções para a próxima sessão.

2ª sessão de estudos: Sorteamos os temas a serem trabalhados e distribuída as situações-problema a cada grupo tutorial correspondente às unidades de estudos 2, 3, 4 e 5, quais seja, acessibilidade à comunicação na prestação de serviços, acessibilidade a museus, acessibilidade ao transporte aéreo comercial e turismo de aventura adaptado, respectivamente, já que optamos que os problemas não viessem descritas no guia de estudos (como explicado no planejamento).

Os alunos se reuniram e a tutora realizou com cada grupo os passos da ABP e os alunos foram estimulados a interagirem durante a realização das etapas com os outros grupos para evitar a dispersão. Apesar de nesta sessão os alunos de modo geral terem sido mais participativos, mais uma vez percebida a dificuldade de alguns grupos na etapa dos objetivos de aprendizagem. Repassadas as instruções para a próxima sessão.

3ª sessão de estudos: Nesta sessão foi realizado o estudo individual no laboratório de informática com acesso à internet para realização da pesquisa do conteúdo a ser estudado. No começo foram repassadas as instruções gerais para as pesquisas e os alunos se dividiram em duplas, já que a limitação de máquinas não permitiu a pesquisa individual. A tutora ficou à disposição dos discentes para esclarecimento de dúvidas sobre a metodologia, bem como orientando individualmente acerca da pesquisa, quando solicitado ou quando percebida a necessidade.

Para orientar os estudantes a buscarem as respostas, foram disponibilizadas no guia de estudo as seguintes questões: a) quais desrespeitos às normas ou acertos a situação-problema nos apresenta? b) quais as legislações você pesquisou? Do que se tratam as leis ou normas estudadas? c) quais as regras contidas nessas normas não foram cumpridas em cada problema? d) o que o prestador do serviço turístico deveria fazer para respeitar essas normas? Quais as soluções você sugere para resolver o problema apresentado? e) houve algum

conteúdo que, mesmo não estando diretamente relacionado com as situações-problema, você pondera ser relevante citar durante a apresentação do grupo tutorial?

Especificamente para a segunda turma antes de iniciar esta sessão foi repetida a fase de formulação de objetivos de aprendizagem, para compreenderem a finalidade da mesma e fazer sentido para eles. No mais, esta sessão foi tranquila e a tutora ficou à disposição para dirimir dúvidas durante a semana por meio de mensagens de WhastApp, sendo procurada por dois grupos, um de cada turma. As dúvidas foram tiradas tentando evitar orientações diretivas, mas procurando uma abordagem problematizadora e ajudando-os a pensar de forma crítica.

4ª sessão de estudo: Retornamos ao grupo tutorial para rediscussão dos temas e foi determinado o tempo de 20 minutos para apresentação de cada um. Sorteada a ordem de apresentação, a tutora observou se os grupos relataram de forma resumida a situação-problema, se identificaram todos os problemas, se relacionaram as soluções dos problemas à fundamentação jurídica, o domínio do assunto, o material utilizado e a criatividade na apresentação, se houve debate durante a mesma e o cumprimento das funções por cada membro do grupo.

Os alunos compartilharam suas pesquisas, apontando os problemas e as soluções identificadas, citando as normas consultadas e as explicando aos outros grupos. O tempo reservado de 20 minutos se demonstrou pouco em algumas discussões. A primeira turma teve apresentações mais técnicas, cumprindo todas as orientações do guia (a exceção de um grupo), um dos grupos dramatizou a situação-problema trabalhada e pôde ser visto em muitos alunos a satisfação ao falar do seu tema, inclusive incentivando aos demais a exigir o cumprimento das normas estudadas. Já a segunda turma trabalhou muito bem nas apresentações, utilizando vídeos com entrevistas para reforçar determinado ponto da apresentação ou trazendo vídeos com relatos de pessoas com deficiência sobre um dos problemas identificados, apresentando normas de outros estados que também legislavam sobre a situação apresentada, a exceção de um grupo que teve dificuldade em citar as normas. A Figura 4 ilustra a apresentação de alguns grupos das duas turmas.



Fonte: Autora (2019)

Entretanto, o debate nesta etapa foi bem difícil pela adoção da postura de autopreservação dos alunos, que evitavam discutir na apresentação alheia para que na sua vez não fosse levantado questionamentos. A tutora precisou intervir várias vezes, recordando-os que a participação no debate e a qualidade do relatório do grupo (que aumentaria com o registro dessas discussões) fazia parte da avaliação. Ao final dessa sessão, estava prevista a elaboração conjunta (tutores e estudantes) de um mapa conceitual dos conceitos estudados para a promoção da aprendizagem significativa, como explicado por Moreira (2017), mas não houve tempo para realizar essa atividade.

5ª sessão de estudo: elaborado o mapa conceitual juntamente com os alunos, servindo para revisar os conceitos e suas relações por meio de diagramas, nesse momento em que os alunos já tinham maior conhecimento do assunto interagindo satisfatoriamente. Em seguida, promovido um espaço para a autoavaliação e colaboração coletiva dos alunos expondo os pontos positivos e negativos da experiência educacional, momento importante para partilharem suas opiniões e exercerem o respeito à opinião alheia. Poucos estudantes interagiram nesse momento, se limitando aos que naturalmente tinham mais facilidade em falar durante as aulas. Os pontos positivos levantados foram a importância do tema, já que residimos em um estado turístico, um(a) estudante alegou surpresa pelo espaço dedicado ao diálogo na prática educativa, já dois alunos(as) perceberam como ponto negativo a promoção do aprendizado autônomo, sugerindo que a exposição do conteúdo pela tutora ocupasse um tempo maior e assim pudessem ter maior domínio do assunto. Em uma das turmas, uma estudante ao expor sua crítica, foi repreendida pela colega, no que foi necessária a intervenção da pesquisadora para recordar que eles tinham liberdade para expor suas ideias e eles precisavam respeitar as opiniões partilhadas.

A avaliação final foi aplicada ao término dessa sessão com as questões para

verificação de aprendizagem e as perguntas para averiguar as percepções dos alunos sobre a metodologia, o produto educacional e a possibilidade de o tema ser inserido na disciplina. A medida que os estudantes finalizavam e entregavam o questionário, agradecia-se aos mesmos a participação e colaboração.

4.3 Avaliação do produto

Esta subseção apresenta a análise dos dados coletados para avaliação do produto educacional. A interpretação dos dados qualitativos foi realizada promovendo-se a discussão entre os resultados e a análise documental das fontes pesquisadas, bem como para os dados da avaliação final foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016).

4.3.1 Análise dos dados coletados na avaliação inicial

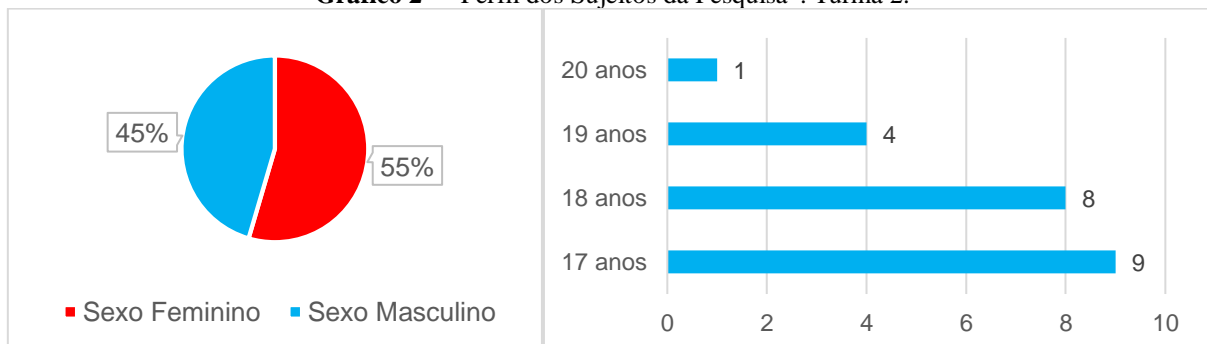
Primeiramente, apresentamos o perfil dos sujeitos participantes, conforme os gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – “Perfil dos sujeitos da pesquisa”. Turma 1



Fonte: Autora (2019)

Gráfico 2 – “Perfil dos Sujeitos da Pesquisa”. Turma 2.



Fonte: Autora (2019)

As duas turmas caracterizam-se por ser composta em sua maioria pelo público

feminino, sendo 18 alunas (turma 1) e 12 alunas (turma 2), já do sexo masculino são 8 alunos (turma 1) e 10 alunos (turma 2). Em relação à faixa etária, a turma 1 são estudantes entre os 17 e 20 anos, concentrando grande parte na casa dos 17 anos e de 16 a 19 anos, na turma 2, a maioria possui 17 e 18 anos, sendo esta segunda uma turma ligeiramente mais madura que a primeira.

Buscando verificar se os alunos já haviam estudado ou se tinham conhecimento do tema para saber se poderiam trabalhar situações-problemas mais aprofundadas, e se seria necessária uma aula expositiva e dialogada para contextualizá-los aos conceitos associados ao turismo acessível e favorecer a aprendizagem significativa, observa-se na Tabela 1 o baixo percentual de alunos que já conheciam o assunto.

Tabela 1 – “Conhecimento sobre o tema turismo acessível”

	Turma 1	Turma 2
Sim	27%	18%
Não	73%	82%

Fonte: Autora (2019)

Apenas 7 (turma 1) e 4 alunos (turma 2) já tinham ouvido falar sobre turismo acessível e por outro lado a maioria 19, na turma 1, e 18 estudantes, na turma 2, nunca ouviram falar sobre o tema. Como já exposto no referencial teórico sobre a lacuna na discussão do tema, foi identificada a necessidade da aula expositiva e dialogada para evitar dificuldades nas etapas da ABP e, além disso, a aprendizagem mecânica às vezes pode ser necessária quando se introduz um tema totalmente novo e pode ser utilizada até os alunos adquirirem conhecimento suficiente para ancorar o conteúdo subsequente, caracterizando-se a aula como organizador prévio na qual os alunos se apropriam dos conceitos subsunçores (conceitos básicos do tema) para entenderem o turismo acessível e legislação (Moreira, 2017). Dessa forma, entendeu-se que a aula expositiva e dialogada não desfiguraria a metodologia utilizada.

Com o objetivo de verificar o grau de empatia que o tema poderia gerar nas turmas, questionado aos estudantes se possuíam na família ou no círculo de amizade uma pessoa com deficiência, já que a pesquisadora se perguntava se este fato poderia ser uma motivação para o estudo ou propiciar um interesse maior pelo tema, o que consequentemente poderia se materializar em um engajamento na pesquisa com o enriquecimento das discussões em sala de aula, por ser uma realidade vivenciada no seu dia a dia. O resultado é visto na tabela 2.

Tabela 2 – “Proximidade com pessoas com deficiência”

	Turma 1	Turma 2
Sim	35%	27%
Não	65%	73%

Fonte: Autora (2019)

Na primeira turma, 9 alunos informaram que possuem algum familiar ou amigo com deficiência. Enquanto que na segunda turma, 6 estudantes possuem algum familiar ou amigo com deficiência. Já 33 discentes disseram que não havia pessoa na família ou no círculo de amizade com deficiência, sendo 17 alunos na primeira e 16 na segunda turma.

Para Zabala (1998), quando se propõe ensinar conteúdos atitudinais, ou seja, valores, atitudes e normas - a exemplo do que é trabalhado no turismo acessível - o elemento afetivo é determinante para a aprendizagem. Contudo, como a convivência com pessoas com deficiência era uma realidade de parte da turma, verificou-se aqui a necessidade de prever no produto outros recursos pedagógicos para despertar o interesse do restante da turma, como a utilização de imagens provocadoras e que servem também para exemplificar os conceitos trabalhados.

Para os estudantes que informavam possuir pessoa com deficiência na família ou no círculo de amizades, foi questionado qual o tipo de deficiência, conforme resultado na tabela 3.

Tabela 3 - “Tipos de Deficiência” Turma 1 e 2

	Turma 1	Turma 2
Auditiva	33%	29%
Física	11%	43%
Mental	45%	14%
Visual	11%	14%
Não respondeu	11%	--

Fonte: Autora (2019)

Em relação às deficiências presentes na amostra, estão representados todos os tipos de deficiência, conforme classificação apresentada no artigo 5º, § 1º, inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004) que são: física, auditiva, visual e mental. Enquanto na turma 1 as deficiências mental e auditiva foram as mais citadas, na turma 2 foram a deficiência física e auditiva.

Moreira (2017) expõe que para se observar a ocorrência da aprendizagem significativa, uma das condições, é que o tema se relacione com a experiência de vida dos estudantes, o que

pode ocorrer com esta parcela de discentes que declararam possuir parente ou amigo com deficiência.

Pesquisado também a cidade de residência dos alunos. Constata-se que a maioria dos alunos das duas turmas mora em Marechal Deodoro (32 alunos), sendo as demais cidades de residência citadas: Maceió (6), Barra de São Miguel (7), Roteiro (1), São Miguel dos Campos (1) e Boca da Mata (1), conforme é possível ver na tabela abaixo.

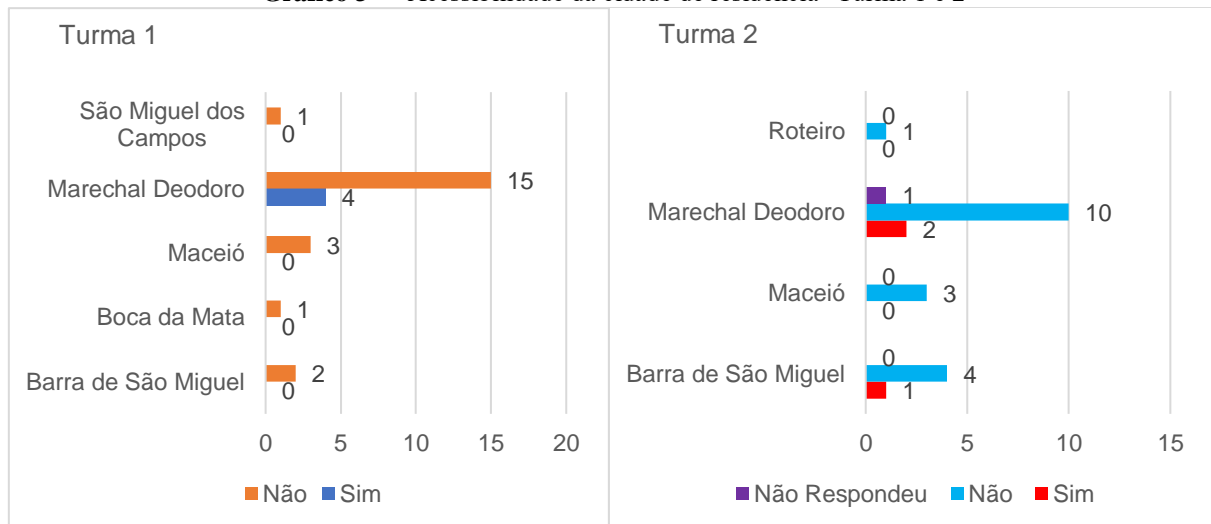
Tabela 4 – “Cidade de residência” Turma 1 e 2

Turma 1		Turma 2	
Barra de São Miguel	8%	Barra de São Miguel	23%
Boca da Mata	4%	Maceió	14%
Maceió	11%	Marechal Deodoro	59%
Marechal Deodoro	73%		
São Miguel dos Campos	4%	Roteiro	4%

Fonte: Autora (2019)

Percebe-se pela pesquisa que a maioria dos alunos mora nas cidades mais visitadas pelos turistas sendo por isso relevante a discussão do tema e verificar as condições de acessibilidade dos equipamentos hoteleiros e espaços culturais, como será visto adiante. Este questionamento relaciona-se com o próximo no qual se verifica a percepção dos estudantes quanto à acessibilidade na sua cidade de residência, objetivando fazê-los refletir sobre essa dimensão da sua realidade. O resultado é visto no gráfico 3.

Gráfico 3 – “Acessibilidade da cidade de residência” Turma 1 e 2



Fonte: Autora (2019)

Na primeira turma, a falta de acessibilidade se mostrou evidente para 85% dos

discentes e apenas 15% consideraram sua cidade acessível, sendo apresentado no gráfico acima o quantitativo em cada cidade. Em Marechal Deodoro a parcela de alunos que a consideraram acessível foi de 21% (4 alunos), entretanto a maioria, 79% (15 alunos) não a consideraram e nas demais cidades todos os alunos não a consideraram acessíveis. Já para a segunda turma, a inacessibilidade foi apontada por 83% dos alunos, por outro lado apenas 14% consideram suas cidades acessíveis (um aluno em Barra de São Miguel e dois em Marechal Deodoro) e 1 aluno não respondeu.

Isso demonstra que, mesmo para quem não estudou a legislação referente às pessoas com deficiência e não conhece todos os direitos protegidos por ela, a falta de acessibilidade é flagrante e de fácil constatação para a maioria dos estudantes, existindo um conhecimento empírico sobre o que é a acessibilidade, ou seja, a possibilidade de se usufruir sem riscos ou perigo à vida e/ou saúde os espaços e utilidades, alcançando assim os fins para os quais foram planejados, conforme a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015).

Mais uma vez quis se verificar sobre a influência de se ter ou não parentes e amigos com deficiência, agora, em relação à acessibilidade de suas cidades. Quando se analisou se os alunos que consideraram suas cidades não acessíveis possuíam ou não parentes e/ou amigos com deficiência, observou-se no cruzamento das respostas às questões 4 e 7 que o fato de não possuir um parente e/ou amigo aparentemente não influenciou na percepção acerca da acessibilidade, já que mesmo sem ter pessoa com deficiência no seu convívio este fato não os impediram de perceber a falta de acessibilidade. Para exemplificar a conclusão acima, na turma 1, dos alunos residentes em Marechal Deodoro que não a consideraram acessível 11 alunos não possuem parente ou amigo com deficiência e 4 discentes possuem parente com deficiência. Já dentre os que a consideraram acessíveis, nenhum possui parentes ou amigos com deficiência.

Também se averiguou se os estudantes já haviam presenciado alguma pessoa com deficiência ter dificuldade de acesso em sua cidade de residência, conforme tabela abaixo.

Tabela 5 – “Dificuldade de acessibilidade pelas pessoas com deficiência” Turma 1 e 2

	Turma 1	Turma 2
Sim	88%	68%
Não	8%	32%
Não respondeu	4%	--

Fonte: Autora (2019)

É possível ver na tabela que na turma 1 a maioria dos alunos (23) já observaram

dificuldades de acessibilidade em sua cidade e apenas 2 alunos não haviam percebido e 1 aluno não respondeu. Na turma 2, apesar da diferença entre os resultados ter sido menor, ainda assim 15 alunos responderam já terem visto pessoas com dificuldade de acessibilidade e 7 estudantes informaram nunca ter visto. A curiosidade em questionar isso ocorreu para saber se o aluno quando se deparasse com a situação-problema trabalhada no produto educacional teria repertório de imagens, observações ou experiências em relação à acessibilidade, ou seja, isso compõe o conhecimento empírico que facilitará a apreensão do novo aprendizado, como ensinado por Ausubel (Moreira, 2017).

Com o objetivo de averiguar o grau de conhecimento acerca da legislação, questionou-se aos alunos se conheciam alguma legislação referente às pessoas com deficiência, e para os que afirmassem conhecer, foi solicitado que apontassem quais leis ou normas conheciam, algo possível de ocorrer entre os estudantes que tivessem parentes ou amigos com deficiência, no entendimento da pesquisadora. Mas, contrariando essa suposição o reconhecimento da legislação é ainda menor do que em relação ao turismo acessível, como se vê na tabela 6.

Tabela 6 – “Conhecimento da legislação sobre pessoas com deficiência”

	Turma 1	Turma 2
Sim	0%	5%
Não	100%	95%

Fonte: Autora (2019).

Percebe-se nos resultados da tabela um baixíssimo índice de conhecimento da legislação, pois todos da primeira turma informaram que não conheciam os direitos das pessoas com deficiência e, na segunda turma, apenas um(a) aluno(a) informou conhecer alguma legislação, referindo-se à reserva de assentos para as pessoas com deficiência em transportes públicos, a reserva de vagas em estacionamentos e o atendimento prioritário.

Esse cenário demonstra como o produto educacional colaborará para a divulgação da legislação referente à pessoa com deficiência, considerando também o disposto no art. 27, da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), que aduz que os conteúdos curriculares da educação básica, incluindo o ensino médio integrado, reflitam temas que disseminem os valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos e à observância do bem comum e da ordem democrática. Nesse sentido, confirmando o exposto no referencial teórico, o turismo acessível promove o exercício da cidadania e os valores citados.

Os alunos foram questionados sobre quais ações poderiam facilitar o acesso do turista às atrações turísticas, com o intuito de verificar o grau de conhecimento sobre as

acessibilidades disponíveis. A questão era subjetiva, e os alunos escreveram mais de uma resposta. Os resultados das duas turmas foram condensados na tabela abaixo, apresentando-se as ações lembradas e a quantidade de vezes citadas pelos estudantes.

Tabela 7 - “Ações que facilitam o acesso do turista com deficiência” Turmas 1 e 2

Ações citadas	Turmas 1 e 2
Rampas	21
Profissionais qualificados	9
Intérprete de Libras	9
Transporte acessível	8
Ambiente acessível	8
Rota acessível	7
Políticas Públicas	5
Inclusão social	2
Comunicação acessível	2
Fiscalização	2
Calçada com piso tátil	2
Semáforo acessível	1
Não responderam	7

Fonte: Autora (2019)

Pelas respostas citadas pelos estudantes, verifica-se que as ações conhecidas pelos alunos, em sua maioria, ainda são superficiais, se referindo predominantemente às rampas de acesso, ambiente e transporte acessíveis e a profissionais qualificados e intérpretes de libras, repertório que pode ser ampliado com o ensino do turismo acessível e legislação para que tomem conhecimento de outras medidas que visam respeitar a dignidade humana, independente da origem, natureza e gravidade da sua deficiência, promover a igualdade e a não discriminação, combinando ações positivas que valorizem a diversidade humana e o respeito às diferenças.

Um dos objetivos do produto educacional é que os alunos sejam capazes de perceber ações que facilitem a acessibilidade como a utilização dos princípios do desenho universal para o acesso às edificações, mobiliário, espaços e equipamentos (ABNT NBR 9050:2015), o uso obrigatório do Símbolo Internacional de Acesso (Lei nº 7.405/85), a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos (Lei nº 10.048/2000), uso de material em braille em museus, exposições,

restaurantes (ABNT NBR 15599: 2008), o ingresso e permanência de pessoa com deficiência visual em ambientes coletivos acompanhado de seu cão-guia (Lei nº 11.126/2005), entre outros previstos na legislação brasileira e que foram trabalhados no produto educacional.

A fim de legitimar a propositura do produto educacional, primeiramente, foi perguntado aos alunos se estes consideravam o tema importante para sua futura atuação profissional. Nas duas turmas 100% dos alunos manifestaram ter consciência da importância de estudar o tema, apesar de a maioria não o conhecer demonstrando a abertura dos estudantes para o estudo. Para Silva e Costa (2018, p. 5) o estudo do turismo acessível “pode contribuir para a consolidação destas normativas para que as pessoas com deficiência possam usufruir de maneira satisfatória o seu momento de lazer e descanso”. Daí percebe-se a importância da formação do profissional para saber lidar com as necessidades de seus clientes e atender suas expectativas.

Em seguida, questionou-se o interesse deles em estudar o tema e mais uma vez todos os alunos (100%) expressaram o desejo em dedicar-se ao assunto, demonstrando sua curiosidade sobre o conteúdo e corroborando para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Moreira (2017), uma das condições para que a aprendizagem significativa tenha sucesso é o interesse do aluno em aprender o assunto tratado, numa postura ativa, para absorver o que é discutido em sala de aula, o que foi constatado nas respostas dos questionários.

Com esses resultados, verificou-se que havia espaço e relevância para a aplicação do produto educacional. Entretanto, para que o conteúdo não fosse estudado apenas para a obtenção de um benefício imediato (nota), o diagnóstico acima corroborou para a adoção de estratégias que potencializasse a aprendizagem significativa, como as aulas expositivas e dialogadas servindo de organizador prévio.

4.3.2 Análise dos dados coletados na avaliação final

Nesta etapa da pesquisa, a técnica utilizada para analisar os dados coletados foi a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) e com os resultados promover-se-á a discussão entre estes e os referenciais teóricos expostos anteriormente.

Para Bardin (2016) a análise de conteúdo é realizada em três fases, quais sejam, a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A fase de pré-análise trata-se da organização dos procedimentos que serão desenvolvidos como a leitura “flutuante”, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores e a preparação do material, de acordo com

Bardin (2016).

Iniciou-se esta etapa com a escolha dos documentos para o corpus da pesquisa que foram os 48 questionários semiestruturados, com 12 perguntas, aplicados junto aos alunos, após a utilização do produto educacional, no quinto encontro. Para a constituição do corpus, levou-se em consideração as regras descritas por Bardin (2016): exaustividade (contemplar todos os elementos do corpus); representatividade (sendo a análise realizada a partir de uma amostra, devendo esta representar o universo inicial); homogeneidade (documentos trabalhados de forma similar, ou seja, mesma técnica e realizada por sujeitos semelhantes) e pertinência (documentos que atendam os objetivos da pesquisa).

Para a formulação das hipóteses foram consideradas as questões investigativas (referente ao ensino) e o objetivo da pesquisa a fim de colaborar para a construção dos indicadores da análise que possibilitaram a confirmação das hipóteses.

Na fase de preparação do material, procedeu-se a organização dos dados coletados em uma planilha de modo a facilitar a leitura flutuante e o uso do material. Como ato contínuo as categorias de análise foram elaboradas, fase apresentada a seguir.

4.3.3 Categorias de Análise

Para Bardin (2016), a categorização é a fase na qual se individualiza cada informação para verificar o que há em comum no todo, após esse procedimento é possível reunir em categorias os elementos semelhantes. Dessa forma, com as respostas coletadas nos questionários, agregam-se estas às categorias definidas que servirão de parâmetro de análise dos dados.

As categorias definidas levaram em consideração o objetivo da pesquisa, o referencial teórico, principalmente em Zabala (1998), e a questão de investigação sobre se a utilização de guias didáticos auxiliaria discentes e docentes a promover reflexões sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade no turismo nos cursos de turismo e hospitalidade do IFAL. Essa discussão é pertinente, tendo em vista que a finalidade da prática educativa é o enriquecimento da formação profissional dos primeiros.

Após a análise categorial dos dados coletados, a pesquisadora definiu três categorias a serem analisadas e os aspectos de cada categoria no quadro abaixo.

Categorias de Análise	Aspectos Temáticos	Elementos de Análise
Aprendizagem e Percepções sobre a metodologia	Conceitual	Reconhecimento dos principais elementos dos conceitos abordados.
	Procedimental	Relatos dos alunos sobre os conhecimentos procedimentais, ou seja, ações, habilidades para as quais a metodologia contribuiu.
	Atitudinal	Relatos dos alunos sobre os conhecimentos atitudinais adquiridos, ou seja, reflexão de valores, atitudes e das normas estudadas, bem como a avaliação sobre sua postura e da sociedade.
	Diferencial da metodologia	Relatos dos alunos sobre os motivos que facilitaram a aprendizagem.
Avaliação do produto educacional	Contribuições do produto educacional	Considerações sobre a forma como o produto educacional facilitou o entendimento das atividades realizadas.
	Sugestões para melhoria do guia e das atividades	Relação das sugestões propostas pelos alunos.
Capacitação para a atuação profissional	Potencialidade do produto educacional	Avaliação dos alunos em relação ao conhecimento adquirido e a futura atuação profissional.
	Inclusão do tema no componente curricular	Posicionamento dos alunos sobre a proposta de inclusão do tema no conteúdo programático do componente curricular

Fonte: Autora (2020)

Com as categorias definidas, agruparam-se os dados coletados de acordo com as unidades de registro e a reincidência dos aspectos temáticos para então proceder à interpretação dos conteúdos.

Categoria 1 – Aprendizagem e percepções sobre a metodologia

Esta categoria de análise reuniu as respostas referentes às questões 1 a 7 da avaliação final. Para tanto, nas questões 1 a 3 foram narradas algumas situações para verificar se os participantes haviam apreendido os principais elementos dos conceitos apresentados e a pergunta 4 era um espaço aberto para os mesmos exporem seu entendimento sobre turismo acessível. Já nas questões 5 a 7, o objetivo era verificar se o processo de ensino-aprendizagem promoveu habilidades, se contribuiu para a assimilação de valores, atitudes e das normas, bem como se a metodologia facilitou a aprendizagem, aumentando o interesse pelo estudo, diferenciando-se da metodologia tradicional.

Com essas questões, não se objetivava uma avaliação classificatória, mas perceber, principalmente, a introjeção dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, conforme definido por Zabala (1998) e se a metodologia de fato promovia algumas das motivações para o aprendizado apontadas por Berbel (1998; 2011), prezando assim por uma avaliação qualitativa. Por isso, apenas as questões 1 a 4 foram pontuadas, atribuindo-se meio ponto (0,5) a cada uma, podendo o aluno alcançar até 2,0 pontos na avaliação, e as demais serviram de subsídio para esta análise.

Como dito acima as três primeiras questões são iniciadas com a narração de uma situação para o estudante interpretar. Aqui será descrito só o questionamento feito, podendo a questão completa ser verificada no apêndice C. As questões formuladas para proceder a essa análise foram: 1) “[...] Qual o objetivo da lei ao regulamentar a adaptação da calçada com sinalização tátil direcional e de alerta? Qual o conceito está relacionado?”, 2) “[...] Nesse contexto, explique qual o conceito estudado que o hotel passou a oferecer? Quais as deficiências que estas mudanças beneficiam?”, 3) “[...] Qual o conceito estudado que se associa a essa exigência do hotel? Quais dos princípios estudados podem ser usados para atender esse pedido?”, 4) “O que você entende por turismo acessível?”.

Pela grande quantidade de informações, aqui será mostrada entre duas a seis respostas de cada pergunta, contemplando-se pelo menos uma resposta de cada turma, o que corresponde a aproximadamente até 1/3 das respostas dos participantes da pesquisa, porém representativas do todo não comprometendo o resultado da análise, bem como será mostrado um quadro para cada aspecto temático (embora pertencentes à mesma categoria) para facilitar a leitura da interpretação realizada ao tempo em que se retomam os dados do quadro. No quadro abaixo é exposta a análise realizada.

CATEGORIA 1: APRENDIZAGEM E PERCEPÇÕES SOBRE A METODOLOGIA	
ASPECTOS TEMÁTICOS	RESPOSTAS
CONCEITUAL	P1.26: “Garantir acessibilidade as pessoas com deficiência visual. A sinalização tátil direcional serve para mostrar ao deficiente visual um caminho sem barreiras, enquanto a sinalização tátil de alerta indica uma barreira mais para frente, exemplo: um orelhão, uma parede”.
	P2.18: “De acordo com a lei proposta, essa lei irá quebrar as barreiras para as pessoas com deficiência e irá ajudar bastante na acessibilidade da pessoa com deficiência”.
	P1.22: Conceito de acessibilidade, beneficiaram ao cadeirante, deficiente visual e também deficientes auditivos lembrando que também vai beneficiar pessoas mais idosas, não só deficientes”.
	P2.6: Ao ofertar esses recursos, o hotel tornou-se acessível, dispondo de tecnologias, como a audiodescrição e conforto e dimensão. As deficiências que podem ser atendidas são: sensoriais, pois oferta audiodescrição e intérpretes de Libras e também físico, por oferecer um bom espaço para locomoção e elevadores”.
	P1.12: “Desenho universal, para que todas as pessoas, mesmo com deficiência, possa ter acesso livre ao local, sem nenhuma barreira”.
	P2.2: “O conceito usado pelo hotel foi o de desenho universal, o que abrange uma linguagem que todos estão aptos a usufruir”.
	P1.9: “Um turismo em que todos possam participar e ter acessibilidade”.
	P2.4: “É o turismo que atende todas as pessoas, seja ela deficiente ou não. É o turismo que quebra barreiras e permite que pessoas usufruam do que há de melhor em determinado local”.
P2.16: “É um esforço contínuo para que os destinos turísticos, produtos e serviços oferecidos sejam acessível para todas as pessoas, independente das suas limitações físicas”.	

Fonte: Autora (2020)

Em relação ao aprendizado conceitual, procurou-se nas respostas dos alunos se haviam apreendido os pilares de cada conceito trabalhado, pois o aprendizado é uma elaboração individual e particular, evitando-se a simples memorização de termos (Zabala, 1998). O primeiro conceito trabalhado foi o de barreiras que a lei define como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa,

bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade” (Brasil, 2015). Então, percebe-se que o núcleo do conceito é algo que precisa ser eliminado por ser um elemento negativo.

Nas respostas apresentadas, verifica-se o entendimento do objetivo da lei e do conceito, narrado na primeira questão, que era assegurar a acessibilidade e conseqüentemente eliminar as barreiras, quando P1.26 explica: “Garantir acessibilidade as pessoas com deficiência visual [...] serve para mostrar um caminho sem barreiras [...]” e inclusive exemplificando de que forma os recursos citados contribuem para a segurança da pessoa com deficiência “sinalização tátil de alerta indica uma barreira mais para frente, exemplo: um orelhão, uma parede”, ao passo que P2.18 responde o solicitado enfatizando através do termo “bastante” a finalidade do recurso: “essa lei irá quebrar as barreiras [...] e irá ajudar bastante na acessibilidade [...]”. Verifica-se a presença do núcleo central do conceito, a eliminação do obstáculo, e a sua finalidade que é a promoção da acessibilidade.

Em relação ao conceito de acessibilidade, P1.22 e P2.6 conseguiram identificar a que conceito a situação narrada se referia, ou seja, acessibilidade, bem como fizeram as correspondências corretas entre os recursos de acessibilidade e o tipo de deficiência que necessitava de cada facilidade, ressaltando que P1.22 ao afirmar “lembrando que também vai beneficiar pessoas mais idosas, não só deficientes” chamou atenção para sua compreensão da amplitude do público que se beneficia desses recursos, já que o conceito de pessoa com deficiência trabalhado no produto educacional também abrangeu os idosos, como explicado no referencial teórico.

Já no conceito de desenho universal, a maioria dos estudantes conseguiu compreender que o cerne do termo é beneficiar a todos sem exceção e sem necessidade de adaptações, conforme esclarece a Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), sendo esse entendimento demonstrado nas expressões de P1.12 “todas as pessoas” e de P2.2 “todos estão aptos a usufruir”.

Quando questionado o que os estudantes entenderam por turismo acessível também foi possível perceber a compreensão do conceito que é definido por Duarte e Lemos (2017, p. 121) como: “uma forma de integrar na sociedade as pessoas deficientes, além de propagar um turismo responsável que conseqüentemente dissemina a importância de igualdade na prestação de serviços para todos, sem discriminação ou limitações do meio”.

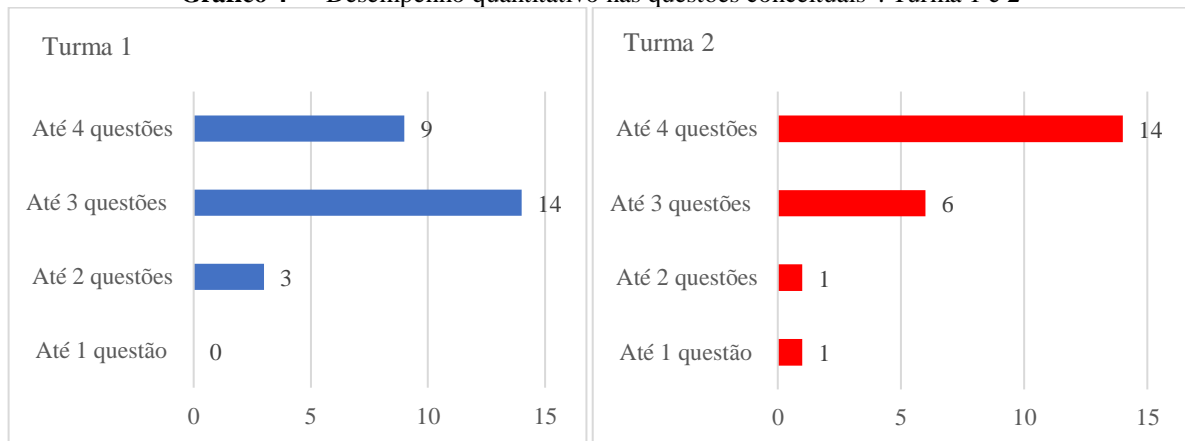
Deste modo, encontram-se aproximações entre as expressões-chaves utilizadas pelos alunos e as três ideias centrais da definição das autoras: “turismo de inclusão social” (P1.23) equivale a ideia de integração na sociedade; “todos possam participar” (P1.9), “turismo que atende todas as pessoas”(P2.4), “todas as pessoas, independente das suas limitações físicas”

(P2.16), correspondem a igualdade de oportunidades e não discriminação e “ter acessibilidade” (P1.9) “utiliza todos os recursos e conceitos de acessibilidade para beneficiar participação” (P1.23), “turismo que quebra barreiras” e “permite que pessoas usufruam do que há de melhor” (P2.4) é análogo a eliminação de barreiras através da promoção da acessibilidade.

Apesar de não estar contemplado no conceito das autoras, foi possível verificar que P2.16 conseguiu compreender que para oferecer a acessibilidade no turismo é necessário “um esforço contínuo” como bem ressalta Trigo (2020) para quem cada pessoa trava uma luta contínua para assegurar o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos.

Abaixo, o gráfico 4 mostra que na turma 1 dos 26 alunos, 11% acertaram até 2 questões, 54% até 3 questões e 35% até 4 questões. Já na turma 2, 4% acertaram até uma questão, 5% até duas questões, 27% até 3 questões e a maioria, 64% acertaram até 4 questões.

Gráfico 4 – “Desempenho quantitativo nas questões conceituais”. Turma 1 e 2



Fonte: Autora (2019)

Percebe-se que a turma 2 obteve um resultado melhor nessa parte da avaliação, apesar de a primeira turma ter tido um comportamento mais colaborativo durante as sessões de estudo, com um espaço de debate mais interativo e criativo. A seguir, será analisada a aprendizagem procedimental.

CATEGORIA 1: APRENDIZAGEM E PERCEPÇÕES SOBRE A METODOLOGIA	
ASPECTOS TEMÁTICOS	RESPOSTAS
PROCEDIMENTAL	<p>P1.10: “Começamos da “raiz” do problema até encontramos a solução total, já sem a situação problema isso não seria possível”.</p> <p>P1.14: “Foi melhor porque primeiro nós discutimos o tema dado entre nós alunos e tiramos nossas dúvidas”.</p> <p>P1.24: “Os problemas necessitam de soluções, nesse sentido, nossa vontade de buscar soluções nos levam a pesquisar sobre e encontrar formas de resolver”.</p> <p>P2.2: “Com o tema abordado e debatido, facilitou a compreensão do assunto e desenvolveu a habilidade de criar argumentos que possam ajudar num possível movimento maior futuramente ou ser aplicado numa situação de trabalho que ocasionalmente ocorra”.</p> <p>P2.24: “Pude interpretar a situação problema visando formas de solucioná-las e assim influenciando a busca e pesquisa sobre”.</p>

Fonte: Autora (2020)

Os aspectos temáticos “procedimental” e “atitudinal” foram analisados a partir das respostas às perguntas: 5) “As atividades desenvolvidas ajudaram no aprendizado dos conceitos e das normas sobre acessibilidade e legislação referente às pessoas com deficiência?”, 6) “Ao comparar as metodologias de ensino tradicional e da problematização, para você a Aprendizagem Baseada em Problemas”.

Especificamente esta sexta pergunta é relevante demonstrar que na primeira turma, 100% dos alunos consideraram que a ABP facilitou o aprendizado e na segunda, 91% consideraram que facilitou a aprendizagem, e 9% informaram que não perceberam diferença entre a ABP e o ensino tradicional. Embora a mesma questão remetesse a diferença entre a metodologia ativa e o ensino tradicional, os alunos detalharam de que forma a metodologia facilitou a aprendizagem ressaltando as habilidades e enfatizando os procedimentos realizados durante o uso da metodologia ativa. Segundo Barbosa e Moura (2013), isso ocorre porque a ABP prevê etapas nas quais os alunos precisam se envolver e, dessa forma, adquirir e reter conhecimento. Ou seja, o exercício das etapas da ABP, conforme descrito no referencial teórico, potencializa o aprendizado procedimental. Por isso, ao adotar a metodologia ativa no produto educacional questionou-se aos alunos sua contribuição para o aprendizado procedimental e também o atitudinal, conforme mostrado no quadro mais a frente.

Para Zabala (1998), o aprendizado procedimental é possível quando os alunos colocam em prática reiteradamente um conjunto de ações diferentes como o diálogo, o debate, trabalhos em pequenos grupos, a pesquisa, contribuindo essas atividades para a aquisição de habilidades e competências exigidas no mundo contemporâneo a exemplo da pró-atividade, flexibilidade, autonomia e boa atuação no trabalho em equipe, como exposto no referencial teórico.

Partindo do sentido dado por Zabala ao aprendizado procedimental consegue-se perceber os indícios de aprendizagem quando P1.10 destaca a importância do uso da situação-problema, mas referindo-se as etapas da ABP “Começamos da “raiz” do problema até encontramos a solução total [...]”, a menção ao ponto inicial, problema, é percebido pelo termo “raiz” ao ponto final, atrelada a expressão “solução total” percurso que remete implicitamente as habilidades e recursos que foram necessários para que ele(a) encontrasse a solução, como a reflexão crítica, a pesquisa e o trabalho em equipe. Já P1.14 valorou positivamente a metodologia como “melhor” pois “primeiro nós discutimos o tema [...] tiramos nossas dúvidas”. Expressar as opiniões nos debates e a discussão entre os colegas e/ou com os professores para o esclarecimento das dúvidas são ações trabalhadas na ABP, a exemplo da etapa em que os alunos discutem as hipóteses que na opinião deles explicam as causas do problema estudado, aproveitando seus conhecimentos prévios, alguma experiência vivenciada/observada.

P1.24 destaca a “vontade de buscar soluções nos levam a pesquisar”, ou seja, o desafio imposto pelo problema estimula os estudantes a adotarem posturas ativas como o ato de investigar, a pró-atividade, promove a atividade mental do aluno e a aprendizagem autônoma, bem como a habilidade de debater e argumentar citada por P2.2: “Com o tema abordado e debatido, facilitou a compreensão do assunto e desenvolveu a habilidade de criar argumentos que possam ajudar[...]” e o ato de interpretar para atingir um objetivo perseguido apontado por P2.24 no trecho: “Pude interpretar a situação problema visando formas de solucioná-las [...]” são exemplos de aprendizados procedimentais, de acordo com Zabala (1998). Por último, os conteúdos atitudinais, com sua análise abaixo.

CATEGORIA 1: APRENDIZAGEM E PERCEPÇÕES SOBRE A METODOLOGIA	
ASPECTOS TEMÁTICOS	RESPOSTAS
ATITUDINAL	<p>P1.7: “Essas aulas me ensinaram de certa forma a prestar mais atenção em coisas que passavam despercebidas em meu dia a dia”.</p> <p>P1.16: “Me fez está no lugar da pessoa e realmente saber como é não ter seus direitos atendidos”.</p> <p>P1.26: “Sim, quando entro nos lugares procuro acessibilidade e quando não encontro questiono, falo das coisas que aprendi, por isso vou continuar estudando sobre”.</p> <p>P2.1: “Eu nunca parei tanto para pensar o quanto uma pessoa com deficiência pode se tornar ‘invisível’”.</p> <p>P2.2: “Saber de pessoas que já vivenciaram isso, desperta o interesse de aprender mais e até mesmo participar de movimentos que defendam isso”.</p> <p>P2.15: “Sim, ajudaram. Esse é um assunto que não é muito falado, mas é bastante importante. Com as aulas podemos conhecer mais dos direitos e ter igualdade para todos, não podemos deixar que a pessoa se prive de fazer uma viagem ou algo do tipo por causa da sua deficiência”.</p>

Fonte: Autora (2020)

Ainda, o mesmo autor afirma que um dos propósitos dos conceitos atitudinais “é o de sensibilizar o aluno sobre as normas existentes [...] com o objetivo de que compreenda sua necessidade e de que, a partir da reflexão e da análise, não apenas as aceite, mas as respeite como suas” (1998, p. 84). Destaca o componente afetivo envolvido neste tipo de aprendizagem e exemplificam os valores e as atitudes incentivados como a tolerância, justiça, cooperação, solidariedade, liberdade, respeito mútuo, responsabilidade, participação e aceitação da diversidade.

Analisando as respostas percebem-se esses valores e atitudes nas falas dos estudantes. P1.7 mostra na sua resposta com o termo “Essas aulas” foram o ponto de partida temporal para uma mudança de postura para uma tomada de consciência para o coletivo demonstrado no trecho: “me ensinaram de certa forma a prestar mais atenção”, indicando o “mais” a intensidade dessa nova atitude, abandonando a passividade que pode ser percebida na

expressão: “em coisas que passavam despercebidas no meu dia a dia”. Na resposta de P2.1 está clara a empatia: “nunca parei tanto para pensar o quanto uma pessoa com deficiência pode se tornar ‘**invisível**’” (grifo nosso). Além do novo e recorrente pensamento do(a) aluno(a) representado pelo termo “nunca parei tanto para pensar”, ressalta-se que a invisibilidade, destacada pelo(a) estudante, é explicada por Santos e Duarte (2017, p. 352), originando-se de:

[...] uma construção histórico-social, onde prefere-se não reconhecer as diferenças, a singularidade frente a identidade, as normas pré-estabelecidas por parte da sociedade e as relações de poder que impõem a igualdade sem respeitar a ética e a diversidade humana.

As autoras arrematam corroborando para a importância do turismo acessível, pois possibilita “chamar a atenção para questionamentos básicos como o direito, respeito e invisibilidade desse público, presente nas ações dos gestores, empresários, profissionais, comunidade em geral e também nas pessoas com deficiência” (2017, p.352). O estudo dos conteúdos atitudinais objetiva propiciar esse tipo de avaliação, almejando com isso a melhoria do ambiente social.

Por último, nas respostas de P1.26, P2.2 e P2.15 é possível encontrar correspondências à justiça, cooperação, solidariedade e responsabilidade nas frases: “quando entro nos lugares procuro acessibilidade e quando não encontro questiono”; “desperta o interesse (...) participar de movimentos que defendam isso” e “não podemos deixar que a pessoa se prive de fazer uma viagem (...) por causa da sua deficiência”. O aprendizado atitudinal também objetiva contribuir para mudanças de posturas, autoavaliação das atitudes dos sujeitos e da sociedade perante as realidades estabelecidas e assumir para si o compromisso de combater as discriminações.

Avançando para o aspecto temático “Diferencial da metodologia” verificado a partir da pergunta “7) As atividades desenvolvidas da Aprendizagem Baseada em Problemas aumentaram meu interesse pelo assunto estudado?”

Quadro 8 – Respostas para análise da categoria 1 – diferencial da metodologia

CATEGORIA 1: APRENDIZAGEM E PERCEPÇÕES SOBRE A METODOLOGIA	
ASPECTOS TEMÁTICOS	RESPOSTAS
DIFERENCIAL DA METODOLOGIA	<p>P1.2: “Tive uma imensa curiosidade por notar que o problema é real e poderia ser comigo”.</p> <p>P1.6: “Facilitou, pois foi mostrado o problema e a solução para aquele problema de uma forma lúdica”.</p> <p>P1.11: “Da forma como fomos inseridos nos problemas cotidianos dos deficientes, fez com que o nosso interesse aumentasse muito”.</p> <p>P1.26: “Gosto de aprender com exemplo, é como se as coisas fossem muito distantes da gente sem os exemplos”.</p> <p>P2.9: “Apesar de ter mudado a metodologia, mesmo assim foi um seminário ou seja nós simplesmente pesquisamos sobre o assunto e repassamos o que aprendemos”.</p> <p>P2.22: “Essas atividades nos ajudaram plenamente no melhor entendimento sobre turismo acessível e sobre como se comportar diante de tais situações”.</p>

Fonte: Autora (2020)

Verificando as respostas depreende-se que trabalhar o assunto por meio de problemas foi o diferencial para a maioria dos estudantes. As respostas: “abordagem do problema e da solução de forma lúdica” (P1.6); “Da forma como fomos inseridos nos problemas” (P1.11), e “Gosto de aprender com exemplo, é como se as coisas fossem muito distantes da gente sem os exemplos” (P2.26) além de demonstrarem a aprovação da metodologia pelos alunos, também demonstram como foi despertada a motivação para realização das atividades aproximando o estudante do conteúdo estudado. Além disso, o grau de satisfação gerado pela metodologia são representados pelos termos: “imensa curiosidade” (P1.2), “fez com que o nosso interesse aumentasse muito” (P1.11), “Gosto” (P1.26) e “nos ajudaram plenamente no melhor entendimento” (P2.22). Ou seja, o interesse e a curiosidade contribuem para uma aprendizagem significativa, sem o peso do tradicionalismo. Berbel (2011) nos esclarece que as metodologias ativas podem promover a curiosidade. A medida que os alunos buscam as soluções, eles questionam os motivos causadores dos problemas apresentados e qual a resolução apropriada, essa dúvida gera a curiosidade de pesquisar para responder a questão e dessa forma se apropria do assunto de forma ativa e crítica.

Por outro lado, P2.9 afirmou que não visualizou a diferença entre as duas metodologias. Isso ocorre porque cada aluno estabelece graus de envolvimento diferentes a depender de como o assunto e a metodologia desperta seu interesse, devendo ser respeitado também. Berbel (2011) elucida que uma única “[...] forma de trabalho pode não atingir a todos os alunos [...] como desejados, ao mesmo tempo e em curto tempo”. Talvez a limitação de encontros para a prática pedagógica – que resultou no estudo de assuntos diferentes ao mesmo tempo por cada grupo – tenha comprometido para alguns alunos os pontos centrais da ABP, que é a aprendizagem centrada no aluno, o espaço para as discussões e o diálogo, se contrapondo ao ensino tradicional, com ênfase nas aulas expositivas e na figura do professor como transmissor de conhecimento.

Quando questionados se o tempo utilizado para aplicar as atividades foi adequado, a maioria dos alunos julgou que o assunto foi trabalhado em um período de tempo razoável. Para a primeira turma, apesar de a maioria dos alunos, 69%, concordarem totalmente considerando que a quantidade de encontros foi suficiente para a aplicação do produto, 23% dos alunos concordaram parcialmente, 4% foi indiferente e 4% discordou. Na segunda turma, 64% também se mostrou satisfeita com a duração de tempo para discussão do tema, mas 23% concordou parcialmente e apenas 4% foi indiferente.

Leite e Afonso (2001) afirmam que cada grupo pode trabalhar simultaneamente problemas diferentes, apesar de a pesquisadora considerar ser necessário um período de tempo maior para trabalhar melhor os problemas, a opção pelo trabalho simultâneo baseada nessa fundamentação e considerando a limitação de tempo disponível, mas que conforme a maioria dos estudantes não comprometeu o aprendizado.

Categoria 2 – Avaliação do Produto Educacional

Nesta categoria o objetivo é investigar se o guia de estudos colaborou na compreensão da ABP e das atividades (tendo em vista que era a primeira vez que os alunos lidavam com a metodologia e que não havia sido oferecida uma oficina para conhecer suas regras, pois o entendimento do objetivo era fundamental para o êxito da prática educativa), bem como colher sugestões para a melhoria do produto e das atividades desenvolvidas. Em relação, a este último também será exposto uma tabela listando quantitativamente todas as sugestões. As perguntas realizadas para obter esses dados foram: “O Guia de estudos ajudou a compreender a metodologia e a sequência de atividades realizadas em sala de aula?” e “O que poderia ser melhorado tanto nas aulas como no Guia de estudos?” Dessa forma, agruparam-se as

respostas em torno dos aspectos: contribuição do produto educacional e sugestões para melhoria do guia e das atividades.

Quadro 9 – Respostas para análise da categoria 2

CATEGORIA: AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	
ASPECTOS TEMÁTICOS	RESPOSTAS
CONTRIBUIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	<p>P1.2: “Através dele pude pesquisar sem me perder e ser específico na minha apresentação”.</p> <p>P1.7: “Lá estava o passo-a-passo de toda atividade, facilitando nosso entendimento sobre as atividades”.</p> <p>P1.9: “Todas as dúvidas que tive referente as atividades conseguir tirar através do guia”.</p> <p>P1.11: “O guia foi super simples, de fácil compreensão e bem explicado”.</p> <p>P1.23: “Talvez um guia focado em coisas dinâmicas e que fosse utilizado em todas as aulas, separando ou misturando a teoria da prática”.</p> <p>P2.17: “Como todo assunto amplo, um bom guia de estudo bem resumido ajuda bastante no aprendizado”.</p>
SUGESTÕES PARA MELHORIA DO GUIA E DAS ATIVIDADES	<p>P1.7: “Apenas gostaria que houvesse mais tempo para tratar do assunto”.</p> <p>P1.10: “Ser um pouco mais dinâmico, já que o guia de estudo já está bastante completo”</p> <p>P1.19: Deveria ter algo mais dinâmico, a gente poderia fazer alguma visita técnica para vermos essas situações de perto e etc”.</p> <p>P2.10: “Está tudo bom, o conteúdo foi bem explicado e aplicado”.</p>

Fonte: Autora (2020)

Zabala (1998) aponta como função dos materiais educativos permitir aos alunos saber o rumo da prática de ensino, o que foi bastante elogiado pelos estudantes e fazendo com que o guia de estudos fosse bem aceito, conforme pode ser visto em suas respostas. Dessa forma, o produto cumpriu sua função inicial, cujo foco era a apresentação da metodologia, propiciando para P1.9 que “Todas as dúvidas que tive referente as atividades consegui tirar através do guia”. Também se quis deixar bem claro como seria todo o procedimento metodológico, como as atividades a serem realizadas em sala de aula, o detalhamento dos assuntos trabalhados, as

orientações para a apresentação em grupo e esse objetivo foi alcançado, conforme descrição de P1.17: “Lá estava o passo-a-passo de toda atividade, facilitando nosso entendimento”, demonstrando a importância para eles de saber antecipadamente e acompanhar as atividades propostas. A objetividade e a linguagem simples do guia foi reconhecida por P1.11 ao responder: “O guia foi super simples, de fácil compreensão e bem explicado”. Já as indicações de leitura e a tabela com as legislações que poderiam ajudar na pesquisa, também foram aprovadas por P1.2 que escreveu: “pude pesquisar sem me perder”.

Entretanto, a resposta de P1.23 na passagem “Talvez um guia [...] misturando a teoria da prática” sinaliza que para o estudante seria necessário ter conteúdos diretos, demonstrando a cultura escolar, porém esse não era o objetivo da pesquisa, pois a metodologia adotada prevê o aprendizado de forma autônoma e por isso não seria interessante incluir conteúdo teórico no guia. Ademais, o guia sugere leituras complementares que incentiva o estudante a tomar a iniciativa de pesquisar nessas fontes e construir seu conhecimento.

Em relação às sugestões para melhoria do produto educacional e da intervenção pedagógica, percebe-se nas falas e na tabela apresentada abaixo que as sugestões se concentram na prática educativa. O relato de P1.7 chama a atenção ao dizer: “Apenas gostaria que houvesse mais tempo para tratar do assunto”. A frase induz a uma insatisfação do (a) estudante nos levando a depreender que em sua opinião o tempo foi curto, corrido para um assunto que suscita tantas discussões, dessa forma não seria errado supor a possibilidade de nessa fala haver uma inclinação para que o conteúdo se tornasse um componente curricular independente, onde se teria mais tempo para ser abordado mais problemas ampliando o repertório de situações analisadas.

Uma sugestão com grande incidência é a inclusão de visitas técnicas como sinônimo de dinamismo representado aqui no relato de P1.19: “Deveria ter algo mais dinâmico [...]” e aí o aluno diz como: “a gente poderia fazer alguma visita técnica” e continua a frase informando a finalidade da sugestão: “para vermos essas situações de perto”. Essa associação entre dinamismo sendo exemplificado com a visita técnica ou aula prática se repete nas duas turmas. Já a resposta de P1.10 foi: “Ser um pouco mais dinâmico, já que o guia de estudo já está bastante completo”. Este(a) estudante não deixou claro se o dinamismo se referia a inclusão da visita técnica ou ao dinamismo da tutora. A pesquisadora também se autoavalia nesse quesito já que sua postura pode ter contribuído para a falta de dinamicidade.

Por último, a fim de mostrar a diversidade de percepção dos alunos e corroborando para o que já foi dito anteriormente P2.10 informa: “Está tudo bom, o conteúdo foi bem

explicado e aplicado” demonstrado sua satisfação e contentamento com o que foi trabalhado, pois tanto a metodologia como a atuação dos professores alcançam os estudantes de formas diferentes e por isso, a importância da multiplicidade de recursos pedagógicos e a flexibilidade da prática educativa, como afirmado por Zabala (1998).

Agora será apresentada na tabela abaixo o detalhamento das sugestões das turmas 1 e 2.

Tabela 8 – “Sugestões de melhoria”. Turmas 1 e 2

Sugestões	Turma 1	Turma 2
Nada/Praticamente nada	13%	35%
Excelente/boa qualidade do guia	13%	4%
Guia com conteúdo que ajude mais nas aulas	3%	--
Mais tempo de aula	5%	--
Trabalhar problemas regionais	5%	--
Explicar como o profissional deve proceder diante dos problemas	3%	--
Atividades que motivem mais a pesquisa	3%	--
Maior colaboração dos próprios alunos	--	4%
Mais interação/discussão entre os grupos	--	4%
Rodízio dos problemas entre os grupos	--	4%
Problemas mais diversificados	--	4%
Uso de mais vídeos	--	4%
Uso de dinâmicas para vivenciarmos as dificuldades das pessoas com deficiência	--	5%
Visita técnica/aulas práticas	16%	26%
Atividades mais dinâmicas	37%	5%
Não respondeu	2%	5%

Fonte: Autora (2020)

A colaboração dos discentes somada às situações observadas na pesquisa serviram para nortear o aperfeiçoamento do produto e cujo conteúdo foi moldado, seguindo os preceitos da pesquisa-ação. A maioria das sugestões foi acolhida, mas aqui estas serão apenas discutidas, sendo as suas implicações mostradas na subseção de aperfeiçoamentos dos produtos educacionais.

Esclarecido isso, verificou-se que para a turma 1 a necessidade de atividades mais dinâmicas pesou mais, diferentemente do resultado na turma 2. Dentre essas atividades mais

dinâmicas solicitadas pelos alunos, os próprios especificaram a realização de visitas técnicas, alegando que momentos de aprendizagem fora dos ambientes da sala de aula e do laboratório dinamizariam as aulas, assim como o uso de dinâmicas e de mais vídeos nas aulas para eles perceberem realmente as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

Inicialmente, havia a previsão da realização da visita técnica a um museu e a um hotel entre o estudo individual e a apresentação dos grupos, para os alunos confrontarem o que tinham pesquisado na legislação previa e a realidade nos equipamentos visitados. Mas, cortes orçamentários impossibilitaram a realização de tais visitas.

No aspecto pedagógico e metodológico, os alunos sugeriram: a) utilizar problemas regionais, ou seja, mais próximos de sua realidade, também mais diversificados. De fato, os problemas trabalhados no guia poderiam apresentar uma situação ou local mais familiar aos estudantes. Para isso, quanto mais os professores conhecerem a realidade de seus alunos, mais fácil de trabalhar situações que dialoguem com as problemáticas que orbitem ao seu redor, proporcionando maior interesse em pesquisar; b) fazer o rodízio dos problemas entre os grupos. Infelizmente, devido a limitação de tempo não foi possível proceder esse rodízio. Mas para a pesquisadora, o ideal seria todos os grupos estudarem o mesmo problema nas sessões e dessa forma enriquecer o debate, confrontando as opiniões e descobertas de cada aluno; c) estimular mais a interação, bem como explicar como o profissional deve proceder diante do problema estudado. Ressalta-se que a atividade do professor consiste em uma postura provocadora e não diretiva, por isso para ocorrer maior interação é necessária uma colaboração conjunta (ação dos estudantes e estímulo do professor). Um dos alunos apontou que sentiu falta de maior colaboração dos colegas de sala, o que corrobora para a reflexão contida na frase anterior; d) promover atividades que motivem mais a pesquisa. Mais uma vez a limitação de tempo impediu colocar em prática algumas ideias, a exemplo de proceder ao rodízio de problemas entre os grupos e propor aos estudantes a pesquisa dos recursos de acessibilidade de alguns atrativos turísticos da cidade no qual se encontra o campus.

Categoria 3 – Atuação profissional

Para esta última categoria, a pesquisadora quis verificar se na visão dos estudantes o produto educacional colaborou para sua preparação profissional levando-os a se sentir preparados para atuar na profissão e em seguida a opinião deles em relação a possível inserção do tema no componente curricular em questão, também apresentando o resultado quantitativo. Para tanto, as perguntas realizadas foram: Hoje você se considera mais

preparado para auxiliar as pessoas com deficiência e mais disposto(a) a ajuda-los no enfrentamento de suas dificuldades? e “Você gostaria que a análise das legislações voltadas para o Turismo Acessível fizesse parte da disciplina de Legislação Aplicada ao Turismo?” Algumas das reflexões realizadas pelos estudantes encontram-se no quadro abaixo.

Quadro 10 – Respostas para análise da categoria 3

CATEGORIA: ATUAÇÃO PROFISSIONAL	
ASPECTOS TEMÁTICOS	RESPOSTAS
POTENCIALIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL	<p>P1.4: “Eu ainda não me acho preparada totalmente para auxiliá-los [pessoas com deficiência]”.</p> <p>P1.14: “Sim, pois [com] as aulas do turismo acessível eu irei saber exatamente o que fazer quando eu me deparar com alguém que tenha algum tipo de deficiência, seja ela qual for”.</p> <p>P1.22: “Sim, sempre tive interesse por esse tema porque uma vez precisei algo assim e isso me incomodou bastante ao ver a reação da pessoa”.</p> <p>P2.5: “Concordo parcialmente pois acho que o assunto deve ser trabalhado como disciplina”.</p> <p>P2.7: “Não digo preparado, mas, posso sim ajudar dependendo da situação”.</p>
INCLUSÃO DO TEMA COMPONENTE CURRICULAR	<p>P1.2: Sim. Se não conhecermos essa área da legislação não poderemos nos preparar para uma atuação com deficientes futuramente”.</p> <p>P2.6: “É muito importante ter conhecimento sobre isso, pois se trata da inclusão da comunidade portadora de deficiência, não só do turismo, mas também na sociedade”.</p> <p>P2.18: “Iria ajudar bastante principalmente nas aulas e ficaria mais dinâmica e melhor”.</p>

Fonte: Autora (2020)

No primeiro aspecto referente à potencialidade do produto, os estudantes manifestaram-se a maioria positivamente em relação ao quanto contribuiu para sua formação profissional demonstrando assim, a potencialidade do material educativo.

Um trecho do relato de P1.4: “Eu ainda não me acho preparada totalmente”, demonstra implicitamente pelo uso do termo “totalmente” que o produto contribuiu pelo menos em parte para a preparação profissional. P1.14 avalia positivamente e demonstra

segurança com o conhecimento adquirido quando fala “Sim, [...] eu irei saber exatamente o que fazer quando eu me deparar com alguém que tenha algum tipo de deficiência, seja ela qual for” sensação esta intensificada pelos termos “exatamente” e “seja qual for”.

No relato de P1.22, percebe-se que o interesse no tema foi além da formação profissional, mas também por causa de uma experiência pessoal negativa, como pode ser visto a seguir: “Sim, sempre tive interesse por esse tema porque uma vez precisei algo assim e isso me incomodou bastante ao ver a reação da pessoa”. A aplicação do produto, satisfaz o interesse do(a) aluno(a) que conhecendo a legislação poderá se tornar um multiplicador. Para P2.5 a relevância e complexidade do tema é tamanha que na sua opinião não basta ser abordado dentro de uma disciplina, mas deve se tornar um componente curricular independente, ao dizer: “Concordo parcialmente pois acho que o assunto deve ser trabalhado como disciplina”. Enfim, P2.7 relata não se sentir preparado, mas que em algumas situações pode ajudar.

Apesar de a maioria alegar que após o ensino do tema consideravam-se mais preparados para ajudar as pessoas com deficiência, percebendo-se aí a potencialidade do produto educacional, e um número menor apontando para a necessidade de um contato maior com o tema, chegando a sugerir que o tema seja tratado em uma disciplina independente, sabe-se que esta iniciativa promove uma noção inicial dos direitos e deveres das pessoas com deficiência, tentando-se despertar o interesse nos alunos em aprofundar mais sobre o assunto e respeitar os direitos das pessoas com deficiência no seu cotidiano e na sua atuação profissional.

Este segundo aspecto analisado se comunica com o diagnóstico, realizado antes da aplicação do guia, quando perguntado sobre o interesse em estudar e conhecer a respeito do turismo acessível. Após o estudo do conteúdo proposto e a partir das respostas, verificou-se que o desejo em estudá-lo persiste, pois na turma 1, 100% dos alunos se pronunciaram favoráveis à inclusão do tema na ementa do curso, enquanto na turma 2 apenas um aluno foi desfavorável à inclusão, sendo quase unânime a concordância (98%). Este único estudante que se pronunciou em contrário não respondeu a questão subjetiva.

P1.2 condiciona a preparação profissional ao conhecimento da legislação visto no trecho: “Sim. Se não conhecermos essa área da legislação não poderemos nos preparar para uma atuação com deficientes futuramente”. Já P2.6 reconhece a relevância do tema expressado em: “É muito importante ter conhecimento sobre isso [...]” e deduz-se o aprendizado atitudinal ao complementar sua resposta se referindo a inclusão das pessoas com deficiência por toda sociedade: “se trata da inclusão da comunidade portadora de deficiência,

não só do turismo, mas também na sociedade” indo o interesse dos alunos em ter um espaço para o ensino da matéria, a fim de aprofundá-lo”. E para terminar, P2.18 acentua com o termo “ajuda bastante” o enriquecimento que a inserção do tema trará para a disciplina, contribuindo também para o seu dinamismo quando responde: “Iria ajudar bastante principalmente nas aulas e ficaria mais dinâmica e melhor”.

Desse modo, o ensino jurídico pode estimular essas apropriações com o ensino do tema e ser uma ação inicial a contribuir no longo prazo para a conscientização dos direitos das pessoas com deficiência. Ou seja, com essa análise fica latente que os produtos educacionais podem auxiliar discentes e docentes a refletirem sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade no turismo nos cursos de turismo e hospitalidade do IFAL.

Por fim, o professor colaborador também foi convidado a contribuir para a avaliação do produto educacional por meio de um questionário no qual ele respondeu que em sua opinião o formato das aulas e a metodologia utilizada no produto educacional favoreceram a aprendizagem dos alunos e que a quantidade de aulas e o tempo utilizado foi adequado para trabalhar o tema proposto. No que diz respeito às sugestões para melhoria das aulas e do produto educacional colaborou de forma informal durante o andamento da prática educativa, estando presente na primeira metade das sessões de estudo, além das sugestões dos discentes que refletiram e foram direcionados para o aperfeiçoamento do guia de orientações.

4.3.4 Aperfeiçoamento nos produtos educacionais

As avaliações acima, além da observação realizada e a colaboração coletiva pelos alunos subsidiaram as melhorias nos produtos educacionais como pressuposto do método de pesquisa aqui adotado: pesquisa-ação.

Algumas das sugestões aqui relacionadas e acatadas podem ser vistas no guia de estudos, mas outras foram adicionadas no guia de orientações para professores, para que este verifique a viabilidade em realizá-la. Em virtude da possibilidade de o produto alcançar diferentes realidades do país, com suas limitações e requerendo recursos pedagógicos diferentes, preferiu-se disponibilizar apenas no guia para professores a fim de evitar o constrangimento ou a cobrança do estudante por uma atividade que talvez o professor não consiga realizar em virtude do tempo ou estrutura escolar disponível.

Como verificado na avaliação inicial, o desconhecimento do assunto e da legislação pela maioria dos estudantes, as ações superficiais de acessibilidade relatadas por eles, além do desconhecimento da metodologia, permitiram identificar a necessidade de aula expositiva e

dialogada para evitar dificuldades nas etapas da ABP, apoiando-se nos ensinamentos da aprendizagem significativa para tanto. Em relação à metodologia, foi recomendado no guia de professores que se no contexto real dele(a) os estudantes também não conhecerem a metodologia, e se possível, o ideal seria realizar em ação multidisciplinar uma oficina para explicar aos alunos o seu funcionamento. Ademais, incluída nos guias didáticos a unidade de estudos 1 na qual propõe-se trabalhar os conceitos: pessoas com deficiência, tipos de deficiência, pessoa com mobilidade reduzida, acessibilidade, barreiras, tipos de barreiras, desenho universal e princípios, igualdade de oportunidades, não discriminação, dignidade da pessoa humana, inclusão social e evolução das normas internacionais de proteção aos direitos da pessoa com deficiência.

Além dos conceitos, aproveitou-se para realizar os cinco primeiros passos da ABP com o objetivo de os estudantes se familiarizarem e entenderem como se processa cada etapa, utilizando como ação motivadora uma situação-problema com base em uma notícia jornalística que traz relatos de dificuldades de acessibilidade de pessoas com deficiência e como recurso pedagógico usado no final da aula a reprodução de vídeo.

Na avaliação final e na colaboração coletiva, os alunos pontuaram suas sugestões às quais relacionaremos críticas e melhorias desencadeadas para facilitar a verificação do aperfeiçoamento dos produtos. Os estudantes sugeriram:

a) trabalhar problemas regionais, ou seja, mais próximos de sua realidade. Apesar da crítica, ainda encontram-se no guia de professores os mesmos problemas e permanecida a opção de não descrevê-los no guia de estudos e isso dá maior liberdade ao professor de trabalhar situações diferentes das utilizadas pela pesquisadora na aplicação do produto, como solicitado pelo discente. Inclusive no guia para os professores acrescentamos em alguns parágrafos os pressupostos que devem ser considerados ao criar uma nova situação-problema;

b) fazer o rodízio dos problemas entre os grupos, problemas mais diversificados e mais tempo de aula. Para isso, o professor precisará analisar essa possibilidade, em virtude do tempo disponível para trabalhar o conteúdo;

c) guia com conteúdo que ajude mais nas aulas. A metodologia adotada apoia-se no aprendizado autônomo, pensando nisso e para não deixar de atender essa sugestão foram inseridos espaços para o aluno registrar seu processo de aprendizagem conforme as etapas da ABP (identificação de problemas, hipóteses explicativas e objetivos de aprendizagem) e também para anotações avulsas e das percepções aferidas nas atividades complementares, já que observamos que os problemas entregues a eles em papel avulso era facilmente perdido ou que não levavam o guia de estudo para a sala de aula, dificultando a consulta durante as

sessões e requerendo que a tutora os recordasse de levar o guia a todas as aulas.

d) explicar como o profissional deve proceder diante do problema estudado. No guia de estudos, foi reforçada as indicações de leituras complementares (com novos materiais) o que já existia na primeira versão e que abordam como os profissionais devem proceder. Assim como, no guia de professores sugeriu-se uma ação multidisciplinar com outros professores para realizar uma palestra ou outro tipo de atividade que relacionasse as condutas do profissional não só no cumprimento da legislação, mas de uma forma geral;

e) estimular mais a interação, atividades mais dinâmicas, bem como promover atividades que motivem mais a pesquisa. Também foi proposta no guia de professores uma ação multidisciplinar, a exemplo da montagem de um guia turístico listando os recursos de acessibilidade nos principais atrativos turísticos do local ou um guia relacionando os recursos de acessibilidade disponíveis no hotel ou no restaurante, o qual promoverá a pesquisa dessas informações no próprio atrativo turístico ou em seus sites na internet, além da colaboração coletiva entre os grupos, pois cada um ficaria responsável por um atrativo.

f) visita técnica e o uso de dinâmicas para vivenciarmos as dificuldades das pessoas com deficiência. Apontado no guia de professores que essa primeira sugestão foi a demanda mais solicitada pelos participantes da pesquisa e sugerida a sua realização também como ação multidisciplinar, inclusive recomendando a construção conjunta (alunos e professor(a)) de um roteiro elencando os pontos a serem observados na visita técnica. Essas observações seriam expostas na apresentação do grupo tutorial. Para a segunda crítica, aconselhado no guia de professores (procedimentos didáticos) a realização de uma dinâmica no início da unidade de estudos 1, que trabalha a percepção das dificuldades vivenciada pelas pessoas com deficiência visual;

g) uso de mais vídeos. Solicitação atendida, sendo contemplada ao final de todas as unidades de estudos como atividade complementar.

Ademais, no guia de professores, também foram inclusos como sugestão de leitura os artigos, guias e cartilhas consultados durante o processo de elaboração dos guias e que permitiu que tivesse repertório para a construção das perguntas provocadoras a serem utilizadas, se necessário, ou os esclarecimentos a serem feitos durante a apresentação dos grupos tutoriais.

Estrutura final do Guia de estudos de turismo acessível

Ele apresenta em detalhes como o tema será estudado, além do passo a passo da metodologia adotada, pensado e criado para auxiliar o estudante durante seu processo de aprendizado, bem como enriquecer sua formação profissional.

1. Apresentação dos principais pontos abordados no guia
2. Justificativa da importância do estudo do turismo acessível
3. Apresentação da metodologia utilizada para promover o aprendizado autônomo
4. Passo a passo das atividades propostas pelo produto educacional
5. Unidades de estudos 1, 2, 3 e 4 disponibilizando espaços para os alunos registrarem a construção do seu aprendizado, conforme as regras da metodologia
6. Tabelas com as principais normas da legislação brasileira
7. Orientações para apresentação do grupo tutorial
8. Sugestão de leitura de apoio
9. Apresentação dos critérios de avaliação

Estrutura final do Turismo acessível: guia de orientações para professores

O guia apresenta a importância do ensino do turismo acessível e os eixos pedagógicos e metodológicos utilizados para o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação, bem como as unidades de estudos, com a finalidade de auxiliar o professor em suas práticas pedagógicas, utilizando o produto como metodologia principal ou de apoio.

1. Apresentação detalhando os principais pontos abordados no guia
2. Justificativa da importância do ensino do turismo acessível
3. Descrição dos pressupostos teóricos, pedagógicos e metodológicos adotados no processo de planejamento, aplicação e avaliação
4. Unidades de estudos 1, 2, 3 e 4 com a apresentação da situação-problema, do conteúdo a ser trabalhado, a identificação dos problemas e a fundamentação jurídica, os objetivos da unidade, sugestão de leitura, o material a ser utilizado, duração da aula, os procedimentos didáticos e avaliação
5. Subsídio legal: Tabelas com as principais iniciativas protetivas da ONU e OMT, bem como da legislação brasileira

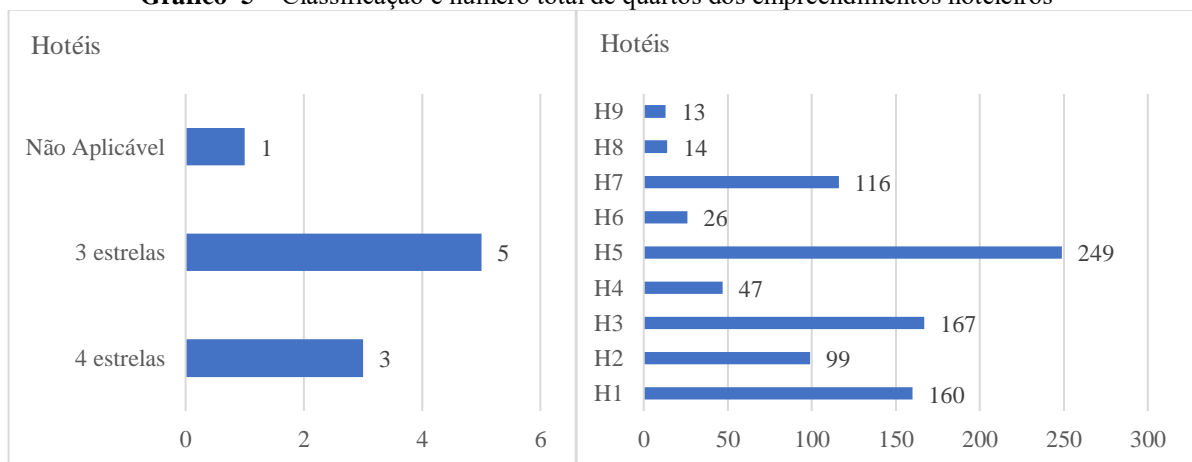
5 RESULTADO E DISCUSSÕES DOS DADOS QUANTITATIVOS

Neste recorte da pesquisa examinaremos as condições de acessibilidade nos empreendimentos hoteleiros e espaços museológicos de Maceió e Marechal Deodoro e dessa forma ao final promovendo um diagnóstico nesses espaços. Para essa análise e interpretação dos dados quantitativos foi realizado através do tratamento estatístico, com a tabulação dos dados coletados por meio do Microsoft Excel® 2010, permitindo a confecção de gráficos, tabelas e quadros, de caráter descritivo, para a exposição de características dos sujeitos participantes, a organização e apresentação clara e concisa dos dados coletados (Gil, 2019), os quais colaboraram para esta pesquisa se aproximar dos objetivos perseguidos.

Este primeiro bloco de perguntas refere-se à caracterização geral dos empreendimentos hoteleiros e espaços museológicos, como a classificação e quantidade de quartos destes e o tempo de funcionamento de hotéis e museus, com o intuito de verificar a relação entre estes dados e as variáveis da acessibilidade averiguadas nos próximos blocos.

A classificação dos hotéis é respondida pelos pesquisados com base na classificação do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), que objetiva auxiliar os turistas em suas escolhas, a partir da divulgação dos tipos de meios de hospedagens (Hotel, Resort, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel Histórico, Pousada e Flat/Apart-Hotel), além de diferenciar as categorias de empreendimentos por meio do símbolo de estrelas, em uma escala de 1 a 5, a depender do tipo de hospedagem (BRASIL, 2011). Abaixo, primeiramente os gráficos referentes à classificação e quantidade de quartos dos hotéis e em seguida o tempo de funcionamento destes e dos museus.

Gráfico 5- “Classificação e número total de quartos dos empreendimentos hoteleiros”

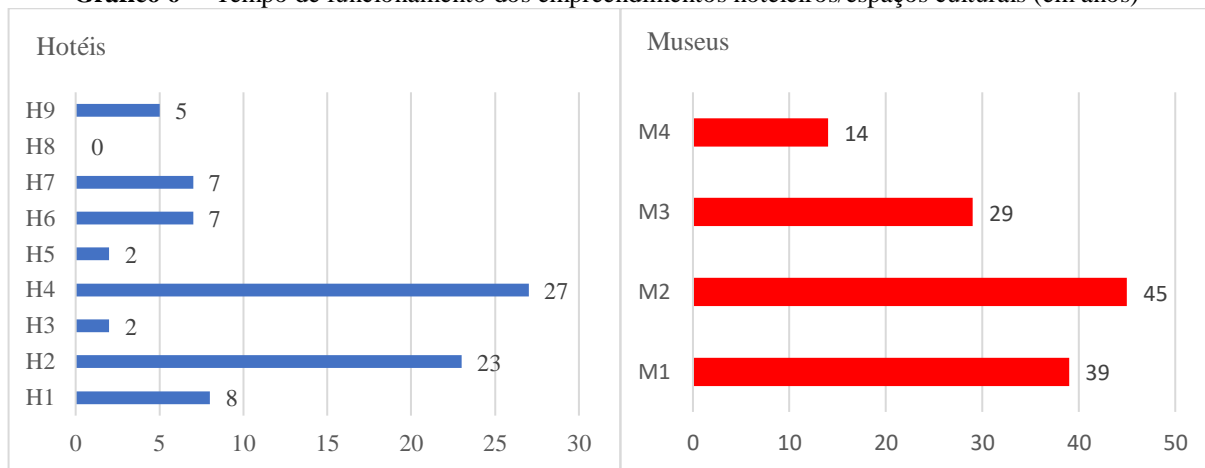


Fonte: Autora (2020)

Os participantes estão classificados entre 3 a 4 estrelas, além de um hostel,

predominando os estabelecimentos considerados de classe turística (56%). Pela quantidade de quartos, a amostra caracteriza-se por 56% de hotéis com até 100 unidades habitacionais, 33% possuem de 100 a 200 quartos e apenas 1 hotel com mais de 200 unidades. A seguir, questionou-se o tempo de funcionamento dos hotéis e dos museus.

Gráfico 6 - “Tempo de funcionamento dos empreendimentos hoteleiros/espços culturais (em anos)”



Fonte: Autora (2020)

Percebe-se pelos gráficos que os estabelecimentos mais antigos são os museus já que 75% deles começaram suas atividades entre 1975 e 1991, ou seja, antes da IN IPHAN nº 01 (BRASIL, 2003) e apenas um iniciou mais recentemente em 2006. Já entre os hotéis, 22% deles entraram em funcionamento entre os anos de 1993 e 1997, 45% iniciaram suas operações entre 2012 e 2015 e os 33% mais recentes entre 2018 e 2019.

Considerando o panorama legislativo discutido no referencial teórico, compreende-se que quanto mais antigo mais difícil de o espaço ser acessível, se não houver a iniciativa de adaptação, pois a preocupação com a acessibilidade e sua exigência só ganha robustez legislativa a partir dos anos 2000. Apesar de o Decreto nº 9.296 (BRASIL, 2018) estabelecer um escalonamento de prazos para adaptação dos projetos arquitetônicos dos hotéis, o que se percebe no decurso da pesquisa é que nenhum deles consegue atender totalmente as normas de acessibilidade. Percebe-se que é maior a dificuldade dos museus em se adaptar à acessibilidade, primeiro pela época na qual foram construídos, podendo o prédio no qual estão instalados não ter sido projetado para abrigar um museu, pela falta de recursos, como alguns alegaram ou pelas restrições que um imóvel tombado pelo patrimônio histórico pode ter.

Neste segundo bloco de perguntas, se quis, primeiramente, averiguar a percepção dos estabelecimentos quanto à acessibilidade dos próprios, em seguida verificar a acessibilidade referente a cada tipo de deficiência e ao final constatar - diante de suas respostas e conforme a legislação - se são realmente acessíveis ou não. Nessas questões, os hotéis e museus foram

orientados a marcarem todas as facilidades oferecidas, por isso a quantidade de resposta pode ser superior à quantidade de sujeitos participantes, conforme a tabela abaixo.

Tabela 9 – “Acessibilidade para clientes/visitantes com limitação/deficiência”

	Hotéis	Museus
Sim	89%	75%
Não	11%	25%

Fonte: Autora (2020)

Como se vê na tabela, 89% dos hotéis e 75% dos museus consideram-se acessíveis, mas nem sempre o que é afirmado como acessível o é de fato, até porque a percepção de acessibilidade é pessoal e pode estar pautada em se oferecer alguns tipos de facilidade e não a totalidade. Exemplo disso, em um post publicado no blog “Quanto custa viajar” é descrita a experiência de uma pessoa com deficiência física:

Na Espanha, [a cadeirante] encontrou um quarto excelente para ficar, mas o hotel ainda deixava a desejar em termos de acessibilidade. *‘Eu só coube no elevador; daqueles antigos, porque minha cadeira era bem pequena. É preciso sempre pedir fotos específicas das hospedagens porque o que é considerado acessibilidade ainda é muito subjetivo* (grifo no original). (COMO, 2019)

A informação acerca da acessibilidade é influenciada pelo grau de conhecimento da legislação do respondente, bem como por atitudes descomprometidas com a inclusão social somadas a falta de conscientização e fiscalização da lei.

Por outro lado, o hotel e o museu, que informaram que não dispunham de acessibilidade são o mais antigo hotel e o museu mais novo em funcionamento e foram direcionados a responder qual o motivo de o empreendimento não dispor de acessibilidade e dentre as opções apresentadas os dois informaram que as obras de readaptação requerem meios econômico-financeiros elevados ou indisponíveis.

Abaixo, as perguntas além de se referirem às facilidades existentes para as deficiências estudadas nesta pesquisa (física/mobilidade reduzida, visual e auditiva), assim como as comunicações, também se questionou sobre os aspectos mercadológicos envolvidos e a percepção sobre formação específica nessa área. A seguir analisado em conjunto as respostas referentes às facilidades localizadas nas áreas comuns, no interior e no entorno dos estabelecimentos, conforme descrito nas tabelas 10 e 11.

Tabela 10 – “Facilidades para clientes/visitantes com deficiência e mobilidade reduzida”

	Hotéis	Museus
Estacionamento com lugares reservados a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	44%	0%
Banheiros adaptados nas áreas comuns	78%	25%
Balcão de atendimento rebaixado	44%	0%
Todas as portas têm larguras igual ou superior a 80cm	44%	25%
Todos os espaços e percursos possibilitam a passagem e manobra (rotação 360°) de uma cadeira de rodas	78%	50%
Inexistentes	0%	0%
Outra	11%	75%

Fonte: Autora (2020)

Percebe-se, que os hotéis ofertam uma variedade maior de facilidades, entre os mais recorrentes os banheiros acessíveis e os espaços e percursos para passagem e manobra da cadeira de rodas, ambos presentes em sete e ausentes em apenas dois dos hotéis. Neste quesito, a ABNT NBR 9050:2015 prevê que o banheiro merece atenção especial, prevendo a área de transferência ou de aproximação para usuários de cadeiras de rodas, bem como barras de apoio e transferência, com rota livre de barreiras fixas ou móveis para o uso de sanitário e pias/lavatórios, com área de aproximação frontal livre para a pessoa em pé ou em cadeira de rodas.

Entre as facilidades menos citadas, encontrada em apenas quatro dos hotéis e inexistente em cinco destes e em todos os museus, está o estacionamento, que de acordo com a norma citada deve observar o dimensionamento correto das vagas, proporcionar espaço adicional de circulação e a devida sinalização, salientando que pode ocorrer de hotéis não ter vagas de estacionamento e não propriamente não os ter acessíveis. Outra facilidade pouco presente nos hotéis e inexistente nos museus é o balcão de atendimento – com duas alturas para atender pessoas em pé e em cadeiras de rodas. Com essas orientações, são apresentadas as boas práticas de acessibilidade; um desafio a ser implementado pelos museus pesquisados.

Em relação aos pisos e desníveis existentes nos estabelecimentos investigou-se em que medida estão acessíveis por meio de rampas, elevadores ou plataformas elevatórias, conforme a tabela abaixo mostra:

Tabela 11 – “Pisos e desníveis acessíveis por rampas, elevadores ou plataformas elevatórias”

	Hotéis	Museus
Todos	34%	25%
A maioria	22%	--
Parcialmente	11%	25%
Poucos	22%	25%
Nenhum	11%	25%

Fonte: Autora (2020)

Quanto aos acessos a níveis e desníveis, imagina-se a dificuldade de locomoção para uma pessoa com deficiência, em virtude do baixo índice de existência desses recursos, sendo os mesmos assegurados em todos os acessos somente em três hotéis e em um museu e não existindo em um hotel e um museu.

Apesar de os museus possuírem regramento específico para modificações, é possível avaliar as possibilidades de compatibilizar as facilidades e eventuais limitações, haja vista a preservação do patrimônio cultural, evitando-se o comprometimento do seu valor testemunhal e da sua integridade estrutural, segundo a Instrução Normativa n.º 1 (IPHAN, 2003).

Cohen, Duarte e Brasileiro (2012) relatam o exemplo do Museu Histórico Nacional, localizado no Rio de Janeiro e criado em 1922, tombado pelo IPHAN que, com o apoio do Ministério da Cultura, passou por uma reforma com a restauração das instalações e a contínua adaptação às normas de acessibilidade. Com isso, o museu ganhou o certificado Acessibilidade Nota 10, entregue pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que a adaptação do espaço contou com um esforço conjunto, o que facilita a adequação.

As duas próximas perguntas investigam as facilidades dirigidas às pessoas com deficiência visual ou com baixa visão.

Tabela 12 – “Facilidades para clientes/visitantes com deficiência visual/baixa visão”

	Hotéis	Museus
Informação geral sobre o espaço cultural, serviços e acervo, em formato alternativo: áudio, Braille ou versão ampliada	--	0%
Informação geral sobre os serviços disponíveis em formatos alternativos: áudio, Braille ou versão ampliada [hotéis]	11%	--
Sinalização tátil: Braille ou alto-relevo (Exemplo: botões de elevadores e mapa táteis)	33%	25%

(Continuação)

Sistemas de audiodescrição e avisos sonoros (ex. indicação do andar onde se encontra o elevador)	11%	0%
Percurso táteis acessíveis (com contraste tátil e cromático no chão, que serve de linha guia)	11%	0%
Acesso tátil do acervo: possibilidade de tocar algumas peças (originais ou réplicas e representação de imagens em relevo) [museus]	--	0%
Inexistentes	44%	75%
Outras	0%	25%

Fonte: Autora (2020).

Nas acessibilidades descritas na tabela, 75% dos museus declararam que essas facilidades não estão disponíveis, enquanto que nos hotéis 44% também declararam que as elas são inexistentes. Assim como as informações sobre o museu e seu acervo, o acesso e percurso tátil e a audiodescrição, que é definido pela NBR 15599 e “permite a compreensão de sons e elementos visuais imperceptíveis sem o uso da visão” (ABNT, 2008). Em apenas um museu há sinalização tátil, como os mapas táteis conceituados pela mesma norma como mapas, “com linhas em relevo, texturas e cores diferenciadas, informam, orientam e localizam objetos e lugares” (ABNT, 2008). Entre as oferecidas nos hotéis: a sinalização tátil em 33%, ao passo que a informação geral em formato alternativo, a audiodescrição e avisos sonoros e os percursos táteis acessíveis, cada um, foi citado por apenas um hotel.

Para Sarraf (2008), as pessoas com deficiência visual por sua própria limitação não identificam a estrutura dos museus (sem a disponibilização de ajuda), como a localização da recepção, dos banheiros, bebedouros, cafeterias, ou não tomam conhecimento dos temas trabalhados pelo curador das exposições, já que todas essas informações estão disponíveis em formato visual. Mesmo que o museu disponibilize profissionais para acompanhar o visitante, estes geralmente não recebem treinamento para o guiamento nem para saber lidar com as necessidades da pessoa com deficiência, que fica dependente dessa ajuda a cada nova visita.

Este tipo de relato, articulado com os resultados apresentados, dá uma amostra da dificuldade que as pessoas com deficiência possuem com a falta de facilidades descritas. Mas a simples existência da facilidade nem sempre é suficiente, pois se registra aqui a importância da empatia do profissional e de atitudes que promovam a autonomia e a inclusão das pessoas com deficiência. Outra questão sensível é o ingresso e permanência do cão-guia nos estabelecimentos para acompanhar as pessoas com deficiência visual, como visto na tabela a seguir.

Tabela 13 – “Ingresso e permanência de cão-guia nas áreas e serviços dos estabelecimentos”

	Hotéis	Museus
Sim	78%	75%
Não	22%	25%

Fonte: Autora (2020).

A Lei n.º 11.126 (2005) assegura a entrada e a permanência de deficientes visuais acompanhados de seus cães-guia desde 2005, regulamentado pelo Decreto n.º 5.904 (2006). Mesmo assim, persiste a barreira em 22% dos hotéis e em 25% dos museus.

O cão-guia é considerado ajuda técnica, conforme o artigo 61, § 2º do Decreto n.º 5.296 (2004), ou seja, é um elemento que promove a autonomia e aumenta a qualidade de vida da pessoa com deficiência. O cão-guia ajuda a concretizar o direito constitucional de ir e vir do visitante. A impossibilidade de acompanhar seu proprietário deve ser combatida com orientação, conscientização e fiscalização da lei.

Seguindo a verificação das facilidades disponíveis, agora serão apresentados dados em relação às pessoas com deficiência auditiva na tabela 14.

Tabela 14 - “Facilidades para clientes/visitantes com deficiência auditiva”

	Hotéis	Museus
Informação geral sobre os serviços e acervo em formatos alternativos: gravações de vídeo com intérprete em Libras ou textos em linguagem fácil [museus]	--	25%
Informação geral sobre os serviços, disponível em formatos alternativos: gravações de vídeo com intérprete em Libras ou textos em linguagem fácil [hotéis]	11%	--
Sinalização com imagens ou painéis informativos	33%	0%
Sistema de amplificação sonora (Exemplo: anel de indução magnética para auditórios e salas)	0%	0%
Visitas guiadas acompanhadas com intérprete de Libras [museus]	--	25%
Telefones adaptados (com função escrita e/ou câmara) [hotéis]	0%	--
Dispositivos que convertem sinais sonoros em sinais luminosos (ex. adaptados aos telefones e alarmes de emergência) [hotéis]	0%	--
Inexistentes	56%	50%
Outras	11%	25%

Fonte: Autora (2020).

Observam-se também grandes barreiras para os surdos ou pessoas com deficiência auditiva, pois das quatro facilidades descritas para os museus, apenas duas estão disponíveis, cada uma em um dos museus pesquisados, como a informação geral sobre serviços em formatos alternativos e a visita guiada com intérprete em Libras. Do mesmo modo ocorre nos hotéis, das cinco facilidades questionadas, apenas duas estão presentes, quais sejam a informação geral sobre os serviços em um hotel e a sinalização com imagens ou painéis informativos presentes em três hotéis, além de um empreendimento informar que possui recepcionista fluente em Libras.

As outras são inexistentes em 50% dos museus, como a sinalização em painéis eletrônicos com informações que “permite a transmissão de mensagens escritas, pré-gravadas ou em tempo real” (ABNT, 2008) e o sistema de sonorização com o anel de indução magnética, que ajuda quem possui dificuldade de escuta ou utiliza aparelhos auditivos, pois elimina a interferência do ruído do ambiente. Esta também inexistente em todos os hotéis.

Silva (2015), ao pesquisar os recursos de acessibilidade aos visitantes surdos nos museus e centros culturais do centro do Rio de Janeiro, relata que das 25 instituições pesquisadas, apenas uma dispunha de uma única facilidade, que era a presença de um educador ouvinte bilíngue. É possível notar a dificuldade no atendimento ao visitante surdo ou com deficiência auditiva, “o que por sua vez certamente dificultará sua interpretação dos elementos da arte e cultura [...]” (2015, p. 18). Infelizmente, a falta de recursos não é exclusividade dos hotéis e museus pesquisados neste trabalho.

Em relação à acessibilidade à comunicação, informação e o atendimento prestado à pessoa com deficiência, verifica-se quais estão disponíveis nos empreendimentos hoteleiros e museus a seguir na tabela 15:

Tabela 15 - “Facilidades disponíveis em relação a informações e atendimento”

	Hotéis	Museus
<i>Website</i> com informações detalhadas sobre as condições de acessibilidade do empreendimento/espço cultural	78%	0%
<i>Website</i> com protocolo de acessibilidade W3C Brasil	0%	0%
Colaboradores preparados para atendimento a pessoas com deficiência	44%	25%
Prestação de informações sobre acessibilidade de lugares turísticos e de lazer, nos arredores do empreendimento [hotéis]	33%	--
Contatos de fornecedores para aluguel de produtos de apoio ou intérpretes de Libras	11%	--

(caso seja necessário) [hotéis]	(Continuação)	
Inexistentes	11%	75%
Outra	0%	0%

Fonte: Autora (2020).

O fato de os hotéis e museus não oferecerem sites acessíveis e no caso não possuírem ou não detalharem as condições de acessibilidade em sites, como afirmado pelos museus, favorece a perda de consumidores/visitantes, já que diante dessa realidade, a falta ou dificuldade em obter informações sobre o estabelecimento pode desencorajar os clientes/visitantes de escolher o hotel ou museu, pois muitas vezes os turistas conhecem os atrativos culturais e hotéis por meio de pesquisa na internet, além de ser uma barreira tecnológica.

Nas Recomendaciones de la OMT sobre accesibilidad de la información turística (2015), a OMT aponta que no século XXI o avanço que a comunicação alcançou pelos canais digitais, permite que os estabelecimentos cheguem a um maior número de pessoas e o acesso a uma quantidade maior de informações aos turistas, promovendo oportunidade de negócios, ressaltando que numerosos estudos revelam que a acessibilidade e a facilidade de uso dos sites na internet, pode ter um efeito decisivo no número de clientes que fazem consulta ou realizam uma compra nos websites. O relato da OMT só reforça o que já foi dito no parágrafo antecedente, corroborando que vale o esforço de investir na acessibilidade da informação e a divulgação da instituição nos canais digitais.

Outras dificuldades são: a escassez de funcionários capacitados para atender as pessoas com deficiência, sendo presente em apenas 44% dos hotéis e 25% dos museus; a prestação de informações sobre acessibilidade e suas condições nos atrativos turísticos só é realizada por 33% dos hotéis e apenas um destes disponibiliza contatos para o aluguel de equipamentos de apoio. Se ocorrer de a pessoa com deficiência ter sua cadeira de roda danificada ou se precisar contratar um intérprete em Libras para acompanhá-lo em algum passeio, entende-se por meio dessas respostas que irá precisar contar com a boa vontade do funcionário em ajudá-lo por conta própria e não porque o estabelecimento esteja para isso, sendo testado nesse momento se a conduta do funcionário se constituirá uma acessibilidade ou barreira atitudinal.

Analisar-se-á em conjunto e textualmente as respostas aos questionamentos: 1) as facilidades estão disponíveis de forma permanente? 2) Encontram-se integradas no circuito de

funcionamento normal? 3) As facilidades podem ser utilizadas com autonomia?

Em relação à primeira pergunta 100% dos hotéis oferecem as facilidades de forma permanente e integradas ao circuito de funcionamento normal, já nos museus em apenas 50% são permanentes e integradas. Ademais, em 56% dos hotéis e 25% dos museus, é possível utilizar as facilidades existentes de forma autônoma e por outro lado em 44% dos hotéis e em 25% dos museus é necessário oferecer ajuda para o uso delas. Os outros 50% dos museus marcaram a resposta não aplicável, pois não há facilidades disponíveis neles, como informado anteriormente.

As respostas sobre dispor ou não das facilidades questionadas para cada tipo de deficiência quando comparadas à legislação, em geral, se vê que a percepção de que os estabelecimentos são acessíveis como alegaram na primeira pergunta desse bloco pode ter origem na falta de conhecimento da legislação, que pode desdobrar-se no entendimento de que se atender a um critério conhecido já pode considerar o espaço acessível, ou no reducionismo de corresponder o termo “deficiência” à deficiência física, sem perceber que cada pessoa e cada tipo de deficiência exige facilidades específicas.

Seguindo a ordem será analisada a questão 2.8 dos espaços culturais, se estes possuem alguma estratégia específica de captação desse público e para viabilizar a comparação dos procedimentos nestes e nos hotéis alteramos a ordem de análise em relação aos hotéis (já que a questão 2.8 no questionário do hotel se refere a outro tema, então adiantado para a questão 2.9).

Tabela 16 - “Prática de estratégia para captação deste segmento de clientes/visitantes”

	Hotéis	Museus
Sim	0%	50%
Não	100%	50%

Fonte: Autora (2020)

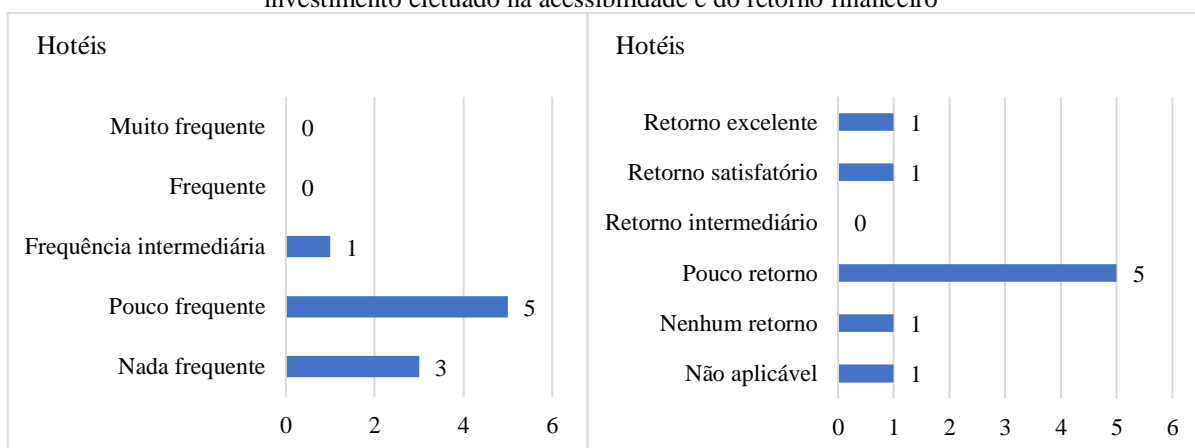
O resultado na tabela demonstra que os museus são mais sensíveis na percepção das pessoas com deficiência como público potencial para seus espaços, já que metade deles desenvolvem estratégias de captação, apesar de os outros 50% ainda não desenvolverem. Como motivo para isso ocorrer, pode-se pensar ser em decorrência das dificuldades que este público teria para frequentar, conforme pode ser visto nas questões anteriores. Todavia nenhum dos hotéis criou estratégias de captação para esse público.

E aqui se aponta para a discussão sobre invisibilidade realizada na análise da avaliação final e reforçando com outro trecho ainda de Santos e Duarte (2017) que afirmam que a “discriminação, os preconceitos e a falta de acesso contribuem para a permanência do ciclo da

invisibilidade” das pessoas com deficiência. Os dados do IBGE mostram quão grande é esse público e por isso mesmo podem proporcionar o aumento da procura por esses estabelecimentos se inclusos no turismo.

Ato contínuo, no questionário dos hotéis há questionamentos não realizados para os museus, tendo em vista a natureza jurídica e finalidade lucrativa dos primeiros, pois se relacionam aos aspectos mercadológicos. Mais uma vez alterada a ordem de análise em relação à sequência das perguntas no questionário para favorecer o encadeamento lógico e correlacionar melhor as percepções geradas. Então, serão analisadas abaixo as questões 1) com que frequência os hotéis recebem turistas com algum grau de limitação (originalmente questão 2.8); 2) o investimento efetuado na acessibilidade do empreendimento proporciona retorno? (originalmente questão 2.14) e 3) para os hotéis que recebem clientes com deficiência, qual o mercado emissor predominante? (originalmente questão 2.10). As respostas serão apresentadas em conjunto e estão expostas no gráfico e textualmente a seguir.

Gráfico 7 – “Frequência de atendimento de clientes com algum grau de limitação” e “Percepção acerca do investimento efetuado na acessibilidade e do retorno financeiro”



Fonte: Autora (2020)

Percebe-se aqui nas tabelas a baixa frequência desses clientes em 89% (pouco frequente, 56% e nada frequente, 33%) dos empreendimentos hoteleiros e em 11% uma frequência mediana. Um dos motivos para isso pode ser o baixo índice de acessibilidade verificado nas perguntas anteriores, a falta de estratégia de captação para esse público e o medo que naturalmente as pessoas com deficiência podem sentir de se arriscar a se hospedar em um hotel do qual não se tem informações precisas sobre os recursos de acessibilidade oferecidos. E aí se torna um círculo vicioso, se você não oferece acessibilidade, não desenvolve estratégias de captação, não divulga a acessibilidade de seu negócio em websites, conseqüentemente será difícil receber esse público e então terá a percepção de que o investimento financeiro necessário para oferecer acessibilidade não compensa o retorno que

se tem, como informado por 67% dos hotéis, de que não há ou é pouco o retorno e o empreendedor se desanima a investir corroborando para a continuidade desse ciclo. Mais uma vez, recordamos da invisibilidade desse público. Apenas 22% dos hotéis informaram que é satisfatório ou excelente o retorno financeiro dos investimentos.

Quando perguntado sobre o mercado emissor, a maioria dos hotéis recebem turistas com deficiência provenientes do mercado interno (89%), exceto um dos empreendimentos que por ser o mais recente e provavelmente impactado pelo cancelamento das reservas devido à covid-19 marcou a resposta “não aplicado”. Para alcançar o mercado internacional, retomase a recomendação da OMT já citada anteriormente sobre o uso dos canais digitais para divulgação dos empreendimentos hoteleiros, e deduz-se ser fundamental o investimento em *websites* para ampliar a captação desse mercado.

Retornando as questões comuns para hotéis e museus conforme a ordem seguida no questionário, a seguir analisou-se em conjunto as três questões a respeito do atendimento das pessoas com deficiência, da necessidade de formação específica para atendê-los e se há em seu quadro de funcionários pessoas com deficiência, sendo as duas primeiras representadas nas tabelas abaixo e a última discutida textualmente.

Tabela 17 – “Facilidade de atendimento de clientes/visitantes com deficiência”

	Hotéis	Museus
Muito fácil	0%	0%
Fácil	22%	0%
Nem fácil nem difícil	56%	75%
Difícil	11%	25%
Muito difícil	11%	0%

Fonte: Autora (2020)

Tabela 18 – “Necessidade de colaboradores com formação específica em turismo acessível”

	Hotéis	Museus
Extremamente necessário	33%	0%
Muito necessário	11%	25%
Necessidade intermediária	22%	75%
Pouco necessário	34%	0%
Nada necessário	0%	0%

Fonte: Autora (2020)

Em relação ao atendimento das pessoas com deficiência, a maioria dos hotéis (56%) e dos museus (75%) considera nem ser fácil nem difícil atender as pessoas com deficiência, um hotel e um museu consideram ser difícil atendê-los, além de um hotel considerar ser muito difícil enquanto que para 22% dos hotéis é fácil atendê-los. Essa percepção é muito subjetiva e leva em consideração uma série de fatores do contexto real desse atendimento (necessidades específicas de cada tipo de deficiência e de cada pessoa, por exemplo), isso não se questiona, mas objetivamente o que tornaria mais fácil o atendimento seria a formação adequada das equipes somada às boas condições de acessibilidade.

Outro problema é a escassez de funcionários capacitados para atender em Libras ou que conheçam a legislação em questão, por exemplo. Como pode se ver na tabela a maioria dos museus tem uma percepção mediana em relação à necessidade de uma formação específica. Já 44% valoraram como extremamente e muito necessário e por outro lado 56% entendem como pouco necessário ou intermediariamente. O produto educacional segue a orientação da OMT inscrita nas Recomendaciones de la OMT por un turismo accesible para todos (2013) que alerta para a necessidade de os profissionais de turismo receberem formação sobre os direitos das pessoas com deficiência para proporcionar melhor atendimento a esses turistas. Com o PE, espera-se colaborar para despertar o interesse nos alunos em aprofundar mais sobre o assunto e respeitar esses direitos no seu cotidiano e na sua atuação profissional, pois a consciência da imprescindibilidade de formação perpassa pela conscientização sobre a acessibilidade.

Quando questionado se há pessoas com deficiência no quadro de funcionários, os hotéis e museus responderam que não possuem pessoas com deficiência contratadas ou ocupando cargo público. Neste recorte, a presença deles se vincula ao cumprimento da legislação trabalhista ou a reserva de vagas prevista na Constituição Federal ou Estadual. A Lei nº 8.231 (BRASIL, 1991), em seu artigo 93, prevê o escalonamento da proporção entre empregados contratados e pessoas com deficiência ou reabilitados a serem contratados. A empresa com 100 funcionários ou mais deve contratar de 2% a 5% de pessoas com deficiência, por isso se a empresa possui um quadro de funcionários inferior a essa quantidade, ela não tem obrigação de contratar. Contudo, os hotéis tem liberdade para contratá-las, independente da previsão legal.

Todavia, os museus por estarem vinculados à regra constitucional de ingresso por concurso público e da reserva legal de vagas para pessoas com deficiência, além do respeito à ordem de classificação no concurso, ficam adstritos a seguir exatamente o comando legal. O impacto que a presença de pessoas com deficiência no quadro de funcionários poderia gerar

seria uma maior empatia pelos direitos deles e mais esforços para oferecer acessibilidade, pois a própria rotina poderia sensibilizar os responsáveis pelos estabelecimentos.

Neste terceiro bloco, averiguaram-se os conhecimentos e opiniões sobre turismo acessível por parte dos responsáveis pelos espaços museológicos e empreendimentos hoteleiros, nas tabelas abaixo.

Tabela 19 – “Visão do empreendimento hoteleiro sobre o mercado de turismo acessível”

	Hotéis	Museus
Mercado residual	33%	50%
Nicho de mercado	45%	25%
Mercado em crescimento	22%	25%
Mercado com representatividade significativa	0%	0%

Fonte: Autora (2020)

Investigada a visão dos estabelecimentos sobre o mercado do turismo acessível, 22% dos hotéis e 25% dos museus o consideram um mercado em crescimento, o que é uma consequência natural do aumento desta parcela da população, da revolução nas comunicações e facilidade de consumo. Com uma quantidade cada vez maior de potenciais consumidores, maior a representatividade do mercado de turismo acessível e a OMT na Recomendaciones de la OMT por um turismo accesible para todos (2013) recorda que as pessoas com deficiência e as idosas (por não serem mais ativas profissionalmente) têm mais facilidade de viajar durante qualquer época do ano, reduzindo assim a sazonalidade da demanda, e afirma que se houver o enfoque adequado o setor do turismo tem uma oportunidade de ouro para aproveitar um mercado importante e em crescimento, conquistando novos clientes.

Ambrose et al. (2017), explica que este mercado é equivocadamente subestimado porque os gestores desconhecem as vantagens empresariais do turismo acessível, como as citadas pela OMT, e isso pode ser a causa de hotéis e museus considerarem o turismo acessível como nicho de mercado ou residual como visto na tabela acima. E segue esclarecendo que em vários países existe a falsa ideia de que para ser acessível são necessários altíssimos investimentos financeiros e com baixa taxa de retorno, bem como a acessibilidade é vista como obrigação legal e complementa: “Muitas vezes, o medo do desconhecido ou de fazer “mal” impele os gestores a evitar este mercado em vez de procurar formas de como enfrentar e aproveitar esses desafios.” (Portugal, 2017, p. 22) Isso significa que é necessário conhecer esse mercado, investir em formação adequada, assumir uma

postura mais solidária e socialmente responsável para mudar essa ideia pré-concebida. Em relação à criação de uma certificação/selo que distinga os empreendimentos hoteleiros/espços culturais pelas suas condições de acessibilidade e boas práticas inclusivas, a opinião dos estabelecimentos é apontado na tabela abaixo.

Tabela 20 – “Certificação/selo como indicador das condições de acessibilidade e boas práticas inclusivas”

	Hotéis	Museus
Muito relevante	33%	50%
Relevante	45%	50%
Relevância intermediária	22%	0%
Pouco relevante	0%	0%
Nada relevante	0%	0%

Fonte: Autora (2020)

A criação do “selo acessível” foi uma estratégia bem-sucedida utilizada pela vila de Lousã, situada na região central de Portugal, e que hoje é referência em turismo acessível nesse país (Portugal, 2017). A emissão de certificação poderia ser uma estratégia para estimular os estabelecimentos a melhorarem as condições de acessibilidade a fim de alcançá-la, tendo em vista o reconhecimento da importância que tem visto que 33% dos hotéis e 50% dos museus consideram muito relevante, 45% dos hotéis e 50% dos museus acreditam ser relevante e para 22% dos hotéis a relevância é intermediária.

Com a certificação, os estabelecimentos que se habilitassem nessa iniciativa beneficiariam não só as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, mas todos os turistas, pois a certificação traz garantia e segurança acerca das informações sobre a acessibilidade, além da imagem positiva que gera atraindo mais clientes que preferem consumir produtos e serviços de empresas comprometidas com a responsabilidade social.

Neste último bloco, as perguntas visam avaliar a percepção dos pesquisados sobre a acessibilidade de Maceió e Marechal Deodoro e as perspectivas de desenvolvimento do turismo acessível na região. Para otimizar, as duas perguntas comuns aos hotéis e museus serão analisadas em conjunto nas tabelas abaixo. Por último, será examinado o questionamento sobre rotas acessíveis feitas apenas aos museus.

Tabela 21 – “Importância de captação de clientes/visitantes com deficiência”

	Hotéis	Museus
Muito importante	45%	25%
Importante	22%	50%
Importância intermediária	33%	0%
Pouco importante	0%	25%
Nada importante	0%	0%

Fonte: Autora (2020)

Quando questionados sobre a importância da captação, consideraram muito importante 45% da hotelaria e 25% dos museus, para 22% dos hotéis e 50% dos museus é importante e 33% dos hotéis percebem como uma importância intermediária, enquanto apenas 25% considerou pouco importante.

Como ressaltado por Ambrose et al. (2017, p. 120), há entre as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida a vontade de viajar e aproveitar sua vida de forma plena, porém ignorar este mercado, muitas vezes inexplorado pelos destinos turísticos e empresas, seria perder a oportunidade de aumentar a sua participação no mercado e a qualidade da experiência proporcionada aos turistas. A mudança dessa postura com campanhas e ações institucionais desenvolvidas pelos órgãos de turismo das cidades turísticas são importantes e beneficiam ambos estabelecimentos na captação desses clientes/visitantes.

Questionou-se aos estabelecimentos a sua percepção de acessibilidade sobre as cidades turísticas de Maceió e de Marechal Deodoro, cujo resultado encontra-se na tabela abaixo.

Tabela 22 – “Percepção sobre a acessibilidade de Maceió e Marechal Deodoro”

	Hotéis	Museus
Muito acessível	11%	0%
Acessível	11%	25%
Acessibilidade intermediária	56%	0%
Pouco acessível	22%	75%
Nada acessível	0%	0%

Fonte: Autora (2020)

Na tabela, vemos que um hotel considera as cidades muito acessíveis, para um hotel e museu as cidades são acessíveis, para 56% dos hotéis a acessibilidade nas cidades é intermediária e 22% e 75% dos hotéis e museus, respectivamente, consideram as duas cidades pouco acessíveis.

O município de Socorro/SP é referência de turismo acessível no Brasil e na qual Maceió e Marechal Deodoro podem se espelhar. De acordo com Moreira (2010) citado por Lemes (2018), a cidade recebeu o projeto “Aventureiros Especiais” desenvolvido pela Organização Não Governamental – ONG Aventura Especial juntamente com o Ministério do Turismo, entre 2005 e 2007, e tinha por objetivo oferecer opções de turismo de aventura adaptado. As empresas realizaram as adaptações obrigatórias, o município realizou obras de infraestrutura turística, os guias de turismo e monitores foram capacitados para atender as pessoas com deficiência, adaptaram equipamentos a serem usados nas atividades de turismo de aventura e a divulgação das atividades foi realizada com cartilhas para os prestadores de serviços turísticos, turistas e gestores, além de cursos e palestras de orientação e conscientização. Como consequência desse projeto, outros investimentos públicos e privados surgiram com o envolvimento do governo federal, estadual e municipal.

Verifica-se que o diferencial de Socorro para se tornar um destino turístico acessível bem-sucedido foi o esforço conjunto das esferas públicas, privadas, do terceiro setor e o apoio da população local. Quando cada um contribui para a acessibilidade e boas práticas, essas ações podem produzir bons retornos tanto financeiros, mas principalmente sociais, além da promoção da cidadania e dos valores coletivos e cooperativos.

E finalmente questionada a opinião dos espaços culturais sobre a criação de rotas acessíveis de turismo cultural em Maceió e Marechal os quais 50% afirmaram concordar plenamente e os outros 50% concordaram em parte. Aqui caberia questionar ao pesquisado o motivo de concordar em parte sobre a criação de rotas acessíveis para se verificar qual a motivação: simples resistência, falta de informação ou se a falta de recursos influenciou a opinião. Certamente, cabe esse aperfeiçoamento no questionário.

Para se compreender o significado das respostas, primeiro cabe conceituar a rota acessível. Cohen, Duarte e Brasileiro (2012, p. 50) define rota acessível como:

percurso livre de qualquer obstáculo de um ponto a outro (origem e destino) e compreende uma continuidade e abrangência de medidas de acessibilidade no percurso que a pessoa deseja fazer dentro do museu. Isso significa pensar no acesso desde o entorno, a maneira de se chegar ao museu, a entrada da edificação, os locais de exposição, os serviços oferecidos e todo e qualquer tipo de informação e comunicação para todas as pessoas.

Dessa forma, entende-se que a criação das rotas acessíveis de turismo cultural pode ser utilizada como uma iniciativa para o desenvolvimento do turismo acessível no museu e seu entorno mais próximo estabelecendo um trajeto inicial que com o apoio das diversas esferas governamentais e parcerias público-privadas poderiam ser ampliadas corroborando para uma acessibilidade atitudinal, na qual a sociedade se dispõe a contribuir na adaptação dos

ambientes.

Ao fim dos dados apresentados vislumbra-se a necessidade das instituições se esforçarem para tornarem-se acessíveis, pois se entende que o desconhecimento da legislação, a invisibilidade da pessoa com deficiência e a instalação de museus em edifícios não projetados para serem utilizados como tais ou os hotéis mais antigos e o esforço conjunto das várias esferas de poder para se adequar à legislação é uma realidade que pesa, mas essas questões não podem ser usadas para justificar a falta de acessibilidade. Essa situação requer conscientização, sensibilização e formação específica das equipes, além de fiscalização da lei, investimentos contínuos em projetos de acessibilidade e de longo prazo e, principalmente, a erradicação das barreiras atitudinais, definidas pela lei como “atitudes ou comportamentos que [impedem] ou [prejudicam] a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (Lei n.º 13.146, 2015). Empatia e a conscientização (em longo prazo) de toda a sociedade acerca dos direitos das pessoas com deficiência é o que moverá todas as esferas com poder de decisão para unir esforços e viabilizar as adaptações necessárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrada neste trabalho a relação do turismo, do ensino jurídico e da metodologia adotada nos produtos educacionais com os princípios norteadores da educação profissional e tecnológica.

No diagnóstico inicial, verificou-se que há espaço e relevância para a aplicação dos produtos educacionais, haja vista a ausência da discussão à luz das normas protetivas, conforme constatado nos projetos pedagógicos dos cursos de turismo e hospitalidade do IFAL, e o desconhecimento do assunto e da legislação pela maioria dos estudantes, respondendo assim a questão de investigação sobre se o IFAL promove espaços de reflexão acerca da legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade no turismo. Também constatado o interesse dos estudantes em estudar o assunto, legitimando assim a pesquisa, bem como possibilitou perceber a necessidade de se adotar nos produtos educacionais estratégias que potencializassem a aprendizagem significativa e trabalhar a empatia pela temática, já no primeiro momento.

Na avaliação final, os resultados discutidos demonstram a aprovação do guia didático pelos alunos, sendo a metodologia utilizada bem recepcionada por eles, que concordaram que

a ABP facilitou sua aprendizagem e viram nos problemas apresentados um diferencial em relação às metodologias tradicionais, também constatada a aprendizagem sobre os conceitos estudados na sua forma conceitual, procedimental e atitudinal e exemplificados nos relatos dos alunos de que as situações-problema os ajudaram a se colocar no lugar dessas pessoas e perceber as dificuldades enfrentadas para ter uma vida plena. Essa fala demonstra a constatação de que os produtos educacionais colaboraram para os estudantes refletirem sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade no turismo.

Isso não quer dizer que os alunos não sentiram dificuldades com a metodologia em alguns momentos, conforme observado, tanto pelo costume com o ensino tradicional e de ter o professor como transmissor de conhecimento, como pela timidez em se expor, pela tomada de atitudes de autopreservação em se limitar a não fazer perguntas ou não contribuir para o debate. A aplicação dos produtos educacionais também foi um desafio para a pesquisadora que, pela primeira vez, tivera uma experiência com a docência. Dentre suas dificuldades a principal foi manter o interesse dos alunos nas atividades realizadas, evitando a dispersão, e com isso percebeu que a realização de uma oficina sobre a ABP antes da aplicação dos produtos poderia melhorar tanto o seu desempenho como dos discentes. Apesar disso, os alunos opinaram favoravelmente pela inclusão do tema no componente curricular de Legislação Aplicada ao Turismo e o professor colaborador também valorou positivamente o produto educacional voltado para auxiliar os professores.

A partir das colaborações colhidas dos estudantes e do professor foram realizados ajustes nos produtos educacionais, pois conforme prevê a pesquisa-ação, o produto educacional não será um material estático, podendo ser aprimorado a todo tempo pelos futuros usuários, que poderão melhorar as atividades previstas e adaptar formatos.

Em outra frente da pesquisa, ao investigar se os empreendimentos hoteleiros e espaços museológicos promovem a acessibilidade, foi necessária a redução da amostra de coleta de dados inicialmente prevista e a mudança no formato da coleta de dados que em vez de ser presencial, utilizou-se de questionários on-line, em virtude do fechamento dos estabelecimentos como consequência da pandemia pela Covid-19. Apesar dessa dificuldade, o resultado dos dados quantitativos mapeou as condições de acessibilidade desses locais e constatou-se o quão distante estão do cumprimento da legislação, apresentando os museus mais dificuldades em oferecer os recursos de acessibilidade do que os hotéis, notando-se também que a maior dificuldade é oferecer a acessibilidade visual e auditiva aos clientes/visitantes.

Com as respostas às questões de investigação percebe-se a necessidade de

profissionais de turismo conhecedores dos direitos das pessoas com deficiência justificando assim a pertinência de o IFAL incluir o ensino do turismo acessível a partir da análise da legislação referente às pessoas com deficiência, com o uso dos produtos educacionais, nos componentes curriculares de direito e legislação dos cursos da área de Turismo e Hospitalidade, pois se entende que a educação profissional e tecnológica, por aliar a formação intelectual e o trabalho, se apresenta como o espaço ideal para a aplicação dos produtos educacionais que podem contribuir para a formação adequada dos futuros profissionais e de cidadãos sensíveis ao desafio da implementação da acessibilidade para todos.

Conclui-se a pesquisa compreendendo que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência não se esgotam nas situações estudadas nos guias didáticos, por isso, a fim de aprimorar e dar continuidade a esta investigação, para trabalhos futuros intenciona-se pesquisar as dificuldades de acessibilidade em hotéis e restaurantes, ambientes não contemplados nos guias, para aproximar as situações-problemas da realidade profissional dos cursos de Hospitalidade (Hotelaria, Hospedagem e Cozinha). Além disso, recomendam-se estudos sobre gestão de destinos turísticos acessíveis, a fim de incentivar todas as esferas de poder a unirem esforços e viabilizar as adaptações necessárias, impulsionando assim a promoção da acessibilidade e o respeito aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPAG. Estudo para o desenvolvimento de um Turismo sustentável no litoral alagoano. Maceió: 2015. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8-d709de9f0f94/resource/1609ca65-18fb-40b5-9088-750c127fee0a/download/estudosobreturismo.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- ALÉN, E.; DOMÍNGUEZ, T.; LOSADA, N. New Opportunities for the Tourism Market: Senior Tourism and Accessible Tourism. Visions for Global Tourism Industry – Creating and Sustaining Competitive Strategies, p. 139-166, 18 Apr. 2012. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/018f/5b8627a7112ecd2b77532f508d87169dd067.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- AMBROSE, I. et al. Manual de Gestão de Destinos Turísticos Acessíveis. Versão portuguesa, 2017. Turismo de Portugal I. P. maio de 2017. ENAT – European Network for Accessible and Tourism asbl. Disponível em: <https://www.chaves.pt/uploads/document/file/1460/manual-de-gestao-de-destinos-turisticos-acessiveis-pt.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- ANAC – AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. Resolução n. 280, de 11 de julho de 2013. Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências. Diário

Oficial da União, Brasília, 16 jul. 2013. Disponível em:
https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/resolucoes-2013/resolucao-no-280-de-11-07-2013/@@display-file/arquivo_norma/RA2013-0280.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

ARAÚJO, R. M. D. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em:
<https://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14273: acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/institucional/grupos-de-trabalho/inclusao-pessoas-deficiencia/atuacao/legislacao/docs/ABNT-NBR-14273.pdf/view>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15285: turismo de aventura: condutores – Competência de pessoal. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Disponível em: <https://www.caxambu.tv.br/wp-content/uploads/2019/03/ABNT-15285-Competencias-de-pessoal.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15286: turismo de aventura: informações mínimas preliminares a clientes. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Disponível em: <https://www.caxambu.tv.br/wp-content/uploads/2019/03/ABNT-15286-INFORMACOES-A-CLIENTES.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15599: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBR15599.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BADARÓ, R. A. L. Direito do Turismo: história e legislação no Brasil e no exterior. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/349/333>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BARBOSA-FOHRMANN, A. P. Os modelos médicos e social de deficiência a partir dos significados de segregação e inclusão nos discursos de Michel Foucault e de Martha Nussbaum. Revista Estudos Institucionais, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 736-755, dez. 2016. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/76/108>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016

BARRETO, M. Discutindo o ensino universitário de turismo. Campinas: Papirus, 2004. (Coleção Turismo).

BARRETO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 20ª ed. atual. Campinas: Papirus, 2014. (Coleção Turismo).

BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface, Botucatu, v. 2, n. 2, p. 139-154, fev. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831998000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 27 nov. 2020.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. Semina, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/10999>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BESSA, V. H. Teorias da Aprendizagem. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

BORGES, M. C. et al. Aprendizado baseado em problemas. Medicina, Ribeirão Preto, v. 47, n. 3, p. 301-307, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/86619/89549>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. Ensaio, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 263-294, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a02v22n83.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Decreto n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 03 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Decreto n. 5.904, de 21 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 22 set. 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos

Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.296 de 1º de março de 2018. Regulamenta o [art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9296.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 55 de 18 de novembro de 1966. Define a Política Nacional do Turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.741 de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

Brasil. Lei n. 8.231 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 jul. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei n.º 4.169 de 4 de dezembro de 1962. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. DF: Diário Oficial da União, 11 dez. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4169-4-dezembro-1962-353980-norma-pl.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 9 nov. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm. Acesso em 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 27

nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.126 de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 28 jun. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.405 de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 nov. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7405-12-novembro-1985-367964-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento base do ensino médio integrado. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Área profissional: turismo e hospitalidade. Brasília: MEC, 2000c. Disponível em: http://www.dn.senai.br/competencia/src/Elaboracao_Perfis/15-turihosp.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Introdução. Brasília: MEC, 2000d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/introduc.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 21 set. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria n. 100 de 16 de junho de 2011. Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências. Brasília: MTur, 2011. Disponível em: http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/downloads/portaria100_2011mtur.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 nov. 2020.

CARVALHO, E. Q.; CAVALCANTI, R. J. de S. Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: abordagem emancipatória do trabalho como princípio educativo. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 5, p. e115953219, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i5.3219. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3219>. Acesso em: 28 nov. 2020.

CASTRO, C.; FREIRE-MEDEIROS, B. Destino: Cidade Maravilhosa. In: CASTRO, C.; GUIMARÃES, V. L.; MAGALHÃES, A. M. História do turismo no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M. O ENSINO INTEGRADO, A POLITECNIA E A EDUCAÇÃO OMNILATERAL. POR QUE LUTAMOS? *Trabalho & Educação*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 25 nov 2020.

COELHO, C. A. de J. G. Turismo acessível para todos, um paradigma emergente e um desafio para a oferta turística: o caso dos espaços museológicos e empreendimentos turísticos de Cascais. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril, Portugal, 2014. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18924/1/2014.04.011_.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. S.; BRASILEIRO, A. B. H. Acessibilidade a Museus (Cadernos Museológicos Vol. 2). Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

COMO é a acessibilidade no turismo do Brasil e ao redor do mundo. Quanto custa viajar blog, São Paulo, 03 dez. 2019. Disponível em: <https://quantocustaviajar.com/blog/como-e-a-acessibilidade-no-turismo-do-brasil-e-ao-redor-do-mundo/#>. Acesso em: 27 nov. 2020.

COSTA, B. C. F. A Convenção de Nova Iorque e a Lei Brasileira de Inclusão: percalços e vicissitudes para a efetivação do direito fundamental à acessibilidade. Monografia

(Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em:

https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/6118/1/ConvencaoNovaIorque_Costa_2018. Acesso em: 27 nov. 2020.

CYRINO, E. G., TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizagem por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 780-788, mai./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n3/15.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

DAMASCENO, L. R. da S. Direitos humanos e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência. *Jus.com.br*, out. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/32710/direitos-humanos-e-protecao-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em 27 nov. 2020.

DARCY, S.; DICKSON, T. A Whole-of-Life Approach to Tourism: the Case for Accessible Tourism Experiences. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, Perth, v. 16, n. 1, pp. 32-44, Mar. 2009.

DUARTE, D. C.; LEMOS, G. S. Turismo acessível: estudo da legislação brasileira internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 119-131, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4037/3375>. Acesso em: 27 nov. 2020.

DUARTE, D. C; HONORATO, T, S. Turismo cultural acessível: a percepção dos gestores dos principais teatros de Brasília. *Turismo Visão e Ação*. Balneário Camboriú, SC, v. 22, n.3,p. 575-596, Set./Dez. 2020. Disponível em: <https://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/17008/9639>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FAGUNDES, D. S. Criação, aplicação e avaliação de uma sequência didática para o curso de cuidadores de idosos apoiada na metodologia da problematização. 2015. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20160317114759.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

FRANÇA. T. H. Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 17, n. 31, p. 59-73, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*.

Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Instrução Normativa n. 01 de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Diário Oficial da União, 26 nov. 2003. Disponível em: http://www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei_federal/instrucao_01_2003.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

KLEIN, N. A.; AHLERT, E. M. Aprendizagem baseada em problemas como metodologia ativa na educação profissional. Revista Destaques Acadêmicos, Lajeado, v. 11, n. 4, p. 219-239, 2019. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2398/1605>. Acesso em: 20 maio 2020.

KUENZER, A.Z. O ensino médio para os que vivem do trabalho... In: Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. KUENZER, A.Z. (Org.) São Paulo: Cortez, 2005.

LEITE, L. AFONSO, A. S. Aprendizagem baseada na resolução de problemas: características, organização e supervisão. XIV Congresso de Enciga. Boletín das ciências, Santiago de Compostela, ano XIV, n. 48, p. 253-260, novembro/2001. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5538/1/Laurinda%20e%20Ana%20Sofia%20ENCIGA.PDF>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LEMES, J. S. Uma cidade boa para o turista é boa para o morador? O caso do turismo em Socorro/SP. 2018. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018 Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20575/1/2018_JacquelineSallesLemes_tcc.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

LIMA, P.H.C.; WINTER, L.; ALMEIDA, L. D. Para uma nova visão da educação em direitos humanos: o jurídico como humano e o humano como jurídico. In: BROCHADO, M., ABREU, D., FREITAS, N. Educação em direitos humanos: uma contribuição mineira. Belo Horizonte: UFMG: Proex, 2009, p. 93-102. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/a_pdf/livro_edh_mg_contribuicao_mineira.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MARECHAL Deodoro necessita de melhorias para o turismo. Meio ambiente & turismo. Maceió, 10 set. 2018. Disponível em: <http://meioambienteeturismo.blogspotagazetaweb.com/2018/09/10/marechal-deodoro-necessita-de-reparos-para-o-turismo/#:~:text=Marechal%20Deodoro%20precisa%20urgentemente%20melhorar,dos%20locais%20de%20visita%C3%A7%C3%A3o%20tur%C3%ADstica>. Acessível em: 16 nov. 2020.

MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 2133-2144, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000900018. Acesso em: 27 nov. 2020.

MORAES, E. C. . Reflexões acerca das Soft Skills e suas interfaces com a BNCC no contexto do Ensino Remoto . *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e9499109412, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9412. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9412>. Acesso em: 25 nov. 2020

MORAIS, J. de M.; SOUZA, P.; COSTA, T. A relação teoria e prática: investigando as compreensões de professores que atuam na educação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica*, Rio Grande do Norte, vol. 1, n.12, p. 111-124, mai. 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5720>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. 2ª ed. ampl. São Paulo: E.P.U., 2017.

MOREIRA, M. A., MASINI, E. F. S. Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2006.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Lisboa: OMS, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/CLASSIFICACAO-INTERNACIONAL-DE-FUNCIONALIDADE-CIF-OMS.pdf>. Acesso em 28 nov. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Código ético mundial para el Turismo. Resolución n. 406 de la Asamblea General de la OMT adoptada en décimo tercera reunión. Santiago (Chile), 27 de setiembre-1 de octubre de 1999. In: _____. *Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015*. Madrid: OMT, 2016b. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acesso em: 24 nov. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Declaración de Manila sobre el turismo mundial. 1980. In: OMT. *Compilación de declaraciones de la OMT, 1980-2018*. Madrid: OMT, 2019. p. 31-42. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419326>. Acesso em: 21 nov. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Hacia un turismo accesible para todos. Resolución n. 492 de la Asamblea General de la OMT adoptada en decimosexta reunión. In: OMT. *Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015*. Madrid: OMT, 2016a, p. 69-73. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acesso em: 26 nov. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Recomendaciones de la OMT sobre accesibilidade de la información turística. Resolución n. 669 de la Asamblea General de la OMT adoptada en vigésimaprimer reunión. Medellín (Colombia), 17 de septiembre de 2015. In: _____. *Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015*. Madrid: OMT, 2016g. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acesso em: 24 nov. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Recomendaciones para un turismo Accesible a los minusválidos en los años 90. Resolución n. 284 de la Asamblea General de la OMT adoptada en novena reunión. Buenos Aires (Argentina), 30 de setembro – 4 de outubro de 1991. In: Compilación de recomendaciones de la OMT 1975 – 2015. Março, 2016. p. 44-48. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acesso em: 24 nov. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Resolución n. 637, 2013. Recomendaciones de la OMT por un turismo accesible para todos. In: OMT. Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015. Madrid: OMT, 2016b, p. 106-119. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acesso em: 21 nov. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 9 de dezembro de 1975. Paris: ONU, 1975. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtosdeficientes.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência, de 3 de dezembro de 1982. São Paulo: Cedipod, 1982. Disponível em: <http://eurydice.nied.unicamp.br/portais/todosnos/nied/todosnos/documentos-internacionais/doc-programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-com-deficiencia-1982/view.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, de 20 de dezembro de 1993. Paris: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PÉREZ, D. M.; VELASCO, D. J. G. Turismo Accesible: “Hacia un Turismo para Todos”. Madrid: Ministerio de Economía, Secretaria General de Turismo, 2003. Disponível em: <https://www.cermi.es/sites/default/files/docs/colecciones/4TurismoAccesible.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PONTE, A. S.; SILVA, L. C. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência. Cadernos de Terapia Ocupacional. São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/851>. Acesso em: 27 nov. 2020.

PURIFICAÇÃO, S. B. G.; SOUZA, R. G.; MELO, V. B. O direito das pessoas portadoras de deficiência. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DA UNAERP, 4., 2007, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Universidade Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://www.unaerp.br/sici-unaerp/edicoes-anteriores/2007/secao-2-3/1017-o-direito-das-pessoas-portadoras-de-deficiencia/file>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SANTOS, K.; DUARTE, D. A acessibilidade em cidades históricas: Um estudo no centro histórico de São Luís – MA. Revista Turismo & Desenvolvimento. Portugal, v. 1, n. 27/28, p. 349-362, 2017. Disponível em: <http://each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=49264>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SARRAF, V. P. Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008-142728/publico/reabilitacaomuseu.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SASSAKI, R. K. Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea, 2003.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SILVA E COSTA, Turismo acessível: inclusão social, acessibilidade e cidadania. Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 25, dezembro/2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/turydes/25/acessibilidade.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SILVA, F. Lei de Libras completa 17 anos ainda com desafios para seu pleno funcionamento. Instituto Federal de Santa Catarina, 22 abr. 2019. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAkiOauK/content/id/1559617/lei-de-libras-completa-17-anos-ainda-com-desafios-para-seu-pleno-funcionamento. Acesso em 27 nov. 2020.

SILVA, J. P. F. Acessibilidade aos cegos e surdos nos museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro. 2015. Dissertação. (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <http://cmpdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/186/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Jo%C3%A3oPauloFerreiradaSilva.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SILVA, M. O. E., Da exclusão à inclusão: concepções e práticas. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 13, p. 135-153, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n13/13a09.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SILVA, R. F. C. Turismo, desenvolvimento sustentável e direitos humanos: o programa “Viaja Mais, Melhor Idade”. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo. v.6, n. 3, p. 290-304, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/500/583>. Acesso em: 27 nov. 2020.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 18ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TURISMO mundial sobe em 2019 e registra 10 anos consecutivos de crescimento, diz OMT. Mundo Lusíada, São Paulo, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/turismo/turismo-mundial-sobe-em-2019-e-registra-10-anos-consecutivos-de-crescimento-diz-omt>. Acesso em: 27 nov. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Internacional classification of impairments, disabilities, and handicaps. Geneva: WHO, 1980. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/41003/9241541261_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 nov. 2020.

Zabala, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

*Guia de Estudos
de Turismo Acessível*

CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO

Autora

PROF. DR. EDUARDO CARDOSO MORAES

Orientador

EVELLYN DAYANE SANTOS DE OLIVEIRA

Projeto Gráfico e Diagramação

TRANSCRITO JÁ

Revisão



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

L732g

Lima Fialho, Cláudia Suzana Correia.

Guia de estudo de turismo acessível / Cláudia Suzana Correia Lima Fialho; Eduardo Cardoso Moraes. – 2021.

35 f. : il.

1 CD-ROM: il.

Produto Educacional da Dissertação Guias didáticos para o ensino de turismo acessível: reflexões a partir de problemas sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

1. Inclusão. 2. Direitos Humanos. 3. Metodologia Ativa. 4. Produto Educacional. I. Moraes, Eduardo Cardoso. II. Título.

CDD:370

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	05
2. POR QUE É IMPORTANTE ESTUDAR TURISMO ACESSÍVEL?	06
3. COMO ESTUDAREMOS O TURISMO ACESSÍVEL EM SALA DE AULA?	07
4. PASSO A PASSO DAS SESSÕES DE ESTUDO	11
5. UNIDADE DE ESTUDOS 1 – TURISMO ACESSÍVEL: CONCEPTOS BÁSICOS	14
6. UNIDADE DE ESTUDOS 2 – ACESSIBILIDADE: COMUNICAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	17
7. UNIDADE DE ESTUDOS 3 – ACESSIBILIDADE A MUSEUS	20
8. UNIDADE DE ESTUDOS 4 – ACESSIBILIDADE AO TRANSPORTE AÉREO COMERCIAL	23
9. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REFERENTE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	26
10. ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO	29
11. INDICAÇÕES DE LEITURA	30
12. “E O QUE EU GANHO COM ESSA ATIVIDADE?”	32
REFERÊNCIAS	33



SEÇÃO 1

Apresentação

Querido (a) estudante, este Guia de Estudos é parte integrante dos produtos educacionais **Guia de estudos de turismo acessível e Turismo Acessível: guia de orientações para professores**, resultado da pesquisa de mestrado, intitulada “Guias didáticos para o ensino de turismo acessível: reflexões a partir de problemas sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade”, desenvolvida pela pesquisadora Claudia Suzana Correia Lima Fialho, sob orientação do professor doutor Eduardo Cardoso Moraes, no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em

Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), campus Benedito Bentes, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

Neste guia apresentaremos o estudo do turismo acessível a partir da análise da legislação referente às pessoas com deficiência. Ele apresenta em detalhes como o tema será estudado, além do passo a passo da metodologia adotada. Este conteúdo também esclarece como devem ser realizadas as apresentações dos grupos e sugere leituras de apoio – na qual o professor irá indicar as respectivas pontuações para cada atividade –, pensado e criado para auxiliá-lo durante as unidades de estudo.



SEÇÃO 2

06

Por que é importante estudar Turismo Acessível?

- Segundo dados do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **14,50%** da população brasileira declarou possuir alguma deficiência. Já no ano de 2010 esse percentual cresceu para **23,90%**. Nesse mesmo ano, quase **11%** dos habitantes eram idosos;
- Com base nos dados do **IBGE**, será cada vez mais frequente a demanda por produtos e serviços para esse público, que busca equipamentos adaptados às suas necessidades e profissionais de turismo aptos a prestar serviços turísticos acessíveis;
- O estudo do **TURISMO ACESSÍVEL** visa o enriquecimento de sua formação profissional, já que é um novo ramo do turismo no qual você poderá se especializar, se quiser;
- O estudo do tema também objetiva contribuir para a **CONSCIENTIZAÇÃO** da população, a longo prazo, sobre as dificuldades vividas pela pessoa com deficiência e **PREPARAR O PROFISSIONAL DE TURISMO** para lidar com essas situações em sociedade e no exercício da profissão;
- A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, afirma que **TODOS** são iguais perante a lei, ou seja, todos com ou sem deficiência devem ter acesso ao **LAZER** e ao **TURISMO**, sem distinções. O artigo 6º aponta o lazer como um **DIREITO SOCIAL** que todo cidadão possui.

Pensenisso!

SEÇÃO 3

COMO ESTUDAREMOS O TURISMO ACESSÍVEL EM SALA DE AULA?

Agora vamos detalhar como serão os seus estudos, mas, antes é preciso mencionar alguns conceitos importantes.

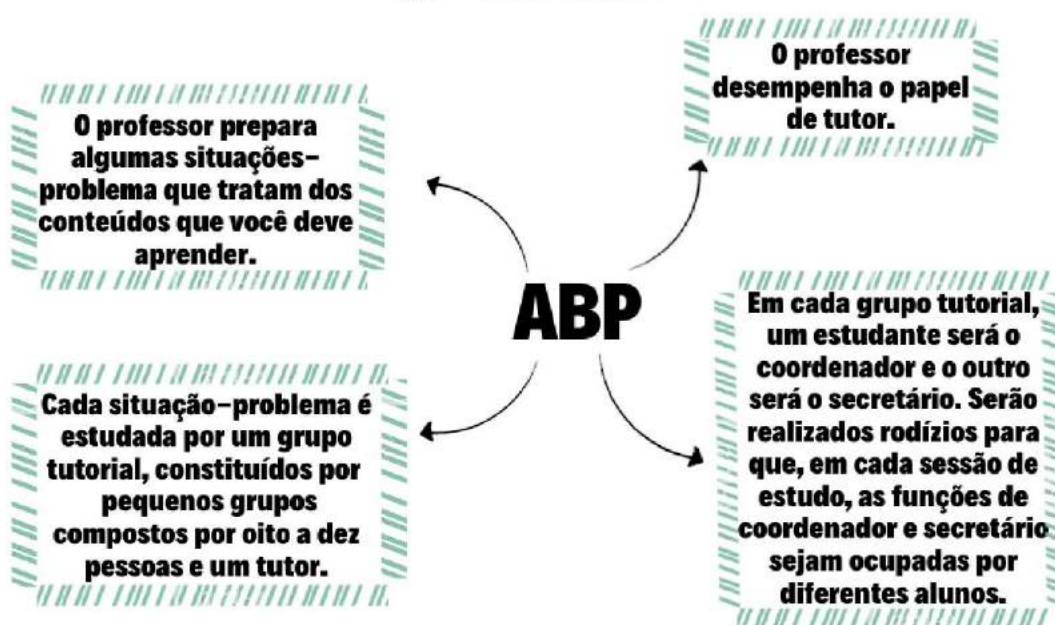
A metodologia a ser utilizada nas unidades de estudo será pautada pela Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) de Berbel (1998). Oi? Mas, o que isso significa?



A professora Neusi Berbel (2011) explica que a metodologia ativa tem o objetivo de trilhar por novos caminhos que visam escutar você, estudante, respeitar suas opiniões, responder às suas dúvidas, estimular sua curiosidade em pesquisar, refletir, debater e analisar situações que simulem problemas reais, pensando nas possíveis soluções para os casos apresentados, o que pode proporcionar autonomia na sua aprendizagem e motivá-lo a exercitar sua empatia.

Borochovicus e Tortella (2014) esclarecem que a ABP teve início na Escola de Medicina da Universidade McMaster, no Canadá, e visa capacitar os estudantes a avaliar a realidade, interpretar aquilo que é estudado, buscar soluções e conseguir resolver problemas. Veja abaixo algumas características da ABP.

Figura 1: Características da ABP



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de referências apresentadas por Bebel (1998)

Além disso, esse tipo de metodologia promove uma postura ativa do estudante, que deixa de ser um mero expectador durante a aula e aproveita as experiências de vida, os saberes populares e as opiniões dos estudantes, construindo o conhecimento de forma colaborativa e interativa. Para a aplicação correta da metodologia da ABP, Bebel (1998) apresenta sete passos, encontrados na *home page* Universidade Estadual de Londrina (UEL), a serem seguidas:

- 1** Leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos;
- 2** Identificação dos problemas expostos na situação apresentada;
- 3** Formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior;
- 4** Resumo das hipóteses;
- 5** Formulação dos objetivos de aprendizados (que devem ser aprofundados pelos estudantes);
- 6** Estudo individual;
- 7** Retorno ao grupo tutorial para rediscussão do problema, tendo em vista o conhecimento adquirido na fase anterior.

Mas qual é a função de cada um no grupo tutorial?



Quadro 1: Função dos participantes do grupo tutorial

Estudante Coordenador	Estudante Secretário	Membros do Grupo	Tutor
Liderar o grupo tutorial	Registrar pontos relevantes apontados pelo grupo	Acompanhar todas as etapas do processo	Estimular a participação do grupo
Encorajar a participação de todos	Ajudar o grupo a ordenar o raciocínio	Participar das discussões	Auxiliar o coordenador na dinâmica do grupo
Controlar o tempo	Participar das discussões	Ouvir e respeitar a opinião dos colegas	Verificar a relevância dos pontos anotados
Assegurar que o secretário possa anotar adequadamente os pontos de vista do grupo	Registrar as fontes de pesquisa utilizadas pelo grupo	Fazer questionamentos	Prevenir o desvio do foco da discussão
		Procurar alcançar os objetivos de aprendizagem	Assegurar que o grupo atinja os objetivos de aprendizagem
			Verificar o entendimento do grupo sobre as questões discutidas

Fonte: Borges *et al.* (2014), modificado de Wood (2003)

Adotaremos o rodízio das funções no grupo tutorial. No início de cada apresentação em grupo haverá um coordenador e um secretário diferentes para estimular todos a se prepararem e a realizarem, de modo satisfatório, o estudo individual na tentativa de evitar que apenas o coordenador – que apresentará a análise da situação-problema – tenha domínio do assunto.

SEÇÃO 4

PASSO A PASSO DAS SESSÕES DE ESTUDOS

Agora explicaremos como seguir esse passo a passo em sala de aula em cada encontro que teremos. Vamos lá?!



1ª Sessão de Estudos



Nesse momento, será aplicada a primeira unidade didática. O objetivo dessa unidade é trabalhar os principais conceitos e princípios que interagem com o turismo acessível e a sua definição, conforme conceituados pela legislação na situação-problema e na aula expositiva/dialogada. Ao final, serão organizados grupos tutoriais com oito a dez alunos cada.

2ª Sessão de Estudos

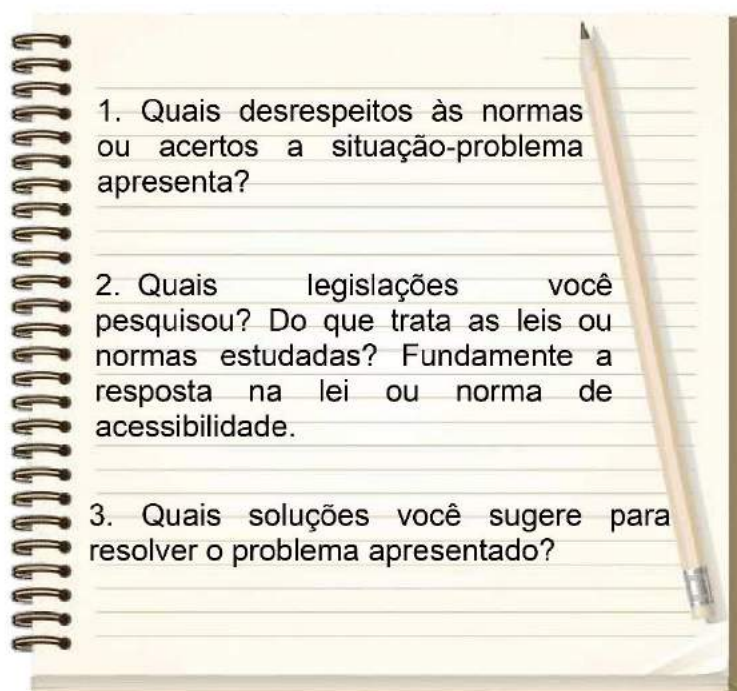


Nesse segundo momento serão distribuídas as situações-problema a cada grupo tutorial. Cada grupo realizará os passos da ABP, como apontado na página 08.

3ª Sessão de Estudos



Esse é o momento do estudo individual. O laboratório de informática e/ou a biblioteca estarão disponíveis. O tutor irá orientar as pesquisas e tirar as possíveis dúvidas sobre a metodologia. As seguintes questões poderão ajudá-lo em sua pesquisa:



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Ao final do estudo individual, é interessante que o grupo se reúna para discutir o que foi pesquisado por cada um e combine como as respostas serão explicadas e como cada componente do grupo exercerá sua função no grupo tutorial durante a apresentação.

Atenção!

Lembre-se de ler a função de cada estudante no grupo tutorial.

4ª Sessão de Estudos



__/__/__

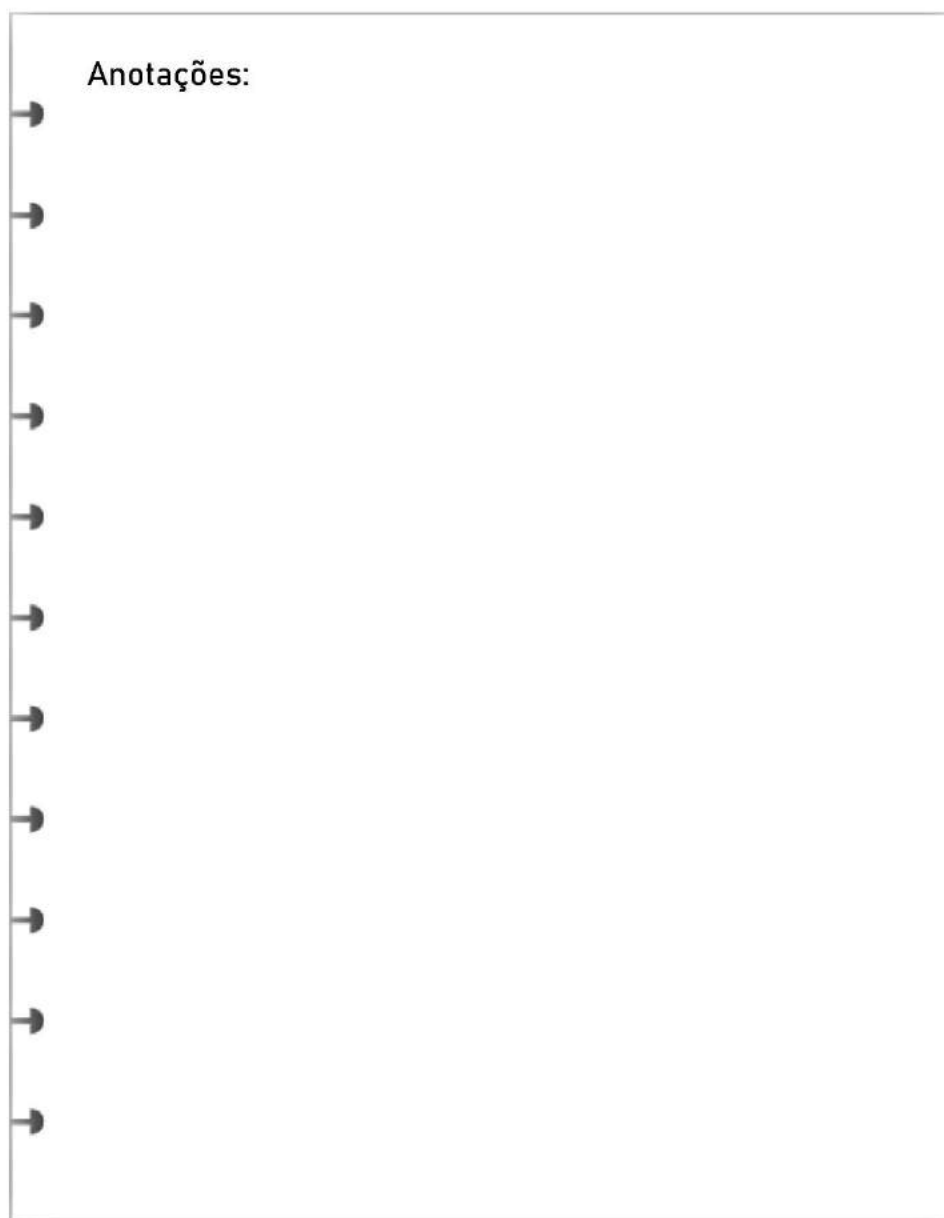
Nesse momento retornaremos ao grupo tutorial a apresentação. Os temas serão discutidos, partilharemos o produto das pesquisas do grupo e analisaremos as legislações que devem ser aplicadas para a resolução das situações-problema, citando as normas consultadas e explicando-as aos outros grupos. Os grupos deverão apresentar suas sugestões para a melhoria da acessibilidade em cada situação-problema. Ao final, poderá ser reproduzido um vídeo como atividade complementar.

A seguir, serão apresentadas as unidades de estudos com os temas a serem estudados.

4. Atividade complementar

Assista ao vídeo “As dificuldades da pessoa com deficiência no Brasil”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ctrXh3S5Uk>. Acesso em: 14 jul. 2020. O vídeo apresenta algumas situações-problema a serem trabalhadas nas próximas sessões de estudos.

Anotações:



A rectangular box with a thin black border. At the top left, the word "Anotações:" is written in bold. Along the left vertical edge of the box, there are 12 small, solid black arrows pointing to the right, spaced evenly down the page.

SEÇÃO 6

UNIDADE DE ESTUDOS 2 – ACESSIBILIDADE: COMUNICAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Tema

Acessibilidade e comunicação na prestação de serviços.

2. Atividade

Discussão de situação-problema.

Anotações:



A partir da análise da situação-problema e das discussões decorrentes das etapas da ABP, preencha o quadro abaixo:

Problemas	Hipóteses Explicativas	Objetivos de Aprendizagem

3. Conteúdo

Quadro 3: Grupo 1 – Acessibilidade (comunicação na prestação de serviços)

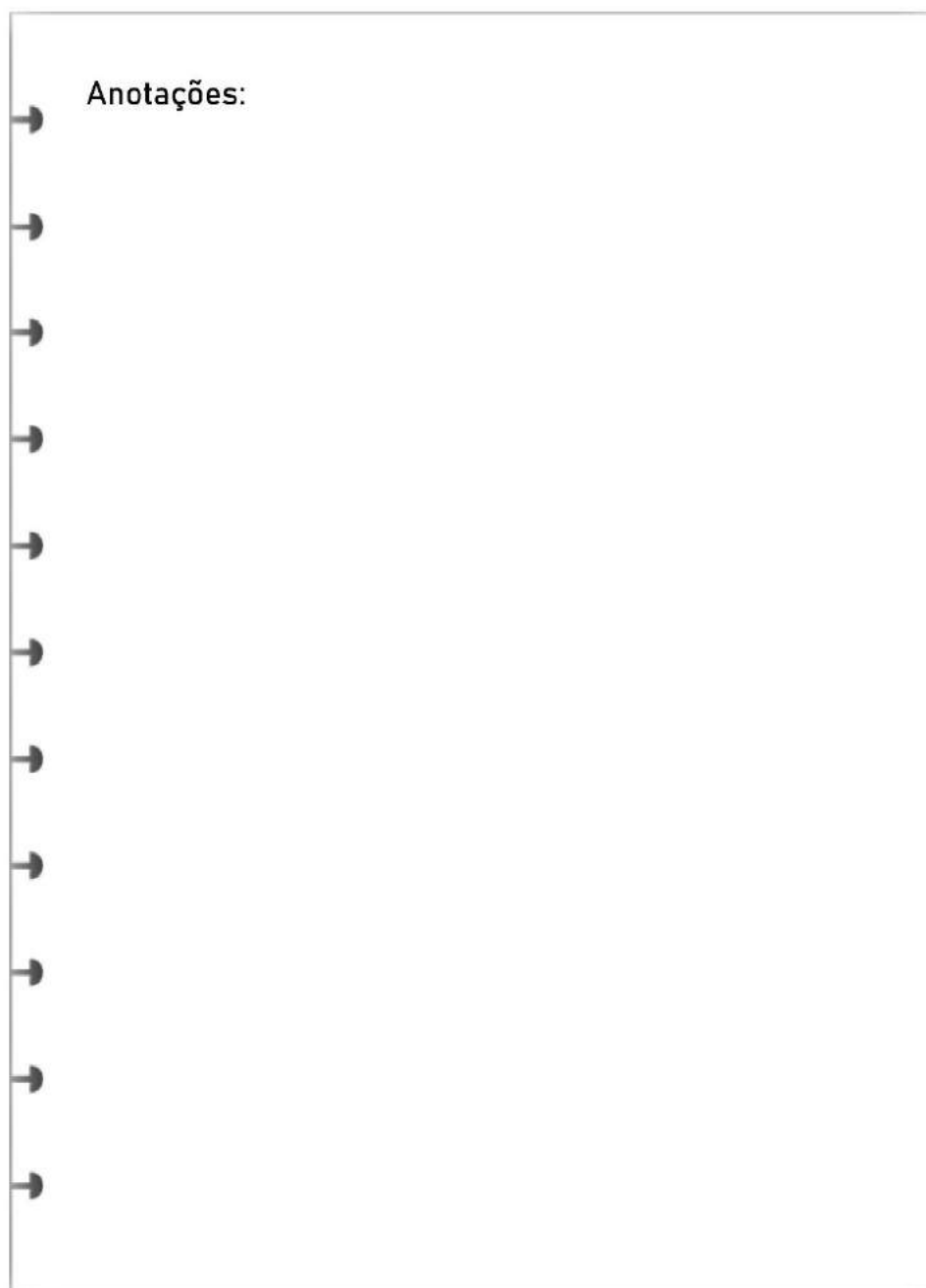
<p>Diretrizes para a comunicação na prestação de serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ao consumidor <p>Lazer e cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Museus, exposições e espaços culturais <p>Hospedagem e turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimentos de hospedagem e turismo • Atendimento em estabelecimentos de hospedagem e turismo 	<p>Transporte de passageiros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Geral • Terminais de passageiros • Ponto de parada para embarque e desembarque • Veículo • Casos específicos <p>Diretrizes para a identificação da acessibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Símbolos de identificação da acessibilidade • Acessibilidade por meio de equipamentos • Descrição de imagens e sons
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

4. Atividade complementar

Assista ao vídeo “Acessibilidade na comunicação” para conferir a importância da acessibilidade na comunicação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gr4tQUz3UhM>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Anotações:



A partir da análise da situação-problema e das discussões decorrentes das etapas da ABP, preencha o quadro abaixo:

Problemas	Hipóteses Explicativas	Objetivos de Aprendizagem

3. Conteúdo

Quadro 4: Grupo 2 – Acessibilidade a museus

<p>O entorno e o acesso aos museus</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estacionamento (dimensões e números de vagas) • Circulações horizontais (pisos, sinalização tátil direcional, sinalização tátil de alerta, rampas, patamares de repouso, superfícies, desniveis, portas, janelas, larguras das passagens ou circulações e corredores) • Iluminação • Circulações verticais (elevadores e equipamentos de transporte vertical, escadas) 	<p>Utilização de serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recepção (balcões de atendimento, lojas, telefone, sanitários, portas) • Informações sobre as exposições e o museu (placas informativas, informações e painéis, placas e painéis em relevo, localização e iluminação das placas informativas e painéis, localização, material explicativo e de orientação, impressão, uso do Braille, painéis e maquetes táteis) <p>Ver, ouvir e tocar as exposições</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinalização (composição, texto, tamanho e suporte, telas ou quadros de projeção, sinalização de segurança) • Ambiência visual e acústica das salas de exposição • Escutar, tocar
---	--

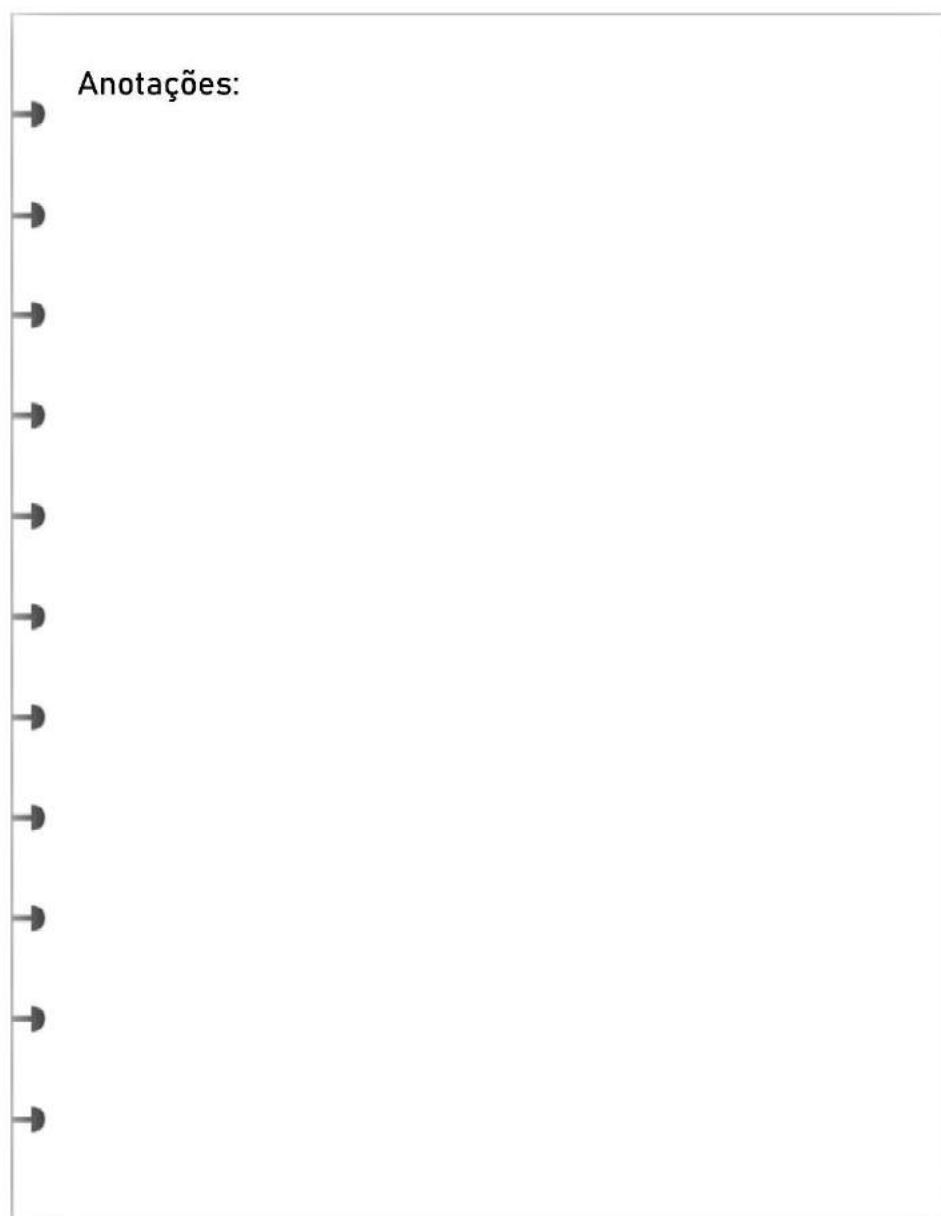
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

4. Atividade complementar

Assista ao vídeo “Videoguia – Introdução”, da Pinacoteca de São Paulo, como exemplo de visita acessível. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=MPepv6DH8NU>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Anotações:



A vertical list of 12 right-pointing arrows on the left side of a rectangular box, intended for taking notes.

A partir da análise da situação-problema e das discussões decorrentes das etapas da ABP, preencha o quadro abaixo:

Problemas	Hipóteses Explicativas	Objetivos de Aprendizagem

3. Conteúdo

Quadro 5: Grupo 3 – Acessibilidade ao transporte aéreo comercial

<p>Acesso aos aeroportos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área de circulação • Vagas para embarque e desembarque • Vagas nos estacionamentos • Atendimento da pessoa com deficiência (percurso entre o estacionamento e o balcão de informações) <p>PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À VIAGEM</p> <p>Embarque e Desembarque</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedimento de despacho, embarque e desembarque • Embarque/desembarque por passarela telescópica • Embarque/desembarque sem passarela telescópica. • Embarque/desembarque por funcionário. 	<p>Acessibilidade no interior das aeronaves</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aeronave com mais de 100 assentos e menos de 100 assentos • Trânsito no interior da aeronave • Assento destinado a passageiro em cadeira de rodas. • Quantidade de braços removíveis • Passageiros com ausência / redução de membros inferiores • Lavatório • Cão-Guia <p>Assistência durante a Viagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência do operador aéreo à pessoa com deficiência • Ajudas técnicas
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

SEÇÃO 9

EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REFERENTE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A seguir, disponibilizamos uma tabela com as principais legislações nacionais que se relacionam com o turismo acessível. Veja que a legislação brasileira é bem rica quanto a proteção dos direitos das pessoas com deficiência. **Vamos divulgar!**

Quadro 6 – Evolução da Legislação Brasileira

Ano	Normas	Ementas
1962	Lei nº 4.169	Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.
1985	Lei nº 7.405	Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
1989	Lei nº 7.853	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
1991	Lei nº 8.160	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
1994	Lei nº 8.899	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
1999	ABNT NBR 14273	Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial.
1999	Decreto nº 3.298	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
2000	Lei nº 10.048	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
2000	Decreto nº 3.691	Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

2000	Lei nº 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2002	Lei nº 10.436	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e dá outras providências.
2003	Instrução Normativa IPHAN nº 1	Dispõe sobre a acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis (Museus) acautelados a nível federal, e outras categorias, conforme especifica.
2004	Decreto nº 5.296	Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2005	Lei nº 11.126	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
2005	ABNT NBR 15285	Turismo de Aventura - Condutores – Competência de pessoal.
2005	ABNT NBR 15286	Turismo de Aventura - Informações mínimas preliminares a clientes.
2005	Decreto nº 5.626	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
2006	Decreto nº 5.904	Regulamenta a Lei nº 11.126/2005, trazendo outras disposições sobre o ingresso e permanência do cão-guia em ambientes especificados no Decreto. Veda a cobrança de tarifas ou acréscimo de valor decorrente da presença do cão-guia nos ambientes previstos pela norma e dispõe sobre os requisitos para identificação do cão-guia e da comprovação de treinamento de usuários. A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde é a responsável pelo exame de avaliação de capacidade técnica dos treinadores e instrutores de cão-guia, relacionando neste Decreto algumas regras para tanto.
2008	ABNT NBR 15599	Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços.
2009	Decreto nº 6.949	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
2010	Lei nº 12.319	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
2011	Decreto nº 7.612	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

2012	Lei nº 12.587	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e nº 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.
2013	Resolução ANAC nº 280	Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências.
2015	Lei nº 13.146	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
2015	ABNT NBR 9050	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
2018	Decreto nº 9.296	Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

SEÇÃO 10

ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO



Quadro 7: Orientações

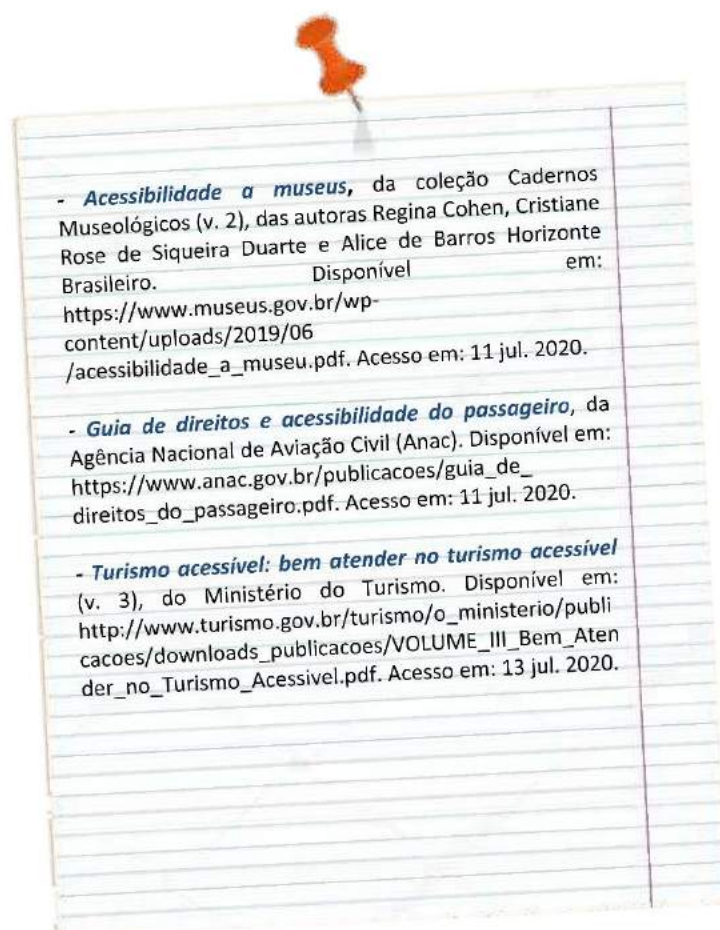
Apresentação	Relatório	Criatividade
<p>O estudante coordenador (a) é o responsável pela apresentação. Ele (a) apresentará um resumo de sua situação-problema apontando quais obstáculos o grupo encontrou na situação estudada, quais as legislações foram pesquisadas, apontar quais as soluções sugeridas para cada um dos problemas e em quais artigos de leis e normas encontrou o fundamento para as soluções apresentadas. Releia as perguntas apresentadas passo a passo na seção 4 – para não esquecer de mencionar qualquer item importante.</p>	<p>O estudante secretário (a) durante a apresentação, deve anotar todas as colocações que o estudante apresentador falar (problemas encontrados, legislações pesquisadas, soluções sugeridas e em quais artigos de leis e normas encontrou o fundamento para as soluções) e também as opiniões dos seus colegas do seu grupo e dos outros grupos que estão assistindo a apresentação. Ao final, entregar esse relatório para o(a) tutor(a), com a identificação dos membros do grupo tutorial.</p>	<p>A apresentação pode ser oral, pode ser representada em cartolina ou apresentada com slides, pode ser encenada uma peça teatral ou cantada uma música com o conteúdo pesquisado ou até uma combinação das ideias acima. Atenção: em qualquer das opções de apresentação que o grupo escolher, lembre-se que vocês deverão guardar um tempinho para o debate da sua pesquisa com os colegas dos outros grupos. O debate é essencial.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

SEÇÃO 11

INDICAÇÕES DE LEITURA

Algumas leituras poderão ajudá-lo a compreender os temas a serem estudados. Você pode procurar no Google ou ao final deste guia, em Referências, você encontrará o endereço eletrônico para procurar o material indicado.



Também existem outras leituras interessantes que você pode realizar depois do nosso estudo:

Guia de Turismo Acessível 2018/2019 C0 | Informações, da Comissão para a plena participação e inclusão de pessoas com deficiência – COPIDIS. Disponível em: https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/c0_pr_opt_1.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

Guia de Turismo Acessível 2018/2019 C3 | Ciudad Bs. As. Recoleta/Retiro, da Comissão para a plena participação e inclusão de pessoas com deficiência – COPIDIS. Disponível em: https://www.buenosaires.gov.ar/sites/gcaba/files/c3_pr_opt_1.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

Turismo acessível: bem atender no turismo de aventura adaptada (v. 4), do Ministério do Turismo. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/VOLUME_IV_Bem_Atender_no_Turismo_de_Aventura_Adaptada.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

Guia de acessibilidade em eventos, da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: https://www.portal.ufpr.br/guia_acessibilidade_eventos.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

Manual de boas práticas: publicadores de conteúdo, da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/comunicacao/arquivos/manual-conteudo/Manual-de-Boas-Praticas.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020

IMPORTANTE!

As indicações de leitura são complementares; não substituem a pesquisa das leis e normas, que você deverá apontar na apresentação das legislações.

SEÇÃO 12

“E O QUE EU GANHO COM ESSA ATIVIDADE?”



Um dos objetivos deste estudo é, como mencionado no início deste guia, contribuir para a sua formação profissional, mostrar a importância e de que maneira é possível ajudar na inclusão social das pessoas com deficiência – bem como dos idosos – no exercício da sua profissão, além de conhecer um novo ramo do turismo em que poderá se especializar. Veja abaixo, no Quadro 8, quais são os critérios de avaliação.

Quadro 8: Critérios de avaliação

Participação nas discussões e debates durante as atividades desenvolvidas na proposta de ensino	Criatividade
Conteúdo de apresentação do grupo tutorial	Relatório do grupo tutorial

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

REFERÊNCIAS

33

- ACESSIBILIDADE em aeroportos – Via Legal. [s. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal programaViaLegal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oBZyplFflmg>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ACESSIBILIDADE na comunicação. São Paulo, [s. n.], 2017. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal PHS Samaritano Saúde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gr4tQUz3UHM>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Guia de direitos e acessibilidade do passageiro**. Agência Nacional de Aviação Civil, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília, DF: ANAC, SEDH, MMIRDH, 2016. Disponível em: https://www.anac.gov.br/publicacoes/guia_de_direitos_do_passageiro.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.
- AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Resolução n. 280, de 11 de julho de 2013**. Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências. Disponível em: https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/resolucoes-2013/resolucao-no-280-de-11-07-2013/@@display-file/arquivo_norma/RA2013-0280.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.
- AS DIFICULDADES da pessoa com deficiência no Brasil. [s. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal Waleiska Fernandes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ctrXh3S5Uk>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro : ABNT, 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14273**: acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/institucional/grupos-de-trabalho/inclusao-pessoas-deficiencia/atuacao/legislacao/docs/ABNT-NBR-14273.pdf/view>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15285**: turismo de aventura: condutores: competência de pessoal. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Disponível em: <http://www.sistemafaemg.org.br/agenteturismo/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20do%20Agente%20de%20Turismo%20Rural/NBR/15285-competencias-de-pessoal.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15286**: turismo de aventura: informações mínimas preliminares a clientes. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Disponível em: <https://www.caxambu.tv.br/wp-content/uploads/2019/03/ABNT-15286-INFORMACOES-A-CLIENTES.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599**: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBR15599.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.
- BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?

Interface, Botucatu, v. 2, n. 2, p. 139-154, fev. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831998000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11 jul. 2020.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/10999>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BORGES, M. C. *et al.* Aprendizado baseado em problemas. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 47, n. 3, p. 301-307, jul./set. 2014. Disponível em: http://revista.fmrp.usp.br/2014/vol47n3/8_Aprendizado-baseado-em-problemas.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 263-294, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a02v22n83.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.691 de 19 de dezembro de 2000**. Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3691.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.904 de 21 de setembro de 2006**. Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 22 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.296 de 1º de março de 2018.** Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9296.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.169 de 4 de dezembro de 1962.** Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 11 dez. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4169-4-dezembro-1962-353980-norma-pl.html>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.405 de 12 de novembro de 1985.** Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Brasília,

DF: Diário Oficial da União, 13 nov. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7405-12-novembro-1985-367964-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.160 de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8160.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.899 de 29 de junho de 1994.** Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 30 jun. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8899.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 9 nov. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.126 de 27 de junho de 2005.** Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 28 jun. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá

outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 4 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 jul. 2020

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: bem atender no turismo acessível** – v. 3. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/VOLU_ME_III_Bem_Atender_no_Turismo_Acessivel.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: bem atender no turismo de aventura adaptada** – v. 4. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/VOLU_ME_IV_Bem_Atender_no_Turismo_de_Aventura_Adaptada.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

BUENOS AIRES. Comissão para a plena Participação e Inclusão das Pessoas com Deficiência. **Guia de Turismo Acessível 2018/2019.** C0 | Informação – Província CABA. Buenos Aires: COPIDIS, 2018. Disponível em: https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/c0_pr_opt.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

BUENOS AIRES. Comissão para a plena Participação e Inclusão das Pessoas com Deficiência. **Guia de Turismo Acessível 2018/2019.** C3 | Ciudad Bs. As. Recoleta/Retiro. Buenos Aires: COPIDIS,

2018. Disponível em: https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/c3_pr_opt.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

CADEIRANTES relatam falta de acessibilidade em pontos turísticos da capital do país. **G1**, Brasília, DF, 4 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/cadeiras-relatam-falta-de-acessibilidade-em-pontos-turisticos-da-capital-do-pais.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2020.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. S.; BRASILEIRO, A. B. H. **Acessibilidade a museus**. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. (Cadernos Museológicos, v. 2). Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/acessibilidade_a_museu.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: características gerais da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/83/cd_2000_caracteristicas_populacao_amostra.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=sobre>. Acesso em: 11 jul. 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Instrução Normativa nº 1, de 25 de**

novembro de 2003. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Brasília: IPHAN, 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_n_1_de_25_de_novembro_de_2003.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

SÃO PAULO (Município). **Guia de acessibilidade em eventos**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.portal.ufpr.br/guia_acessibilidade_eventos.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

SÃO PAULO (Município). **Manual de boas práticas**: publicadores de conteúdo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/comunicacao/arquivos/manual-conteudo/Manual-de-Boas-Praticas.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

VIDEOGUIA – Introdução. São Paulo, [s. n.], 2019. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Pinacoteca de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MPepv6DH8NU>. Acesso em: 11 jul. 2020.




**INSTITUTO
FEDERAL**
Alagoas


PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

*Turismo Acessível:
Guia de orientações
para professores!*

CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO
Autora

PROF. DR. EDUARDO CARDOSO MORAES
Orientador

EVELLYN DAYANE SANTOS DE OLIVEIRA
Projeto Gráfico e Diagramação

TRANSCRITO JÁ
Revisão



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

L732t

Lima Fialho, Claudia Suzana Correia.
 “Turismo acessível: guia de orientação para professores/ Claudia Suzana Correia
 Lima Fialho; Eduardo Cardoso Moraes. – 2021.
 61 f. : il.
 1 CD-ROM: il.

Produto Educacional da Dissertação Guias didáticos para o ensino de turismo acessível: reflexões a partir de problemas sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

1. Inclusão. 2. Direitos Humanos. 3. Metodologia Ativa. 4. Produto Educacional. I. Moraes, Eduardo Cardoso. II. Título.

CDD:370

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

Apresentação

Professor(a), este guia de orientações é parte integrante dos produtos educacionais Guia de estudos de turismo acessível e Turismo Acessível: guia de orientações para professores, resultado da pesquisa de mestrado “Guias didáticos para o ensino de turismo acessível: reflexões a partir de problemas sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade”, desenvolvida pela pesquisadora Claudia Suzana Correia Lima Fialho, sob orientação do professor doutor Eduardo Cardoso Moraes, no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

O guia apresenta a importância do ensino do turismo acessível e os eixos pedagógicos e metodológicos utilizados para o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das unidades de estudos. Os pressupostos pedagógicos utilizados foram a prática educativa de Zabala (1998), a teoria de aprendizagem significativa de Ausubel, segundo Moreira (2017), e os aspectos metodológicos: a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) de Berbel (1998) e a pesquisa-ação de Thiollent (2011).

A pesquisa-ação objetiva explicar problemas sociais e técnicos, tendo como características o entendimento da situação investigada, a escolha de problemas, a busca de solução e a aprendizagem dos envolvidos ou interessados (THIOLLENT, 2011).

O uso desse método no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) colabora para a concretização de um projeto de ensino integrado, que possui como características dotar os alunos de senso crítico para perceber sua realidade, a promoção de sua autonomia e o compromisso com a transformação social, já que estimula os indivíduos a agir de modo emancipatório. Segundo Araujo e Frigotto (2015, p.72-73):

As diferentes possibilidades de procedimentos de ensino favorecem mais ou menos o projeto de ensino integrado quando são organizados para promover a autonomia, por meio da valorização da atividade e da problematização, e para cultivar o sentimento de solidariedade, mediante do trabalho coletivo e cooperativo.

O guia também apresenta quatro unidades de estudo sobre o turismo acessível, cuja estrutura foi adaptada das unidades didáticas de Fagundes (2015), apoiadas na metodologia ativa da ABP, a partir da análise da legislação referente às pessoas com deficiência, que poderá ser utilizada nos componentes curriculares de direito e legislação dos cursos de turismo e hospitalidade.

O suporte teórico técnico-científico das unidades se baseia em artigos científicos e dissertações sobre turismo acessível, na legislação brasileira referente às pessoas com deficiência, bem como guias e cartilhas desenvolvidos por órgãos governamentais federais, estaduais e municipais.

No apêndice há uma breve evolução das iniciativas internacionais e da legislação brasileira para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Em virtude das constantes atualizações da legislação brasileira, aconselha-se aos interessados verificar a vigên-

cia das normas aqui disponíveis, evitando erros de aplicação decorrentes da defasagem do conteúdo jurídico.

Por fim, o intuito deste guia é auxiliar os professores em suas práticas pedagógicas, utilizando-o como metodologia principal ou de apoio para lecionar sobre o turismo acessível, colaborando para a ampliação do debate do tema na EPT.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Por que é importante ensinar turismo acessível?

- Segundo dados do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 14,50% da população brasileira declarou possuir alguma deficiência. Já no ano de 2010 esse percentual cresceu para 23,90%. No mesmo ano, quase 11% dos habitantes eram idosos;
- Com base nos dados do IBGE, será cada vez mais frequente a demanda por produtos e serviços para esse público, que busca equipamentos adaptados às suas necessidades e profissionais de turismo aptos a prestar serviços turísticos acessíveis;
- A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, afirma que todos são iguais perante a lei, ou seja, todos com ou sem deficiência devem ter direito ao lazer e ao turismo, sem distinções. O artigo 6º aponta o lazer como um direito social que todo cidadão possui;
- Nesse contexto, o turismo acessível se apresenta como um meio de proporcionar a igualdade de condições e viabilizar o direito ao lazer, beneficiando principalmente as pessoas com deficiência e os idosos, parte da população que cresce a cada ano;
- Por meio da educação, é possível cooperar para a conscientização da população sobre as dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência e preparar o estudante para lidar com essas situações na vida em sociedade e no exercício de sua profissão;

- A análise das legislações referentes às pessoas com deficiência também proporcionará aos alunos conhecer os direitos dessa parcela da população, bem como mostrará o papel da sociedade em contribuir para a eliminação de barreiras, incentivando o exercício da cidadania;
- Ademais, o artigo 28º, inciso XIV, da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), dispõe acerca da inclusão de temas referentes às pessoas com deficiência nos diversos campos do saber em cursos de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, o que estará sendo cumprido com a aplicação deste produto educacional.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Planejamento, Sessão de estudos e Avaliação

Este guia de orientações é resultado da intervenção pedagógica realizada no componente curricular Legislação Aplicada ao Turismo do Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Guia de Turismo do Ifal, campus Marechal Deodoro. Nesta seção as escolhas feitas durante o planejamento serão mostradas e cada sessão de estudos será explicada, inclusive apresentando sugestões para adaptações e critérios para a avaliação.

3.1 Planejamento

Estabeleceu-se como objetivo educacional da prática educativa que os alunos compreendam os conceitos de turismo acessível e de outros temas que interagem com este; conheçam a legislação referente às pessoas com deficiência e, diante de uma situação concreta, saibam identificar os problemas; reflitam e interpretem as normas e relacionem o fato às normas que promovem a acessibilidade ao atrativo, estabelecimento ou serviço turístico; valorizem o trabalho em equipe, a cooperação, o respeito, a tolerância e a solidariedade junto às pessoas com deficiência e – por último, mas não menos importante – sejam estimulados a ter uma formação crítica, autônoma e emancipatória.

Para que a prática de ensino se encaminhe para o objetivo citado, o conteúdo trabalhará os conceitos conceituais, procedimentais e atitudinais, de acordo com Zabala (1998). O primeiro tipo de conceito será trabalhado principalmente na primeira unidade didática e servirá de base para o desenvolvimento das demais, nas quais os discentes precisarão usar seus conhecimentos de interpretação, reconhecer os principais elementos abordados e relacioná-los com as situações-problema. Para Zabala (1998, p. 42), a aprendizagem de conceitos e princípios envolve a compreensão de um “[...] conjunto de fatos, objetos ou símbolos que têm características

comuns, e os princípios se referem às mudanças que se produzem num fato, objeto ou situação em relação a outros fatos [...]”, relacionando causa e efeito.

Os conceitos procedimentais são um conjunto de ações sequenciadas, nas quais os alunos utilizam determinadas habilidades ou procedimentos para alcançar um resultado (ZABALA, 1998). Estes serão apreendidos pelos alunos durante a própria prática das atividades, exercendo as funções que lhes cabem. Entre os conceitos procedimentais, o autor cita o diálogo, o debate, o trabalho em equipe, a pesquisa bibliográfica, a apresentação do trabalho, a elaboração de questionários e mapas conceituais, a análise das legislações e a reflexão do problema.

Por último, foram contemplados também os conceitos atitudinais, que englobam conteúdos imbuídos de valores, atitudes e normas. Segundo Zabala (1998, p. 48):

a aprendizagem dos conteúdos atitudinais supõe um conhecimento e uma reflexão sobre os possíveis modelos, uma análise e uma avaliação das normas, uma apropriação e elaboração do conteúdo, que implica a análise dos fatores positivos e negativos, uma tomada de posição, um envolvimento afetivo e uma revisão e avaliação da própria atuação.

O ensino do turismo acessível trabalha com valores como a solidariedade; a não discriminação; a inclusão social; o respeito ao próximo; atitudes como cooperação, tolerância e responsabilidade social; e os direitos das pessoas com deficiência, incentivando a reflexão desses preceitos. Mas para não recair em uma aprendizagem mecânica, Barbosa e Moura (2013) informam que a EPT postula uma aprendizagem significativa e contextualizada, como a defendida por David Ausubel, psicólogo e estudioso dos processos cognitivos.

Moreira (2017) explica que quando conceitos mais abstratos e genéricos são apresentados no início da intervenção, à medida que são agregados novos significados, eles se diferenciam progressivamente para uma ideia mais específica, concreta. Já a reconciliação acontece quando são exploradas relações entre ideias, identificando suas semelhanças e diferenças. Assim, o aluno pode reorganizar a sua estrutura cognitiva.

Para favorecer a aprendizagem significativa, em contraposição à aprendizagem mecânica comum no ensino tradicional, optou-se pelo uso de metodologias ativas. A ABP promove habilidades exigidas no mundo do trabalho que, com o advento da revolução tecnológica e dos meios de comunicação, requer cada vez mais do profissional proatividade, flexibilidade, autonomia e boa atuação no trabalho em equipe. Em virtude do impacto dessas necessidades na relação de ensino-aprendizagem, a educação profissional e tecnológica utiliza estratégias inovadoras que podem auxiliar na formação integral do estudante.

Segundo a professora Neusi Berbel (2011), a metodologia ativa tem o objetivo de trilhar por novos caminhos que visam escutar o estudante, respeitar suas opiniões, cultivar a empatia, responder as dúvidas dele, aguçar sua curiosidade em pesquisar, refletir, debater e analisar situações que simulem problemas reais, pensando nas possíveis soluções para os casos apresentados, promovendo assim a autonomia na aprendizagem, que se contrapõe ao ensino tradicional, com ênfase em aulas expositivas e na figura do professor como transmissor do conhecimento. Abaixo há algumas características dessa metodologia, de acordo com Diesel, Baldez e Martins (2017).

01

02

03

04

05

06

07

08

09



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Diesel, Baldez e Martins (2017)

A utilização da metodologia ativa é vista como uma estratégia de ensino alternativa, que se coaduna com a proposta de uma aprendizagem em que o estudante é o protagonista, estabelecendo uma relação dialógica entre o aluno e o professor.

BorochoVICIUS e Tortella (2014, p. 263) esclarecem que a ABP teve início na Escola de Medicina da Universidade McMaster, no Canadá, tendo “[...] como propósito tornar o aluno capaz de construir o aprendizado conceitual, procedimental e atitudinal por meio de problemas propostos que o expõe a situações motivadoras e o prepara para o mundo do trabalho”.

Na ABP, os estudantes se reúnem em grupos tutoriais, com oito a dez alunos, e trabalham uma situação-problema preparada pelo professor. Conforme expõem Leite e Afonso (2001), os problemas podem ser analisados simultaneamente pela turma, separados por grupo, havendo também a possibilidade de serem trabalhados subproblemas, extraídos de um problema principal. A segunda opção – que propõe trabalhar problemas diferentes para cada grupo – foi a adotada no contexto real, que resultou neste guia, devido à limitação de tempo.

Aquilante *et al.* (2011, p. 149) afirmam:

O problema deve proporcionar aos estudantes motivação e possibilidades de levantar hipóteses e questões de aprendizagem sobre os conceitos, explicações e teorias que envolvem o problema, os quais serão confrontados na busca de informações que cada estudante fará individualmente.

A ABP é realizada com a aplicação dos sete passos encontrados na *home page* da Universidade Estadual de Londrina (UEL), apresentados por Berbel (1998).



Passo 1: Leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos;

Passo 2: Identificação dos problemas expostos da situação apresentada;

Passo 3: Formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior;

Passo 4: Resumo das hipóteses;

Passo 5: Formulação dos objetivos de aprendizado;

Passo 6: Estudo individual;

Passo 7: Retorno ao grupo tutorial para reanálise do problema.

Cada participante na metodologia possui uma função a exercer, apresentada no quadro.

Quadro 1: Função dos participantes do grupo tutorial

Estudante Coordenador	Estudante Secretário	Membros do Grupo	Tutor
Liderar o grupo tutorial	Registrar pontos relevantes apontados pelo grupo	Acompanhar todas as etapas do processo	Estimular a participação do grupo
Encorajar a participação de todos	Ajudar o grupo a ordenar o raciocínio	Participar das discussões	Auxiliar o coordenador na dinâmica do grupo
Controlar o tempo	Participar das discussões	Ouvir e respeitar a opinião dos colegas	Verificar a relevância dos pontos anotados
Assegurar que o secretário possa anotar adequadamente os pontos de vista do grupo	Registrar as fontes de pesquisa utilizadas pelo grupo	Fazer questionamentos	Prevenir o desvio do foco da discussão
		Procurar alcançar os objetivos de aprendizagem	Assegurar que o grupo atinja os objetivos de aprendizagem
			Verificar o entendimento do grupo sobre as questões discutidas

Fonte: Borges *et al.* (2014), modificado de Wood (2003)

Professor(a), nos artigos pesquisados para a elaboração deste guia, é comum a recomendação de um rodízio das funções no grupo tutorial. Por isso, é sugerido que no início de cada apresentação de grupo haja um(a) coordenador(a) e um(a) secretário(a) diferentes para estimular todos a se prepararem e a realizarem, de modo satisfatório, o estudo individual, para evitar que apenas um membro do grupo tenha domínio do assunto. Também é aconselhável adotar equipes fixas, que facilitem as relações de amizade, a cooperação, a aceitação das diferenças e que oportuniza trabalhar os conceitos atitudinais, conforme ensina Zabala (1998).

A função do professor na metodologia é estimular o pensamento crítico e ajudar o aluno na busca pelo aprendizado, orientando-o durante a aplicação da metodologia e incentivando a cooperação mútua entre os estudantes, para que haja um autêntico trabalho coletivo, inserindo alunos que possuem mais dificuldades de participar das discussões em grupo (TOMAZ, 2001).

A relação interativa, ou seja, as relações estabelecidas entre discentes, docente e os conteúdos trabalhados de acordo com Zabala (1998) no produto educacional possui o intuito de criar um espaço de estudo que aproveite os conhecimentos prévios, as experiências cotidianas dos alunos e favoreça a interação entre os grupos por meio do debate, tentando atender a diversidade de estudantes por meio da construção do conhecimento, incentivando suas contribuições e a sua participação ativa. Além disso, essas atividades visam promover a participação do aluno que é mais tímido, encorajando-o a expor seus pensamentos e suas dúvidas.

De acordo com Zabala (1998, p. 197), “quando a formação integral é a finalidade principal do ensino e, portanto, seu objetivo é o desenvolvimento de todas as capacidades da pessoa e não apenas as cognitivas [...]”, avalia-se a aprendizagem não só dos conceitos conceituais, mas também as procedimentais e atitudinais.

No processo de avaliação, o autor recomenda, na fase anterior à intervenção pedagógica, a avaliação inicial. Trata-se de saber quais são os conhecimentos prévios dos alunos, suas experiências pessoais, o interesse no assunto proposto e sua relação com o tema. Isso influenciará diretamente na determinação do objetivo educacional, bem como nos conteúdos de aprendizagem selecionados.



Zabala (1998) recomenda, durante a intervenção pedagógica, a avaliação que denomina como reguladora. Esta avaliação ocorre a cada encontro, por meio da observação das atividades realizadas, verificando o nível de compreensão dos conceitos trabalhados, a prática e o domínio dos conceitos procedimentais e o comportamento dos estudantes e suas opiniões durante a realização das atividades. O docente pode lançar mão de outras ações diferentes das inicialmente previstas para adequar a intervenção às necessidades dos alunos, visando a melhoria contínua da prática educativa, conforme requer a pesquisa-ação (TRIPP, 2005).

Por fim, o autor propõe a avaliação final para verificar o que foi aprendido pelos estudantes e os resultados alcançados com a prática de ensino. Esta pode ser realizada após a apresentação dos grupos tutoriais, por meio da autoavaliação, bem como da avaliação integradora, que valora o percurso do aluno desde a avaliação inicial até o resultado final, subsidiando as decisões do docente acerca de quais recursos pedagógicos foram utilizados acertadamente e o que precisa ser melhorado.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

3.2 Sessões de estudos

A ABP prevê sessões de estudo com a aplicação conjunta das unidades, que poderão ser trabalhadas conforme a descrição a seguir ou adaptadas para a sua realidade.

Caso os seus alunos não conheçam a ABP, recomenda-se, se possível, realizar uma oficina ou utilizar alguns minutos da aula para explicar aos estudantes como funcionam as etapas dessa metodologia. No caso da oficina, pode ser prevista uma ação multidisciplinar para o aproveitamento desse momento para vários componentes curriculares. A seção 3 do guia de estudos pode ser utilizado como material de apoio.

1ª sessão de estudos

Aplicação da primeira unidade didática. O objetivo desta unidade é trabalhar os principais conceitos e princípios que interagem com o turismo acessível e sua definição, conforme conceituados pela legislação, apoiado pelo uso de imagens. A sugestão de aplicar apenas os cinco primeiros passos da ABP é para que os discentes se familiarizem com as etapas da metodologia, caso não tenha sido possível ou necessário a realização da oficina. Essa atividade, ao colocar o estudante em contato com as dificuldades narradas pelas pessoas com deficiência, tem o potencial de aumentar o nível de envolvimento do aluno. O(A) professor(a) pode optar por montar o mapa conceitual com os alunos nesta sessão ou ao final das apresentações dos grupos, a depender da estratégia que considerar mais adequada.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

2ª sessão de estudos

Distribuição das situações-problema correspondentes às unidades de estudos 2, 3 e 4 aos grupos tutoriais. Caso a turma trabalhada exija a formação de mais grupos, os temas podem ser desdobrados em outras situações-problema, incluindo situações problemáticas da região, a fim de respeitar o número máximo de participantes em cada grupo, conforme a metodologia recomenda. Aqui serão realizados os cinco primeiros passos da ABP. Quando os alunos identificarem os problemas, o tutor estimulará a partilha de conhecimentos prévios e experiências já vividas ou presenciadas para enriquecer o debate. Cyrino e Toralles-Pereira (2004) explica que, na formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados, a situação-problema deve ser trabalhada, de modo a incentivar os alunos a levantarem hipóteses que na opinião deles expliquem as causas do problema apresentado. Na determinação dos objetivos de aprendizagem, os autores orientam que o tutor auxilie os alunos a respeito do que precisarão estudar, se aprofundar, além dos objetivos propostos por eles.

3ª sessão de estudos

Estudo individual a ser realizado no laboratório de informática e/ou biblioteca, disponibilizando o acesso à internet para a realização da pesquisa. O tutor deve ficar à disposição dos discentes para esclarecer as dúvidas e orientar a pesquisa. Os estudantes deverão buscar as informações para chegar às possíveis soluções em cada hipótese explicativa, podendo utilizar questionamentos como os presentes abaixo para ajudar nas pesquisas:

- a) Quais desrespeitos às normas ou acertos a situação-problema nos apresenta?
- b) Quais as legislações você pesquisou? Do que se trata as leis ou normas estudadas?

alunos seria exposto na próxima sessão juntamente com a solução dos problemas propostos na segunda sessão de estudos.

Outra sugestão pensada seria a montagem de um guia de turismo acessível informando os principais atrativos turísticos da cidade e a acessibilidade disponível em cada um. Nesta disciplina, seria prestado o suporte em relação à acessibilidade e as facilidades que a legislação brasileira orienta os estabelecimentos a ofertar, apresentado de forma semelhante ao Guia de Turismo Acessível 2018/2019 de Buenos Aires. No site, o guia está dividido em vários arquivos com as informações gerais e de cada bairro.

A turma escolheria os atrativos turísticos da cidade para compor o guia de turismo acessível. Primeiro, o grupo da acessibilidade na comunicação ficaria responsável por pesquisar na ABNT NBR 15599:2008 e montar uma lista com as principais imagens e referências de acessibilidade para cada tipo de deficiência, tendo como exemplo as referências de acessibilidade do *Guia de Turismo Acessível 2018/2019 Co Informação* (p. 3), no endereço eletrônico https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/co_pr_opt.pdf, para incluir no guia.

Após essas informações gerais, serão listados os atrativos com um resumo do que se trata: endereço, horário de funcionamento – para essa parte é necessário o apoio de professores de outras disciplinas - e as imagens das acessibilidades disponíveis naquele atrativo que serão pesquisados pelos alunos, como pode ser visto no *Guia de Turismo Acessível 2018/2019 C3 Ciudad de Bs. As. Recoleta/Retiro* (p. 3-9), disponível em: https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/c3_pr_opt.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

01

02

03

04

05

06

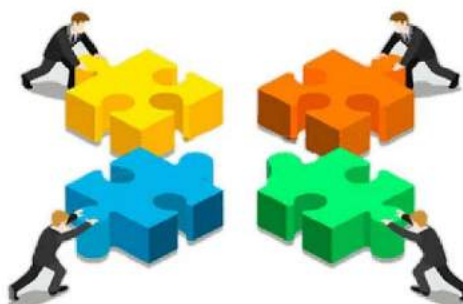
07

08

09

Se as duas opções não forem possíveis, pode-se verificar a pertinência de levar pessoas com deficiência, a fim de compartilharem com os estudantes as dificuldades vivenciadas por elas durante uma viagem. Tanto a apresentação do guia quanto as partilhas seriam realizadas em um momento acordado com os demais professores participantes da ação multidisciplinar.

Essas estratégias pedagógicas visam reforçar o engajamento do aluno e trabalhar os conteúdos atitudinais, além de dinamizar a prática de ensino, contudo essas sugestões não estão explicadas no guia de estudo para dar margem para o(a) professor(a) decidir sobre sua utilização ou não.



4ª sessão de estudos

Retorno ao grupo tutorial. Apesar de nas unidades de estudo haver indicação do tempo a ser utilizado, o tempo destinado à apresentação do grupo dependerá do quanto o(a) professor(a) achar necessário. Os grupos deverão discutir os temas, partilhar o produto das pesquisas do grupo, informar quais normas consultadas devem ser aplicadas para a resolução das situações-problema, explicando-as aos outros grupos, bem como apre-

sentar as sugestões para a melhoria da acessibilidade em cada situação-problema. O tutor pode intervir para compartilhar ideias e informações não abordadas pelos grupos e estimular o debate. Ao final, a metodologia recomenda a avaliação do processo de ensino-aprendizagem por cada aluno na forma de autoavaliação e a do tutor.

3.3 Avaliação

A sugestão é que os critérios a serem analisados para metrificar o aprendizado dos estudantes contemplem a participação dos discentes nas discussões durante todo o processo, a criatividade durante a apresentação dos grupos tutoriais e a qualidade do conteúdo da apresentação e do relatório do grupo tutorial. No guia de estudos há um quadro para os alunos preencherem esses critérios com a pontuação que o(a) professor(a) considerar adequada. Contudo, o(a) professor(a) deverá julgar quais critérios são os mais pertinentes para a averiguação da aprendizagem do discente e a pontuação para cada item, desde que não elimine o critério da participação dos alunos, além de realizar a avaliação integradora e a autoavaliação dos estudantes.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Unidade de Estudos 1 - Turismo

Acessível: Conceitos Básicos

1. TEMA

Conceitos básicos para o debate sobre turismo acessível

2. ATIVIDADE

Discussão de situação-problema:

Aula expositiva e dialogada, com apresentação da matéria on-line “Cadeirantes relatam falta de acessibilidade em pontos turísticos na capital do país”. Publicada em 04/12/2017 no GI (ver Apêndice A). Disponível em: <https://gi.globo.com/df/distrito-federal/noticia/cadeirantes-relatam-falta-de-acessibilidade-em-pontos-turisticos-da-capital-do-pais.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2020.

3. CONTEÚDO

Quadro 2 – Conceitos básicos para o debate sobre turismo acessível

Conceitos	Breve evolução das normas internacionais de proteção aos direitos da pessoa com deficiência
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com deficiência (art. 2º, Lei nº 13.146/2015) e tipos de deficiência: física, auditiva e visual (art. 5º, § 1º, I, “a”, “b” e “c”, Decreto nº 5.296/2004) • Pessoa com mobilidade reduzida (art. 3º, IX, Lei nº 13.146/2015) • Acessibilidade (art. 3º, I, Lei nº 13.146/2015) • Barreiras tipos de barreiras: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas (art. 3º, IV, “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, Lei nº 13.146/2015) • Desenho universal e princípios (art. 3º, II, Lei nº 13.146/2015) 	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) • Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU) • Declaração de Manila sobre Turismo Mundial (OMT) • Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (ONU) • Recomendação da OMT – Para um Turismo Acessível aos Deficientes nos anos 90 • Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades

<ul style="list-style-type: none"> • Princípio da Igualdade – art. 5º, CF/88 • Igualdade de oportunidades (Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência – ONU) • Não discriminação (art. 4º, § 1º, Lei nº 13.146/2015) • Dignidade da pessoa humana (Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU) • Inclusão social • Turismo acessível (Recomendações da OMT por um Turismo Acessível para Todos) • Capacitismo 	<ul style="list-style-type: none"> • para Pessoas com Deficiência (ONU) • Carta de Lisboa sobre o Turismo de Pessoas de Idade (OMT) • Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009)
---	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

4. RESPOSTAS (PROBLEMAS IDENTIFICADOS)

Problema 1

Há pedras soltas e amontoadas pelo chão e em cima das valetas de escoamento de água da chuva. Com isso, a cadeira tromba nas pedras ou cai em buracos na Praça dos Três Poderes, quase inviabilizando a locomoção, segundo o cadeirante.

Problema 2

Os cadeirantes não conseguem descer nem atravessar porque não há rampa. Por esse motivo, não conseguem visitar o Palácio do Planalto e o Panteão.

Problema 3

Rampas inadequadas, muito íngremes e difíceis de descer ao tentar visitar o STF.

01

Problema 4

Na Torre TV há quatro escadas rolantes e dois elevadores, mas os equipamentos estão parados e desligados, dificultando a locomoção dos cadeirantes, problema que se repete na rodoviária.

02

Problema 5

Grande parte da calçada está quebrada. Quando não há acessibilidade, como rampas, o cadeirante precisa transitar pelo asfalto e dividir o espaço com os carros.

03

Percepção das pessoas com deficiência entrevistadas

“Isso é normal, o brasileiro já está acostumado com isso.”

04

“A falta de acessibilidade o impede de frequentar alguns espaços.”

05

“São coisas muito, muito simples de serem resolvidas pra que nós, cadeirantes, possamos usufruir desses lugares belíssimos.”

06

5. SUGESTÃO DE DE LEITURA

Leitura do artigo “Turismo acessível: estudo da legislação brasileira e internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência”, das autoras Donária Coelho Duarte e Géssika da Silva Lemos. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4037>. Acesso em: 13 jul. 2020.

07

6. OBJETIVOS

Servir de organizador prévio, apresentando para os discentes conceitos básicos que se relacionem com o turismo acessível e que servirão de base para o entendimento das situações-problema. Ampliar as discussões no

08

09

no grupo tutorial, bem como sensibilizá-los sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e mostrar a importância do cumprimento da legislação para a qualidade de vida dessas pessoas.

7. MATERIAL A SER UTILIZADO

- a) Guia de estudos impresso
- b) Situação-problema impressa ou projetada no data show
- c) Quadro branco
- d) Vídeo do YouTube e data show

8. DURAÇÃO

1 hora e 40 minutos.

9. PROCEDIMENTO DIDÁTICOS

- a) Entregar aos alunos o guia de estudos;
- b) Reunir a turma em um semicírculo, de modo que todos possam ter em seu campo visual o grupo e a reprodução da imagem do data show;
- c) Iniciar com uma dinâmica quebra-gelo, apresentando imagens com as dificuldades vividas pelas pessoas com deficiência e/ou organizando os alunos em duplas, orientando-os a um dos alunos usarem uma venda – disponibilizada pelo(a) professor(a) – e o outro colega o guiará para circular por um espaço, da escola, delimitado pelo(a) professor(a) e depois os alunos trocarão de função para que todos sejam guiados pelos colegas.

O objetivo é os estudantes perceberem as dificuldades das pessoas com deficiência visual circularem em espaços parcialmente ou não adaptados; no retorno à sala de aula estimular os discentes a expor o que sentiram ao passarem pela experiência ou ao verem as fotos, bem como partilhar alguma situação que já presenciaram com pessoas com deficiência.

d) Entregar a notícia jornalística a ser utilizada como situação-problema a cada aluno. No guia de estudo há um espaço reservado para o aluno colar ou fazer um resumo da problemática;

e) Aplicar as etapas 1, 2, 3, 4 e 5 da ABP, orientando os alunos a preencher o quadro disposto após o espaço reservado para a situação-problema no guia de estudos;

f) Como nesse momento não haverá espaço para as demais etapas, não se relacionará a legislação desrespeitada, mas pode-se abordar de forma ampla as consequências do desrespeito à legislação;

g) Apresentar a aula, expositiva e dialogada, com a abordagem dos conceitos listados no item 3;

h) Aplicar a atividade complementar, com a reprodução do vídeo “As dificuldades da pessoa com deficiência no Brasil” para a sintetização dos conceitos e a exemplificação das situações-problema que serão trabalhadas na próxima sessão de estudos. Disponível em: <https://www.yo>

01

02

03

04

05

06

07

08

09

[utube.com/watch?v=4ctrXh3S5Uk](https://www.youtube.com/watch?v=4ctrXh3S5Uk). Acesso em: 13 jul. 2020.

i) Se houver tempo, o professor pode optar por montar, em conjunto com os estudantes, o mapa conceitual. Também pode deixar para as próximas unidades de estudo, após a apresentação do grupo.

10. AVALIAÇÃO

A avaliação deverá se basear na participação dos discentes, a ser observada pelo professor durante a aula, respeitando a opinião de cada estudante, tendo em vista suas percepções, experiências e dúvidas, além de assegurar o espaço para a autoavaliação dos alunos.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Unidade de Estudos 2 – Acessibilidade – Comunicação na Prestação de Serviços

1. TEMA

Acessibilidade e comunicação na prestação de serviços

2. ATIVIDADE

Discussão e situação-problema:

Alberto tinha o sonho de conhecer Portugal e, após muito tempo, conseguiu se organizar para viajar. Apesar de não enxergar, ele trabalha em uma empresa que disponibiliza um computador com tecnologia assistiva, com um programa que lê em voz alta as palavras escritas nas páginas da internet (audiodescrição). Alberto viajaria na companhia de sua vizinha, Olívia, que também tinha o sonho de conhecer esse país e o achava acessível, pois o idioma falado lá também é o português.

Quando chegaram a Portugal e se dirigiram ao hotel, os dois não encontraram na recepção um mapa tátil do espaço do hotel nem o recurso de audiodescrição. Após realizar o check-in, Alberto seguiu para o quarto com a ajuda de Olívia.

No quarto, que era muito espaçoso, Alberto precisou entrar em contato com a recepção, mas o telefone não possuía display em Braille. Ao jantar no restaurante do hotel, também não havia cardápio em Braille. Alberto sempre precisava contar com a ajuda de Olívia, o que o incomodava, pois já estava acostumado a ter uma vida autônoma em seu ambiente de trabalho e em casa.

Ele foi visitar o museu próximo ao hotel. Chegando lá, os libretos com a descrição das exposições em Braille estavam esgotados e o aparelho de áudio – para que pudesse ter acesso às gravações com a descrição dos ambientes do

01

02

03

04

05

06

07

08

09

museu – estava quebrado. Ao final da visita, quis registrar sua avaliação em relação ao serviço do museu, mas a área de atendimento ao cliente não era adaptada para atender pessoas com deficiência visual.

3. CONTEÚDO

Legislação base: ABNT NBR 15599:2008; Lei nº 13.146/2015 (capítulo II) e Lei Estadual 6.198/2000.

Quadro 3: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços

<p>Diretrizes para a Comunicação na Prestação de Serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento ao consumidor <p>Lazer e Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Museus, exposições e espaços culturais <p>Hospedagem e Turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimentos de hospedagem e turismo • Atendimento em estabelecimentos de hospedagem e turismo 	<p>Transporte de Passageiros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Geral • Terminais de passageiros • Ponto de parada para embarque e desembarque • Veículo • Casos específicos <p>Diretrizes para Identificação da Acessibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Símbolos de identificação da acessibilidade • Acessibilidade por meio de equipamentos • Descrição de imagens e sons
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2020), a partir da ABNT NBR 15599:2008

4. RESPOSTAS E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DOS PROBLEMAS

Problema 1

Recepção de hotel sem mapa tátil e ausência de audiodescrição dos espaços do hotel – ABNT NBR 15599:2008, itens 5.6.1.1 e 5.6.1.2, “b”

Problema 2

Telefone sem display em Braille – ABNT NBR 15599:2008, item 5.6.1.6, alínea “b”

Problema 3

Ausência de cardápio em Braille no restaurante do hotel – ABNT NBR 15599:2008, item 5.6.2.8, alínea “a” e art. 1º da Lei Estadual nº 6.198/2000 (lei do estado de Alagoas, verificar legislação equivalente em sua região).

Problema 4

Falta de libretos em Braille com descrição das exposições – ABNT NBR 15599:2008, item 5.4.1, alínea “e”

Problema 5

Aparelhos de áudio para escutar a descrição dos ambientes do museu quebrado – ABNT NBR 15599:2008, item 5.4.1, alínea “d”

Problema 6

Serviço de atendimento telefônico não adaptado para atender pessoas com deficiência visual – ABNT NBR 15599:2008, item 5.2.6.4

5. SUGESTÃO DE LEITURA

Turismo acessível: bem atender no turismo acessível (v. 3), do Ministério do Turismo. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/VOLUME_III_Bem_Atender_no_Turismo_Acessivel.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

01

02

03

04

05

06

07

08

09

6. OBJETIVOS

O objetivo é que os discentes sejam capazes de identificar os problemas vivenciados pelo personagem nos ambientes do hotel/museu, bem como no serviço de atendimento ao cliente. Essa atividade tem como premissa fazê-los refletir e interpretar as normas pertinentes (item 3) e sintetizar e relacionar as soluções, além de desenvolver as aprendizagens procedimentais e atitudinais.

7. MATERIAL A SER UTILIZADO

- a) Guia de estudos impresso
- b) Situação-problema impressa ou projetada no data show
- c) Quadro branco
- d) Vídeo do YouTube e data show

8. DURAÇÃO

- a) 2ª sessão de estudos: aplicação das etapas 1 a 5 da ABP (25 minutos)
- b) 3ª sessão de estudos: aplicação da etapa 6 da ABP (100 minutos)
- c) 4ª sessão de estudos: aplicação da etapa 7 da ABP (25 minutos)

9. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- a) Reunir a turma em um semicírculo, de modo que todos possam ter em seu campo visual o grupo, o quadro branco e a reprodução da imagem do data show;

- b) Entregar ao grupo uma situação-problema específica. No guia de estudo há um espaço reservado para o aluno colar ou fazer um resumo da problemática;
- c) Apresentar a situação-problema por meio da exposição de slides, utilizando o data show ou entregar o texto impresso ao grupo;
- d) Na segunda sessão de estudos, aplicar as etapas 1, 2, 3, 4 e 5 da ABP, orientando os alunos a preencher o quadro disposto após o espaço reservado para a situação-problema no guia de estudos;
- e) Na terceira sessão, realizar o estudo individual;
- f) Na quarta sessão, proceder a apresentação do grupo tutorial e a avaliação;
- g) Aplicar a atividade complementar, com a reprodução do vídeo “Acessibilidade na comunicação”, como exemplo da importância da acessibilidade na comunicação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gr4tQUz3UhM>. Acesso em: 13 jul. 2020.

10. AVALIAÇÃO

A avaliação deverá se basear na participação dos discentes, a ser observada pelo tutor durante as sessões de estudo, respeitando a opinião de cada estudante, tendo em vista suas percepções, experiências e vivências, além de assegurar o espaço para a autoavaliação dos alunos.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Unidade de Estudos 3 – Acessibilidade a Museus

1. TEMA

Acessibilidade a museus

2. ATIVIDADE

Discussão de situação-problema:

Afonso logo receberia a visita de seus pais e de seu primo, e estava bastante ansioso para reencontrá-los. Seu pai já estava com 77 anos e tinha artrose, o que reduz a sua mobilidade ao andar. Já o primo tinha deficiência auditiva desde os 7 anos e era alfabetizado na linguagem de sinais. Afonso pensou em levá-los a um museu, pois acreditava ser o tipo de atrativo turístico mais acessível.

Antes mesmo de chegar ao local, Afonso observou que a calçada não tinha sinalização tátil direcional nem sinalização tátil de alerta no piso, que possui várias utilidades. O museu tinha aparência de antigo, mas era belíssimo. Durante o percurso dentro do museu, eles não viram áreas de descanso, como bancos para que o pai de Afonso pudesse sentar e repousar. Os corredores também eram estreitos, passando apenas uma pessoa por vez, o que dificultava a circulação interna no museu.

Em determinado momento, o senhor Manuel (pai de Afonso) sentiu vontade de ir ao banheiro, mas como não o encontrava, precisou ir até o balcão de informações para perguntar ao funcionário onde ficava. Percebeu que o balcão era bem alto e todo de uma altura só. Depois de o funcionário

01

02

03

04

05

06

07

08

09

informar onde o banheiro ficava, dirigiu-se até lá e viu que era muito longe do local das exposições, fazendo com que o senhor Manuel andasse muito.

O museu também não contava com funcionários que soubessem a linguagem de sinais para atender o primo, e as obras da exposição não podiam ser tocadas por pessoas com deficiência visual, impossibilitando-as de interagir com as peças.

3. CONTEÚDO

Legislação base: ABNT NBR 9050:2015; ABNT NBR 15599:2008; Decreto nº 5.296/2004 (Seção II) e orientações do material *Acessibilidade a museus*, da coleção Cadernos Museológicos (v. 2), das autoras Regina Cohen, Cristiane Rose de Siqueira Duarte e Alice de Barros Horizonte Brasileiro.

Quadro 4: Acessibilidade a museus

<p>O entorno e o acesso aos museus</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estacionamento (dimensões e número de vagas); • Circulações horizontais (pisos, sinalização tátil direcional, sinalização tátil de alerta, rampas, patamares de repouso, superfícies e desníveis, portas, janelas, larguras das passagens ou circulações e corredores); • Circulações verticais (elevadores e equipamentos de transporte vertical, escadas). 	<p>Utilização de serviços</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recepção (balcões de atendimento, telefone, sanitários, portas); • Informações sobre a exposição e sobre o museu (placas informativas, informações e painéis, placas e painéis em relevo, localização e iluminação das placas informativas e painéis, localização, material explicativo e de orientação, impressão, uso do Braille, painéis e maquetes táteis). <p>Ver, ouvir e tocar as exposições</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinalização (composição, texto, tamanho e suporte, telas ou quadros de projeção, sinalização de segurança); • Ambiência visual e acústica das salas de exposição; • Escutar, tocar.
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2020) a partir da ABNT NBR 9050:2015 e de Cohen, Duarte e Brasileiro (2012)

4. RESPOSTAS E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DOS PROBLEMAS

Problema 1

Calçada sem sinalização tátil direcional e sinalização tátil de alerta no piso – ABNT NBR 9050:2015, itens 5.4.6.3 e 5.4.6.4

Problema 2

Ausência de áreas de descanso – ABNT NBR 9050:2015, item 6.5

Problema 3

Circulação interna difícil, com corredores estreitos – ABNT NBR 9050:2015, item 6.11.1

Problema 4

Altura do balcão de atendimento – ABNT NBR 9050:2015, item 9.2.1 e 9.2.3 e Decreto nº 5.296/2004, art. 21

Problema 5

Distância do banheiro – ABNT NBR 9050:2015, item 7.3

Problema 6

Ausência de funcionários que atendam em Libras – ABNT NBR 15599:2008, item 5.4.1, “b” e tópico “Escutar” do caderno museológico

Problema 7

As obras de arte não podem ser tocadas por pessoas com deficiência visual – ABNT NBR 15599:2008, item 5.4.1, “h” e tópico “Tocar” do caderno museológico

01

02

03

04

05

06

07

08

09

01

5. SUGESTÃO DE LEITURA

Acessibilidade a museus, da coleção Cadernos Museológicos (v. 2), das autoras Regina Cohen, Cristiane Rose de Siqueira Duarte e Alice de Barros Horizonte Brasileiro. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/acessibilidade_a_museu.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

02

03

6. OBJETIVOS

O objetivo é que os discentes sejam capazes de identificar os problemas vivenciados pelos personagens durante o percurso em relação às instalações sanitárias e ao mobiliário, assim como os problemas na comunicação e no contato com a exposição do museu. O estudante deve saber interpretar as normas pertinentes (item 3) e as orientações dos cadernos museológicos. Além disso, deve ser capaz de sintetizar e relacionar as soluções e desenvolver as aprendizagens procedimentais e atitudinais.

04

05

7. MATERIAL A SER UTILIZADO

- a) Guia de estudos impresso
- b) Situação-problema impressa ou projetada no data show
- c) Quadro branco
- d) Vídeo do YouTube e data show

06

07

8. DURAÇÃO

- a) 2ª sessão de estudos: aplicação das etapas 1 a 5 da ABP (25 minutos)
- b) 3ª sessão de estudos: aplicação da etapa 6 da ABP (100 minutos)
- c) 4ª sessão de estudos: aplicação da etapa 7 da ABP (25 minutos)

08

09

9. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- a) Aplicar os mesmos procedimentos previstos na unidade anterior;
- b) Aplicar a atividade complementar, com a reprodução do vídeo “Videoguia – Introdução”, da Pinacoteca de São Paulo, como exemplo de visita acessível. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MPepv6DH8NU>. Acesso em: 13 jul. 2020.

10. AVALIAÇÃO

A avaliação deverá se basear na participação dos discentes, a ser observada pelo tutor durante as sessões de estudo, respeitando a opinião de cada estudante, tendo em vista suas percepções, experiências e vivências, além de assegurar o espaço para a autoavaliação dos alunos.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Unidade de Estudos 4 – Acessibilidade ao Transporte Aéreo Comercial

1. TEMA

Acessibilidade ao transporte aéreo comercial

2. ATIVIDADE

Discussão da situação-problema

Sophia, 55 anos de idade, possui baixa visão e usa bengala para ajudar em seu deslocamento. Ela costuma viajar de duas a três vezes por ano de avião e, apesar de saber que há muitas leis que tentam garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, relata algumas dificuldades.

“Como eu viajo sozinha, tenho dificuldade na hora de descer do táxi ao chegar no aeroporto. Geralmente não há ninguém para ajudar a chegar até o balcão de informações. O percurso da entrada até o balcão é longo e não possui faixas no piso que me ajudem a chegar até lá. Quando chego no balcão de informações até tem alguém responsável pelo atendimento, mas eles não podem sair de lá para me levar ao balcão de check-in da companhia aérea. Uma vez quando estava fazendo o check-in o funcionário da empresa aérea informou que não havia ninguém disponível para me auxiliar no embarque.”

Sophia também relatou que presenciou uma cadeirante que, vinda de outro país, teve sua cadeira de rodas danificada durante o transporte no bagageiro do avião. Por isso, quando ela pegou o mesmo voo que o seu teve que solicitar uma cadeira de rodas de bordo, mas não havia nenhuma disponível. Em outra situação, Sophia viu um passageiro com deficiência visual que não conseguiu embarcar no avião porque estava acompanhado

de seu cão-guia.

3. CONTEÚDO

Legislação base: ABNT NBR 14273:1999; Resolução ANAC nº 280/2013; Lei nº 11.126/2005; Decreto nº 5.904/2006; Decreto nº 5.296/2004 e as orientações do *Guia de direitos e acessibilidade do passageiro* da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Quadro 5: Acessibilidade ao transporte aéreo comercial

<p>Acesso aos aeroportos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área de circulação • Vagas para embarque e desembarque • Vagas nos estacionamentos • Atendimento da pessoa com deficiência (percurso entre o estacionamento e o balcão de informações) <p>PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À VIAGEM</p> <p>Embarque e desembarque</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procedimento de despacho, embarque e desembarque • Embarque/desembarque por passarela telescópica • Embarque/desembarque sem passarela telescópica • Embarque/desembarque por funcionário 	<p>Acessibilidade no interior das aeronaves</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aeronave com mais de 100 assentos e menos de 100 assentos • Trânsito no interior da aeronave • Assento destinado a passageiro em cadeira de rodas • Quantidade de braços removíveis • Passageiros com ausência ou redução de membros inferiores • Lavatório • Cão-guia <p>Assistência durante a viagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência do operador aéreo à pessoa com deficiência • Ajudas técnicas
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2020), a partir da ABNT NBR 14273:1999 e Anac (2013)

01

02

03

04

05

06

07

08

09

4. RESPOSTAS E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DOS PROBLEMAS

Problema 1

Dificuldade no percurso da entrada do aeroporto até o balcão de informações – ABNT NBR 14273:1999, item 4.4.1

Problema 2

Percurso do balcão de informações até o balcão da empresa aérea – ABNT NBR 14273:1999, item 4.4.4

Problema 3

Ausência de funcionário para auxiliar no procedimento de embarque do passageiro – ABNT NBR 14273:1999, item 5.1 e art. 14, I, II e III da Resolução Anac nº 280/2013

Problema 4

Cadeiras de rodas danificada durante transporte no bagageiro – Art. 25 da Resolução Anac nº 280/2013

Problema 5

Ausência de cadeiras de rodas de bordo – ABNT NBR 14273:1999, item 6.1.1 e Anexo II à Resolução Anac nº 280/2013, item 1.1, alínea “b”

Problema 6

Impedimento de entrada de passageiro acompanhado de cão-guia – ABNT NBR 14273:1999, item 6.7, arts. 14, X, 22, 29, 30 e 33 da Resolução Anac nº 280/2013. Arts. 1º e 3º da Lei nº 11.126/2005, art. 1º, § 2º, 5º e 7º do Decreto nº 5.904/2006

01

02

03

04

05

06

07

08

09

Observações:

- Isso teria sido evitado se, na compra do bilhete da passagem, fosse observado o art. 9º da Resolução Anac nº 280/2013;
- O cão-guia é considerado ajuda técnica, conforme art. 61, § 2º do Decreto nº 5.296/2004. Observar art. 23 da Resolução Anac nº 280/2013.

5. SUGESTÃO DE LEITURA

Guia de direitos e acessibilidade do passageiro, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Disponível em: https://www.anac.gov.br/publicacoes/guia_de_direitos_do_passageiro.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

Passageiros com deficiência visual no transporte aéreo: avaliação da acessibilidade em aeroportos, dos autores Talita Naiara Rossi da Silva *et al.* Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadbto/v27n2/2526-8910-cadbto-2526-8910octoAO1677.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

6. OBJETIVOS

O objetivo é que os discentes sejam capazes de identificar os problemas vivenciados pela personagem nos percursos entre a entrada do aeroporto até o balcão de informações, do balcão de informações até o balcão da empresa aérea e no procedimento de embarque do passageiro, ajudas técnicas durante a viagem, ingresso e permanência de deficiente visual acompanhado de cão-guia nas aeronaves. Além disso, o estudante deve saber interpretar as normas pertinentes (item 3), sintetizar e relacionar as soluções e desenvolver as aprendizagens procedimentais e atitudinais.

7. MATERIAL A SER UTILIZADO

- a) Guia de estudos impresso
- b) Situação-problema impressa ou projetada no data show
- c) Quadro branco
- d) Vídeo do YouTube e data show

8. DURAÇÃO

- a) 2ª sessão de estudos: aplicação das etapas 1 a 5 da ABP (25 minutos)
- b) 3ª sessão de estudos: aplicação da etapa 6 da ABP (100 minutos)
- c) 4ª sessão de estudos: aplicação da etapa 7 da ABP (25 minutos)

9. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- a) Aplicar os mesmos procedimentos previstos na unidade anterior;
- b) Aplicar a atividade complementar com a reprodução do vídeo “Acessibilidade em Aeroportos – Via Legal”, como exemplo das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência nos aeroportos. Disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=oBZyplFflmg>. Acesso em: 13 jul. 2020.

10. AVALIAÇÃO

A avaliação deverá se basear na participação dos discentes, a ser observada pelo tutor durante as sessões de estudo, respeitando a opinião de cada estudante, tendo em vista suas percepções, experiências e vivências, além de assegurar o espaço para a autoavaliação dos alunos.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE em aeroportos – Via Legal. [s. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal programaViaLegal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oBZyplFfImg>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ACESSIBILIDADE na comunicação. São Paulo, [s. n.], 2017. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal PHS Samaritano Saúde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gr4tQUz3UhM>. Acesso em: 11 jul. 2020.

AS DIFICULDADES da pessoa com deficiência no Brasil. [s. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal Waleiska Fernandes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ctrXh3S5Uk>. Acesso em: 11 jul. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Guia de direitos e acessibilidade do passageiro**. Agência Nacional de Aviação Civil, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília, DF: ANAC, SEDH, MMIRDH, 2016. Disponível em: https://www.anac.gov.br/publicacoes/guia_de_direitos_do_passageiro.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Resolução n. 280, de 11 de julho de 2013**. Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências. Disponível em: https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/resolucoes-2013/resolucao-no-280-de-11-07-2013/@@display-file/arquivo_norma/RA2013-0280.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

ARAUJO, R. M. D. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view>. Acesso em: 11 jul. 2020.

AASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14273**: acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/institucional/grupos-de-trabalho/inclusao-pessoas-deficiencia/atuacao/legislacao/docs/ABNT-NBR-14273.pdf/view>. Acesso em: 11 jul. 2020.

AASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15285**: turismo de aventura: condutores – Competência de pessoal. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Disponível em: <http://www.sistemafaemg.org.br/agenteturismo/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20do%20Agente%20de%20Turismo%20Rural/NBR/15285-competencias-de-pessoal.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15286**: turismo de aventura: informações mínimas preliminares a clientes. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Disponível em: <https://www.caxambu.tv.br/wp-content/uploads/2019/03/ABNT-15286-INFORMACOES-A-CLIENTES.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599**: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBR15599.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

ALAGOAS. Lei nº 6.198, de 27 de setembro de 2000. Obrigam os bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e motéis a colocarem à disposição dos fregueses deficientes visuais, cardápios em braille e dá outras providências. Alagoas, Diário Oficial do Estado: 18 out. 2000. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-6198-2000-al_116298.html. Acesso em: 14 jul. 2020.

AQUILANTE, A. G. *et al.* Situações-problema simuladas: uma análise do processo de construção. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 147-156, jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbem/v35n2/02.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/349/333>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface**, Botucatu, v. 2, n. 2, p. 139-154, fev. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831998000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11 jul. 2020.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/10999>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BORGES, M. C. *et al.* Aprendizado baseado em problemas. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 47, n. 3, p. 301-307, jul./set. 2014. Disponível em: http://revista.fmrp.usp.br/2014/vol47n3/8_Aprendizado-baseado-em-problemas.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 263-294, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a02v22n83.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional

para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.691 de 19 de dezembro de 2000.** Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3691.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.904 de 21 de setembro de 2006.** Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da

pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 22 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.296 de 1º de março de 2018.** Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2 mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9296.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.169 de 4 de dezembro de 1962.** Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. Brasília, DF:

Diário Oficial da União, 11 dez. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4169-4-dezembro-1962-353980-norma-pl.html>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.405 de 12 de novembro de 1985**. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 nov. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7405-12-novembro-1985-367964-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.160 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8160.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.899 de 29 de junho de 1994**. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Brasília, DF: Diário Oficial da Uni-

ão, 30 jun. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8899.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 9 nov. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.126 de 27 de junho de 2005**. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 28 jun. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 4 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2011-2014/2012/Lei/L12587.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível: bem atender no turismo acessível – v. 3**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/VOLUME_III_Bem_Atender_no_Turismo_Acessivel.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 jul. 2020.

BUENOS AIRES. Comissão para a plena Participação e Inclusão das Pessoas com Deficiência. **Guia de Turismo Acessível 2018/2019**. C0 | Informação – Província CABA. Buenos Aires: COPIDIS, 2018. Disponível em: https://www.buenosaires.gov.ar/sites/gcaba/files/c0_pr_opt.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

BUENOS AIRES. Comissão para a plena Participação e Inclusão das Pessoas com Deficiência. **Guia de Turismo Acessível 2018/2019**. C3 | Ciudad Bs. As. Recoleta/Retiro. Buenos Aires: COPIDIS, 2018. Disponível em: https://www.buenosaires.gov.ar/sites/gcaba/files/c3_pr_opt.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

CADEIRANTES relatam falta de acessibilidade em pontos turísticos da capital do país. **G1**, Brasília, DF, 4 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/cadeirantes-relatam-falta-de-acessibilidade-em-pontos-turisticos-da-capital-do-pais.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2020.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. S.; BRASILEIRO, A. B. H. **Acessibilidade a museus**. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. (Cadernos Museológicos, v. 2). Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/acessibilidade_a_museu.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

CYRINO, E. G., TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 780-788, maio/jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v20n3/15.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 268-288, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/404/295>. Acesso em: 14 jul. 2020.

DUARTE, D. C.; LEMOS, G. S. Turismo acessível: estudo da legislação brasileira internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 119-131, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4037>. Acesso em: 13 jul. 2020.

FAGUNDES, D. S. **Criação, aplicação e avaliação de uma sequência didática para o curso de cuidadores de idosos apoiada na metodologia da problematização**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20160317114759.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**: características gerais da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/83/cd_2000_caracteristicas_populacao_amostra.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da

população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=sobre>. Acesso em: 11 jul. 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. Brasília: IPHAN, 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_n_1_de_25_de_novembro_de_2003.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

LEITE, L.; AFONSO, A. S. Aprendizagem Baseada na Resolução de Problemas: características, organização e supervisão. **Boletín das Ciencias**, Santiago de Compostela, ano XIV, n. 48, p. 253-260, nov. 2001. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5538/1/Laurinda%20e%20Ana%20Sofia%20ENCIGA.PDF>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MOREIRA, M. A., MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: E.P.U, 2017.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Carta de Lisboa sobre el turismo de personas mayores. Tercera Conferencia Internacional sobre Personas Mayores. *In: OMT. Compilación de declaraciones de la OMT 1980-2018*. Madrid: OMT, 2019. p. 201-203. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419326>. Acesso em: 13 jul. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Carta del turismo y código del turista. Resolución n. 168 de la Asamblea General de la OMT adoptada en sexta reunión. *In:* OMT. **Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015**. Madrid: OMT, 2016 p. 16-21. Disponible em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acceso em: 13 jul. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Código ético mundial para el turismo. Resolución n. 406 de la Asamblea General de la OMT adoptada en decimotercera reunión. *In:* OMT. **Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015**. Madrid: OMT, 2016 p. 60-68. Disponible em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acceso em: 13 jul. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Declaración de Manila sobre el turismo mundial. 1980. *In:* OMT. **Compilación de declaraciones de la OMT, 1980-2018**. Madrid: OMT, 2019. p. 31-42. Disponible em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419326>. Acceso em: 13 jul. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Declaración de San Marino sobre Turismo Accesible. 2014. *In:* OMT. **Compilación de declaraciones de la OMT, 1980-2018**. Madrid: OMT, 2019. p. 436-438. Disponible em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419326>. Acceso em: 13 jul. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Declaración sobre la facilitación de los desplazamientos turísticos. 2009. *In:* OMT. **Compilación de declaraciones de la OMT, 1980-2018**. Madrid: OMT, 2019. p. 358-361. Disponible em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419326>. Acceso em: 13 jul. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Hacia un turismo accesible para todos. Resolución n. 492 de la Asamblea General de la OMT adoptada en decimosexta reunión. *In:* OMT. **Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015**. Madrid: OMT, 2016 p. 69-73. Disponible em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acceso em: 26 maio 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Resolución n. 637, 2013. Recomendaciones de la OMT por un turismo accesible para todos. *In:* OMT. **Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015**. Madrid: OMT, 2016, p. 106-119. Disponible em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acceso em: 05 jul. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Resolución n. 669, 2015. Recomendaciones de la OMT sobre accesibilidad de la información turística. *In:* OMT. **Compilación de recomendaciones de la OMT 1975-2015**. Madrid: OMT, 2016, p. 120-127. Disponible em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acceso em: 05 jul. 2020.

OMT – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Resolución n. 284, 1991. Para un turismo accesible a los minusválidos en los años 90. *In:* OMT. **Compilación de recomendaciones de la OMT 1975 – 2015**. Madrid: OMT, 2016, p. 44-48. Disponible em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>. Acceso em: 05 jul. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução ONU n. 3826. **Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, de 06 de junho de 1999**. Nova Iorque: ONU, 1999. Disponible em: <https://iparadigma.org.br/wp->

content/uploads/Ed-inclusiva-138.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 9 de dezembro de 1975**. Paris: ONU, 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência, de 3 de dezembro de 1982**. São Paulo: Cedipod, 1982. Disponível em: <http://eurydice.nied.unicamp.br/portais/todosnos/nied/todosnos/documentos-internacionais/doc-programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-com-deficiencia-1982/view.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução ONU n. 48/96. **Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, de 20 de dezembro de 1993**. ONU, Nova Iorque: 1993. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegGerIguaOportPesDef.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SILVA, T. N. R. *et al.* Passageiros com deficiência visual no transporte aéreo: avaliação da acessibilidade em aeroportos. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São

Carlos, v. 27, n. 2, p. 372-383, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadbto/v27n2/2526-8910-cadbto-2526-8910ctoAO1677.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOMAZ, J. B. O desenho de currículo. *In*: MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (org.). **Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional**. Fortaleza: Hucitec, 2001, p. 109-139.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>. Acesso em: 12 jul. 2020.

VIDEOGUIA – Introdução. São Paulo, [s. n.], 2019. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Pinacoteca de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MPepv6DH8NU>. Acesso em: 11 jul. 2020.

WOOD, D.F. Problem based learning. **BMJ**, Londres, 2003; 326 (7384):328-30. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/326/7384/328>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Notícias jornalística discutida como situação-problema em sala de aula

Cadeirantes relatam falta de acessibilidade em pontos turísticos da capital do país¹

Na Praça dos Três Poderes há falta de rampas e piso irregular; na Torre de TV, escadas rolantes e elevadores estão desligados. Cadeirantes alegam descaso do governo.

Por G1 DF e TV Globo

04/12/2017 07h32 Atualizado há um ano

Dois dos principais pontos turísticos de Brasília, a Torre de TV e a Praça dos Três Poderes, não têm condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, como rampas, escadas rolantes e elevadores em funcionamento. A reportagem da TV Globo conversou com turistas cadeirantes que visitavam os locais neste domingo (3).

Na Praça dos Três Poderes, pedras do chão estão soltas e se amontoam em cima das valetas de escoamento de água da chuva que cortam toda a praça. A turista Deyse disse que a locomoção na área é quase impossível para quem é cadeirante, como ela.

"A cadeira acaba trombando nas pedras ou caindo no buraco. Tentamos ir pro Palácio do Planalto, mas não conseguimos descer, porque não tem rampa, não conseguimos atravessar."

No Panteão, onde fica a chama intermitente, no centro da praça, também não há rampas. "Não conseguimos descer pra poder visitar", disse Deyse. Do lado direito para quem está de costas para o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal até conta com uma rampa, mas ela é inadequada, segundo a turista. "É muito ingrime e foi um pouco difícil de descer."

"São coisas muito, muito simples de serem resolvidas pra que nós, cadeirantes, possamos usufruir desses lugares belíssimos".

¹ CADEIRANTES relatam falta de acessibilidade em pontos turísticos da capital do país. G1, Brasília, DF, 4 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/cadeirantes-relatam-falta-de-acessibilidade-em-pontos-turisticos-da-capital-do-pais.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2020

Tem, mas não funciona

Na Torre TV, onde há quatro escadas rolantes e dois elevadores, o problema é que as estruturas estão paradas, desligadas. Um cavalete da Polícia Militar estava posicionado em frente aos elevadores neste domingo (3) para indicar que não funcionavam.

"Você nunca chega aqui e está funcionando. Nem aqui, nem na Rodoviária. Isso é normal, o brasiliense já tá acostumado com isso", disse o churrasqueiro Rafael Jackson. Para o cadeirante Emilson de Oliveira, que desenvolve projetos para pessoas com deficiência, a falta de acessibilidade o impede de frequentar alguns espaços.

"Eu ia lá embaixo [da Torre de TV], onde fica a feira, mas eu não vou porque os elevadores não estão funcionando. Vou ficar só na Torre mesmo", disse à TV Globo. "A calçada que tem, a maioria está quebrada e quando não tem acessibilidade, não tem rampa, aí tem que ir pelo asfalto, dividir com os carros."

APÊNDICE B: EVOLUÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Quadro B1: Declaração e recomendações da ONU e da OMT

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
1948	Resolução 217 A (III), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, Declaração Universal dos Direitos Humanos	Estabelece o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a igualdade de todos perante a lei e sua observância universal e efetiva. Ressalte-se que no artigo XXIV a Declaração já previa o direito ao lazer.
1975	Resolução 3447 (XXX), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 09 de dezembro de 1975, Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes	Conceitua as pessoas deficientes, assegura o direito à igualdade quando afirma que as pessoas deficientes têm os mesmos direitos fundamentais que os demais membros da sociedade, bem como estende aos mesmos os direitos civis e políticos. Garante o direito ao tratamento médico, psicológico e funcional, à reabilitação médica e social, o direito de conviver com suas famílias, a proteção contra qualquer tipo de exploração e o acesso à justiça.
1980	Conferência Mundial do Turismo Declaração de Manila sobre Turismo Mundial	Parágrafo 15: Atenção especial ao turismo voltado para a juventude, pessoas da terceira idade e pessoas com deficiência por meio de uma agenda política positiva no sentido de prover estímulos e facilidades para seu acesso.
1982	Resolução 37/52 adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 03 de dezembro de 1982, Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência	Objetiva "promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de "igualdade" e "participação plena" das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento", destacando-se no parágrafo 134 que atribui aos Estados Membros o dever de dá condições de acesso às atividades de lazer e às autoridades e empresas a todos, sem discriminação das pessoas com deficiência.
1985	Resolução n°168 da 6ª Assembleia-Geral da OMT em Sofia Carta do Turismo e Código de Turismo	Convida os Estados a se inspirar nos princípios enunciados na Carta do Turismo e Código do Turismo destaca-se, no artigo 3º, que todos os Estados deveriam "estimular a adoção de medidas que permitam a participação de todos no turismo nacional e internacional [...] e concedendo uma atenção especial ao turismo dos jovens, das pessoas da terceira idade e das pessoas com deficiência".

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
1991	Resolução n° 284 da 9ª Assembleia-Geral da OMT em Buenos Aires Para um Turismo Acessível aos Deficientes nos anos 90	Apresenta a definição do termo pessoa com deficiência, orienta quanto às informações e publicidades turísticas, formação adequada dos profissionais para atender as pessoas com deficiência, os requisitos gerais de acessibilidade que devem ser atendidos por estacionamentos, elevadores, telefones públicos, serviços higiênicos públicos e na sinalização, bem como os terminais de passageiros, alojamentos turísticos, restaurantes, museus e outros edifícios de interesse turístico, excursões, instalações para congressos e feiras e rodovias.
1993	Resolução 48/96 adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 1993, Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência	Aprova 22 regras nas quais aponta áreas importantes para a qualidade de vida e para a realização da plena participação e igualdade, sendo as regras instrumentos de orientação política e de atuação para as pessoas com deficiências, objetivando garantir que estas exerçam os mesmos direitos e deveres que os demais cidadãos. Aponta os conceitos de incapacidade e desvantagem, bem como estabelece que "as autoridades na área do turismo, agências de viagens, hotéis, organizações de voluntários e outras entidades que participem na organização de atividades recreativas ou que proporcionem oportunidades de viagens turísticas, devem oferecer os seus serviços a todas as pessoas, tendo em conta as necessidades especiais daquelas que padecem de alguma deficiência".
1999	Resolução 3826/99 adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 06 de junho de 1999, Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência	Objetiva a prevenção e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e sua integração à sociedade. Define os termos deficiência, discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
1999	Resolução nº406 da 13ª Assembleia-Geral da OMT em Santiago do Chile Código de Ética para o Turismo	Com o objetivo de sintetizar outros documentos já publicados e indicando orientações sobre novos temas decorrentes da evolução da sociedade, no artigo 2º, item 2, prevê o respeito a igualdade entre homens e mulheres pelas atividades turísticas, a promoção dos direitos humanos, principalmente dos grupos mais vulneráveis, principalmente das crianças, dos idosos e pessoas com deficiência, das minorias étnicas e populações autóctones. E no artigo 7º, item 4, prega a facilitação do turismo das famílias, dos jovens e estudantes, dos idosos e das pessoas com deficiência.
1999	3ª Conferência Internacional sobre Turismo para Idosos "Turismo de Pessoas de Idade: Ponte entre o passado e o futuro" Carta de Lisboa sobre o Turismo de Pessoas de Idade	Expõe sobre o envelhecimento da população com a previsão das Nações Unidas de que até 2025 a população com mais de 60 anos de idade chegará ao montante de 1.10 milhões. Por isso, o parágrafo 7º recomenda: atenção especial ao desenho universal a ser contemplado nos novos equipamentos turísticos e nos já existentes; mobiliário ergonômico; a eliminação de barreias nos espaços públicos; sinalização adequada e iluminação suficiente.
2005	Resolução nº 492 da 16ª Assembleia-Geral da OMT em Dakar Para um Turismo Acessível para Todos	Esta resolução atualiza a recomendação contida na Resolução nº284 da 9ª Assembleia-Geral da OMT ocorrida em Buenos Aires "Para um Turismo Acessível aos Deficientes nos anos 90". Contempla os mesmo requisitos, porém no texto percebe-se: a utilização de novas nomenclaturas; a evolução tecnológica, da arquitetura e das necessidades das pessoas com deficiência como a acessibilidade na Web e o uso do desenho universal. Essa recomendação abrange também as pessoas com mobilidade reduzida.
	Resolução 61 adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, assinada	Reafirma os direitos humanos e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e seu direito de exercê-los plenamente e sem

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
2006	em 30 de março de 2007, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	qualquer tipo de discriminação. Relaciona os princípios da Declaração e as ações necessárias para garantir os direitos enumerados e reconhecidos, inclusive o acesso aos serviços turísticos.
2009	Resolução nº 578 da 18ª Assembleia-Geral da OMT em Astana, Declaração sobre a Facilitação dos Deslocamentos Turísticos	Conjunto de recomendações para os Estados Membros da OMT e para os agentes de turismo a fim de adotarem medidas para facilitar as viagens turísticas, especialmente em relação às informações aos turistas, às concessões de vistos, o turismo por pessoa com deficiência e as restrições de viagens pelas pessoas afetadas pelo vírus de HIV. Os estímulos para o crescimento do turismo realizado por pessoas com deficiência são fundamentais para o desenvolvimento do Turismo Responsável.
2013	Resolução nº 637 da 20ª Assembleia-Geral da OMT em Cataratas Victoria, Recomendações da OMT para um Turismo Acessível para Todos	Revisão das recomendações da OMT "Para um Turismo Acessível para Todos" de 2005. Chama a atenção para o envelhecimento da população e com isso, o aumento do número de pessoas que são beneficiadas pelo turismo acessível. Conceitua, de acordo com a Convenção sobre Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, os termos deficiência, pessoas com deficiência, turismo acessível para todos, discriminação por motivos de deficiência, ajustes razoáveis e desenho universal. Dispõe sobre os componentes da cadeia turística (Gestão de destinos turísticos, informação e publicidade turística, ambientes urbanos e arquitetônicos, meios de transportes e terminais de passageiros, hotéis, restaurantes e congresso, atividades culturais e outras atividades e eventos turísticos) e as medidas para que estas garantam a acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Ressalta a importância da formação adequada para os profissionais de turismo e em seu anexo lista os 7 princípios do desenho universal.

Ano	Atos Internacionais	Ementas/Direitos
2014	1ª Conferência da OMT sobre Turismo Acessível na Europa Declaração de San Marino Turismo Acessível	Apelo a todas as partes interessadas para: conscientizar e promover formação específica para eliminar as barreiras, em virtude das atitudes dos profissionais de turismo; observância dos princípios de desenho universal na infraestrutura, produtos e serviços turísticos; acelerar o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias a fim de obter informações sobre os serviços turísticos; incorporar a acessibilidade universal em todos os componentes da cadeia turística, etc.
2015	Resolução nº 669 da 21ª Assembleia-Geral da OMT em Medellín, Recomendações da OMT sobre a Acessibilidade da Informação Turística	O objetivo dessas recomendações é disseminar entre os órgãos de turismo, as empresas de viagens e turismo e as organizações responsáveis pela gestão de destinos turísticos os princípios do desenho universal e de técnicas voltadas para a acessibilidade das informações turísticas para que estejam disponíveis para todos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

APÊNDICE C: EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REFERENTE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Quadro C1: Evolução da Legislação Brasileira

Ano	Normas	Ementas
1962	Lei nº 4.169	Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.
1985	Lei nº 7.405	Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
1989	Lei nº 7.853	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
1991	Lei nº 8.160	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
1994	Lei nº 8.899	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
1999	ABNT NBR 14273	Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial.
1999	Decreto nº 3.298	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
2000	Lei nº 10.048	Que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
2000	Decreto nº 3.691	Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
2000	Lei nº 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2002	Lei nº 10.436	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
2003	Instrução Normativa IPHAN nº 1	Dispõe sobre a acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis (Museus) acautelados a nível federal, e outras categorias, conforme especifica.

Ano	Normas	Ementas
2004	Decreto nº 5.296	Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
2005	Lei nº 11.126	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
2005	ABNT NBR 15285	Turismo de Aventura - Condutores – Competência de pessoal,
2005	Decreto nº 5.626	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
2005	Decreto nº 5.626	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
2006	Decreto nº 5.904	Regulamenta a Lei nº 11.126/2005, trazendo outras disposições sobre o ingresso e permanência do cão-guia em ambientes especificados no Decreto. Veda a cobrança de tarifas ou acréscimo de valores decorrente da presença do cão-guia nos ambientes previstos pela norma e dispõe sobre os requisitos para identificação do cão-guia e da comprovação de treinamento de usuários. A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, é a responsável pelo exame de avaliação de capacidade técnica dos treinadores e instrutores de cão-guia, relacionando neste Decreto algumas regras para tanto.
2008	ABNT NBR 15599	Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços.
2009	Decreto nº 6.949	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
2010	Lei nº 12.319	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.
2011	Decreto nº 7.612	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.
2012	Lei nº 12.587	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, revoga dispositivos dos Decretos-Lei nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e nº 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Ano	Normas	Ementas
2013	Resolução ANAC nº 280	Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências.
2015	Lei nº 13.146	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
2015	ABNT NBR 9050	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
2018	Decreto nº 9.296	Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PROPOSTA DE ENSINO DE TURISMO ACESSÍVEL - AVALIAÇÃO INICIAL

Nome: _____

Idade: _____

1. Você já ouviu falar sobre o tema Turismo Acessível?

SIM NÃO

2. Possui na família ou tem algum amigo com deficiência?

SIM. Qual deficiência? NÃO

3. Qual sua cidade de residência?

4. Na sua opinião, sua cidade é acessível para turistas com deficiência?

SIM NÃO

5. Em algum momento, já observou alguma dificuldade de acesso para o turista?

SIM NÃO

6. Conhece alguma legislação que trate dos direitos das pessoas com deficiência?

SIM. Qual? NÃO

7. Na sua opinião, quais ações poderiam facilitar o acesso do turista com deficiência a uma cidade turística?

8. Do seu ponto de vista, seria importante tratar o tema Turismo Acessível no curso técnico de Guia de Turismo, tendo em vista sua prática profissional no futuro?

SIM NÃO

9. Gostaria de conhecer mais sobre esse tema?

SIM NÃO

**APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA
PROPOSTA DE ENSINO DE TURISMO ACESSÍVEL - AVALIAÇÃO FINAL**

Prezado(a) estudante,

Agradecemos muito a sua participação na pesquisa e contribuições durante a proposta de ensino. Pedimos o favor de responder as questões abaixo¹⁵.

Pesquisadora Claudia Suzana Correia Lima Fialho

Nome: _____

Turma: _____

1. O município X quer se tornar referência na prática da acessibilidade em sua região e para isso um vereador propôs uma lei que regulamenta que hotéis e pousadas adaptem suas calçadas, com sinalização tátil direcional e de alerta, a fim de facilitar a locomoção das pessoas com deficiência, conforme dispõe a ABNT NBR 9050:2015. Qual o objetivo da lei ao regulamentar a adaptação da calçada com sinalização tátil direcional e de alerta? Qual o conceito está relacionado?

2. O hotel Y, preocupado em melhorar sua prestação de serviços aos seus clientes, reformou suas instalações e agora dispõe de quartos adaptados, banheiros amplos, elevador, rampas, corredores mais largos que garantam o conforto dos hóspedes. Também contratou funcionários que sabem se comunicar em Libras e passou a oferecer o recurso de audiodescrição dos ambientes do hotel para as pessoas com deficiência visual. Nesse contexto, explique qual o conceito estudado que o hotel passou a oferecer? Quais as deficiências que estas mudanças beneficiam?

¹⁵ Questionário adaptado a partir de Fagundes (2015).

3. O gerente desse mesmo hotel quando se reuniu com o arquiteto responsável pela reforma fez a exigência de que as mudanças nos ambientes deveriam atender as necessidades de todas as pessoas que se hospedassem ali. Qual o conceito estudado que se associa a essa exigência do hotel? Quais os princípios estudados podem ser usados para atender esse pedido?

4. O que você entende por turismo acessível?

5. As atividades desenvolvidas ajudaram no aprendizado dos conceitos e das normas sobre acessibilidade e legislação referente às pessoas com deficiência?

- Concordo totalmente
 Concordo parcialmente
 Indiferente
 Discordo

Justificativa:

6. Ao comparar as metodologias de ensino tradicional e da problematização, para você a Aprendizagem Baseada em Problemas:

- Facilitou a aprendizagem
- Não percebeu diferença entre uma e outra
- Dificultou sua aprendizagem

Justificativa:

7. As atividades desenvolvidas da Aprendizagem Baseada em Problema aumentaram meu interesse pelo assunto estudado?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo

Justificativa:

8. O tempo utilizado na aplicação das atividades foi adequado?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo

9. O Guia de Estudos ajudou a compreender a metodologia e a sequência de atividades realizadas em sala de aula?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente

Discordo

Justificativa:

10. O que poderia ser melhorado tanto nas aulas como no Guia de Estudos?

11. Você gostaria que a análise das legislações voltadas para o Turismo Acessível fizesse parte da disciplina de Legislação Aplicável ao Turismo?

Sim

Não

Justificativa:

12. Hoje você se considera mais preparado para auxiliar as pessoas com deficiência e mais disposto(a) a ajudá-los no enfrentamento de suas dificuldades?

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Indiferente

Discordo

Justificativa:

APÊNDICE D: QUESTIONÁRIO SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL TURISMO ACESSÍVEL: GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA PROFESSORES



QUESTIONÁRIO SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL TURISMO ACESSÍVEL: GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA PROFESSORES

Prezado Professor Colaborador

PEDIMOS 5 MINUTOS DE SUA ATENÇÃO. ESTE FORMULÁRIO TEM FINS UNICAMENTE ACADÊMICOS, PARA AVALIAR O DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL TURISMO ACESSÍVEL: GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA PROFESSORES. SUA PARTICIPAÇÃO É IMPORTANTE E AGRADEÇO ANTECIPADAMENTE SUAS RESPOSTAS E COLABORAÇÃO.

Salientamos que o questionário é confidencial e, portanto, não serão divulgados quaisquer dados que identifiquem o empreendimento.

As informações recolhidas serão utilizadas unicamente para investigação acadêmica e ressaltamos que a sua contribuição é fundamental para o resultado da mesma.

Qualquer dúvida sobre a pesquisa você poderá entrar em contato com a pesquisadora Claudia Suzana (<http://lattes.cnpq.br/1283874077494653>) pelo e-mail suzana.lima@ifal.edu.br ou com o Professor Eduardo (<http://lattes.cnpq.br/3464358663007696>) no e-mail eduardo.moraes@ifal.edu.br

*Obrigatório

O formato das aulas e a metodologia utilizada no produto educacional favoreceu a aprendizagem dos alunos? *

Sua resposta

A quantidade de aulas e o tempo foi suficiente para trabalhar o tema proposto? *

Sua resposta



O que poderia ser melhorado na intervenção pedagógica e no produto educacional? *

Sua resposta

Página 1 de 1

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. [Denunciar abuso](#)

Google Formulários



APÊNDICE E: QUESTIONÁRIO SOBRE ACESSIBILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS DE MACEIÓ E MARECHAL DEODORO

QUESTIONÁRIO SOBRE ACESSIBILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS DE MACEIÓ E MARECHAL DEODORO

Prezado (a) Diretor (a) do Empreendimento Hoteleiro

PEDIMOS 5 MINUTOS DE SUA ATENÇÃO. ESTE FORMULÁRIO TEM FINS UNICAMENTE ACADÊMICOS, PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DO TURISMO EM ALAGOAS. SUA PARTICIPAÇÃO É IMPORTANTE E AGRADEÇO ANTECIPADAMENTE SUAS RESPOSTAS E COLABORAÇÃO.

Está em andamento no INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), a pesquisa de mestrado sobre Guias Didáticos para o Ensino de Turismo Acessível desenvolvida pela pesquisadora Cláudia Suzana Correia Lima Fialho, sob orientação do Professor Doutor Eduardo Cardoso Moraes.

Uma parte do trabalho consiste em analisar as condições de acessibilidade dos empreendimentos hoteleiros e espaços museológicos para os turistas com deficiência e com mobilidade reduzida nas cidades de Maceió e Marechal Deodoro.

Os resultados dos questionários subsidiarão a sugestão de inclusão do tema no conteúdo programático dos cursos de Turismo e Hospitalidade do IFAL.

Salientamos que o questionário é confidencial e, portanto, não serão divulgados quaisquer dados que identifiquem o empreendimento.

As informações recolhidas serão utilizadas unicamente para investigação acadêmica e ressaltamos que a sua contribuição é fundamental para o resultado da mesma.

Qualquer dúvida sobre a pesquisa você poderá entrar em contato com a pesquisadora Cláudia Suzana (<http://lattes.cnpq.br/1283874077494653>) pelo e-mail suzana.lima@ifal.edu.br ou com o Professor Eduardo (<http://lattes.cnpq.br/3464358663007696>) no e-mail eduardo.moraes@ifal.edu.br

***Obrigatório**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

<https://drive.google.com/file/d/1XJBhaco1HYJmJC4iaTM3mP51QI9TtZom/view?usp=sharing>

1. O estabelecimento ciente de tudo o que foi informado ao(à) meu(minha) preposto(a) sobre a participação no mencionado estudo, e dos direitos, das responsabilidades, dos riscos e benefícios que a participação implica, concorda em participar: *

Marcar apenas uma oval.

Sim e para isso DÁ O CONSENTIMENTO SEM QUE TENHA SIDO FORÇADO(A) OU OBRIGADO(A).

Não

2. Por favor, indique o nome do empreendimento hoteleiro: *

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE: Na divulgação de dados, não será feita qualquer referência que permita a identificação do empreendimento hoteleiro (Esta questão destina-se somente ao controle das respostas).

1. Informação básica sobre o empreendimento hoteleiro

3. 1.1 Classificação do empreendimento hoteleiro (Por favor, selecione uma das seguintes opções) *

Marcar apenas uma oval.

- 5 estrelas
- 4 estrelas
- 3 estrelas
- 2 estrelas
- 1 estrela
- Não Aplicável

4. 1.2 Número total de quartos do empreendimento hoteleiro: (Por favor, utilize apenas algarismos) *

5. 1.3 Há quantos anos entrou em funcionamento o empreendimento hoteleiro? (Por favor, utilize apenas algarismos) *

6. 1.4 O empreendimento dispõe de acessibilidade para clientes com limitação/deficiência? (Se responder "sim", por favor, prossiga para a questão 2.1) *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. 1.5 Por qual motivo o empreendimento hoteleiro não dispõe de acessibilidade para pessoas com deficiência/limitações? (Por favor, selecione a opção que mais se adequa à situação)

Marcar apenas uma oval.

- A procura deste segmento de clientes não justifica a despesa associada às obras de readaptação
- As obras de readaptação são estruturalmente muito complicadas
- As obras de readaptação afetam sensivelmente a preservação do patrimônio histórico-cultural dos edifícios
- As obras de readaptação tem sido adiadas, pois há outros investimentos prioritários
- O edifício é alugado/concessionado e o proprietário ainda não fez obras de readaptação
- As obras de readaptação requerem meios econômicos-financeiros demasiado elevados ou indisponíveis
- Outro: _____

2. Questões sobre acessibilidade no empreendimento hoteleiro

Por favor, assinale facilidades de acessibilidade disponíveis no empreendimento:

8. 2.1 Facilidades disponíveis para clientes com deficiência e mobilidade reduzida (idosos, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e obesos) (Assinale todas as facilidades que estiverem disponíveis no empreendimento hoteleiro): *

Marque todas que se aplicam.

- Estacionamento com lugares reservados a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida
- Banheiros adaptados nas áreas comuns
- Balcão de atendimento rebaixado
- Todas as portas tem larguras igual ou superior a 80 cm (com puxadores a uma altura acessível a pessoa em cadeira de rodas)
- Todos os espaços e percursos possibilitam a passagem e manobra (rotação 360°) de uma cadeira de rodas
- Inexistentes
- Outra:

9. 2.2 Quais acessos a pisos e desníveis (incluindo espaços interiores e exteriores) se encontram assegurados por rampas, elevadores ou plataformas elevatórias? *

Marcar apenas uma oval.

- nenhuns
- Poucos
- Parcialmente
- A maioria
- Todos

10. 2.3 Facilidades disponíveis para clientes com deficiência visual/baixa visão: (Assinale todas as facilidades que estiverem disponíveis no empreendimento hoteleiro) *

Marque todas que se aplicam.

- Informação geral sobre os serviços disponíveis em formatos alternativos: áudio, Braille ou versão ampliada
- Sinalização tátil: em Braille ou alto-relevo (ex: botões de elevador, nº de porta de quarto, mapas táteis do empreendimento)
- Sistemas de audiodescrição e avisos sonoros (ex: indicação do andar onde se encontra o elevador)
- Percursos táteis acessíveis (com contraste tátil e cromático no chão, que serve de linha guia)
- Inexistentes
- Outro: _____

11. 2.4 Um cliente com deficiência visual pode ser acompanhado pelo seu cão-guia em TODAS as áreas e serviços destinados aos clientes? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

12. 2.5 Facilidades disponíveis para clientes com deficiência auditiva: (Assinale todas as facilidades que estiverem disponíveis no empreendimento hoteleiro) *

Marque todas que se aplicam.

- Informação geral sobre os serviços, disponível em formatos alternativos: gravações de vídeo com intérprete em Libras ou textos em linguagem fácil
- Sinalização com imagens ou painéis informativos
- Sistema de amplificação sonora (ex: anel de indução magnética para auditórios e salas de eventos)
- Telefones adaptados (com função escrita e/ou câmara)
- Dispositivos que convertem sinais sonoros em sinais luminosos (ex: adaptados aos telefones e alarmes de emergência)
- Inexistentes
- Outro: _____

13. 2.6 Relativamente a informações e atendimento, por favor assinale as opções que se encontram disponíveis: *

Marque todas que se aplicam.

- Website com informações detalhadas sobre as condições de acessibilidade do empreendimento
- Website com protocolo de acessibilidade W3C Brasil
- Prestação de informações sobre acessibilidade de lugares turísticos e de lazer, nos arredores do empreendimento
- Colaboradores preparados para atendimento a pessoas com deficiência
- Contatos de fornecedores para aluguel de produtos de apoio ou intérpretes de Libras (caso seja necessário)
- Inexistentes
- Outro: _____

2.7 As facilidades de acessibilidade do empreendimento hoteleiro:

(Por favor, assinale a sua resposta para cada uma das seguintes afirmações)

14. 2.7.1 Estão disponíveis de forma permanente? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não Aplicável

15. 2.7.2 Encontram-se integradas no circuito de funcionamento normal? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não Aplicável

16. 2.7.3 Podem ser utilizadas com autonomia (sem qualquer assistência)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não Aplicável

17. 2.8 Assinale com que frequência o empreendimento hoteleiro recebe clientes com algum grau de limitação: *

Marcar apenas uma oval.

- Nada frequente
 Pouco frequente
 Frequência intermediária
 Frequente
 Muito frequente

18. 2.9 O empreendimento hoteleiro tem alguma estratégia específica para captar este segmento de clientes? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

19. 2.10 Considerando os hóspedes com deficiência recebidos no empreendimento, indique, por favor, qual o mercado emissor predominante: *

Marcar apenas uma oval.

- Mercado interno
 Mercado externo
 Não aplicável

20. 2.11 Qual a facilidade de atendimento de visitantes com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito difícil
 Difícil
 Nem fácil nem difícil
 Fácil
 Muito fácil

21. 2.12 Considera necessário ter colaboradores com formação específica para atendimento dos turistas com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada necessário
 Pouco necessário
 Necessidade intermediária
 Muito necessário
 Extremamente necessário

22. 2.13 O quadro de pessoal do empreendimento hoteleiro tem funcionários com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

23. 2.14 Considera que o investimento efetuado na acessibilidade do empreendimento proporciona retorno financeiro? *

Marcar apenas uma oval.

- Não aplicável
- Nenhum retorno
- Pouco retorno
- Retorno intermediário
- Retorno satisfatório
- Retorno excelente

3. Questões gerais sobre Turismo Acessível

24. 3.1 Na sua opinião, qual das seguintes frases caracteriza melhor o mercado composto por visitantes com deficiência? (Por favor, escolha apenas uma das seguintes opções) *

Marcar apenas uma oval.

- Mercado com representatividade significativa
- Mercado em crescimento
- Nicho de mercado
- Mercado residual

25. 3.2 Uma certificação/selo que distinga os empreendimentos hoteleiros pelas suas condições de acessibilidade e boas práticas inclusivas para a competitividade dos mesmos, para você, é: *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Relevância intermediária
- Relevante
- Muito relevante

4. Desenvolvimento do Turismo Acessível em Maceió/Marechal Deodoro

26. 4.1 Na sua opinião, a captação de clientes com deficiência é importante para o desenvolvimento turístico de Maceió/Marechal Deodoro? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada importante
- Pouco importante
- Importância intermediária
- Importante
- Muito importante

27. 4.2 Considera Maceió/Marechal Deodoro destinos turísticos acessíveis a pessoas com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada acessível
- Pouco acessível
- Acessibilidade intermediária
- Acessível
- Muito acessível

28. Se desejar deixar algum comentário ou disponibilizar alguma informação adicional, por favor utilize este espaço:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE F: QUESTIONÁRIO SOBRE ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS CULTURAIS DE MACEIÓ E MARECHAL DEODORO

QUESTIONÁRIO SOBRE ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS CULTURAIS DE MACEIÓ E MARECHAL DEODORO

Prezado (a) Diretor (a) do Espaço Cultural,

PEDIMOS 5 MINUTOS DE SUA ATENÇÃO. ESTE FORMULÁRIO TEM FINS UNICAMENTE ACADÊMICOS, PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DO TURISMO EM ALAGOAS. SUA PARTICIPAÇÃO É IMPORTANTE E AGRADEÇO ANTECIPADAMENTE SUAS RESPOSTAS E COLABORAÇÃO.

Está em andamento no INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - IFAL, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), a pesquisa de mestrado sobre Guias Didáticos para o Ensino de Turismo Acessível desenvolvida pela pesquisadora Claudia Suzana Correia Lima Fialho, sob orientação do Professor Doutor Eduardo Cardoso Moraes.

Uma parte do trabalho consiste em analisar as condições de acessibilidade dos espaços museológicos e empreendimentos hoteleiros para os turistas com deficiência e com mobilidade reduzida nas cidades de Maceió e Marechal Deodoro.

Os resultados dos questionários subsidiarão a sugestão de inclusão do tema no conteúdo programático dos cursos de Turismo e Hospitalidade do IFAL.

Salientamos que o questionário é confidencial e, portanto, não serão divulgados quaisquer dados que identifiquem o empreendimento ou o espaço cultural.

As informações recolhidas serão utilizadas unicamente para investigação acadêmica e ressaltamos que a sua contribuição é fundamental para o resultado da mesma.

Qualquer dúvida sobre a pesquisa você poderá entrar em contato com a pesquisadora Claudia Suzana (<http://lattes.cnpq.br/1283874077494653>) pelo e-mail suzana.lima@ifal.edu.br ou com o orientador Professor Eduardo (<http://lattes.cnpq.br/3464358663007696>) no e-mail eduardo.moraes@ifal.edu.br

*Obrigatório

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

<https://drive.google.com/file/d/1XJBhao01HYJmJC4iaTM3mP51QI9TtZom/view?usp=sharing>

1. O estabelecimento ciente de tudo o que foi informado ao(à) meu(minha) preposto(a) sobre a participação no mencionado estudo, e dos direitos, das responsabilidades, dos riscos e benefícios que a participação implica, concorda em participar: *

Marcar apenas uma oval.

Sim e para isso DÁ O CONSENTIMENTO SEM QUE TENHA SIDO FORÇADO(A) OU OBRIGADO(A).

Não

2. Por favor, indique o nome do espaço cultural: *

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE: Na divulgação de dados, não será feita qualquer referência que permita a identificação do espaço cultural (Esta questão destina-se somente ao controle das respostas).

1. Informação sobre o recurso cultural

3. 1.1 Há quantos anos entrou em funcionamento o espaço cultural? (Por favor, utilize apenas algarismos) *

4. 1.2 O espaço cultural dispõe de acessibilidade para visitantes com limitação/deficiência? (Se responder "sim", por favor, prossiga para a questão 2.1) *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

5. 1.3 Por qual motivo o espaço cultural não dispõe de acessibilidade para pessoas com deficiência/limitações? (Por favor, selecione a opção que mais se adequa à situação)

Marcar apenas uma oval.

A procura deste segmento de visitantes não justifica a despesa associada às obras de readaptação

As obras de readaptação são estruturalmente muito complicadas

As obras de readaptação afetam sensivelmente a preservação do patrimônio histórico-cultural dos edifícios

As obras de readaptação tem sido adiadas, pois há outros investimentos prioritários

O edifício é alugado/concessionado e o proprietário ainda não fez obras de readaptação

As obras de readaptação requerem meios econômico-financeiros demasiado elevados ou indisponíveis

Outro: _____

2. Questões sobre acessibilidade no espaço cultural

Por favor, assinale facilidades de acessibilidade disponíveis no espaço cultural:

6. 2.1 Facilidades disponíveis para visitantes com mobilidade reduzida (idosos, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e obesos): (Assinale todas as facilidades que estiverem disponíveis no espaço cultural) *

Marque todas que se aplicam.

- Estacionamento com lugares reservados a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida
- Banheiros adaptados nas áreas comuns
- Balcão de atendimento rebaixado
- Todas as portas tem larguras igual ou superior a 80 cm
- Todos os espaços e percursos possibilitam a passagem e manobra (rotação 360°) de uma cadeira de rodas
- Inexistentes
- Outra:

7. 2.2 Quais acessos a pisos e desníveis (incluindo espaços interiores e exteriores) se encontram assegurados por rampas, elevadores ou plataformas elevatórias? *

Marcar apenas uma oval.

- nenhuns
- Poucos
- Parcialmente
- A maioria
- Todos

8. 2.3 Facilidades disponíveis para visitantes com deficiência visual/baixa visão: (Assinale todas as facilidades que estiverem disponíveis no espaço cultural) *

Marque todas que se aplicam.

- Informação geral sobre o espaço cultural, serviços e acervo, em formatos alternativos: áudio, Braille ou versão ampliada
- Sinalização tátil: em Braille ou alto-relevo (ex: botões de elevador e mapas táteis)
- Sistemas de audiodescrição e avisos sonoros
- Percursos táteis acessíveis (com contraste tátil e cromático no chão, que serve de guia)
- Acesso tátil do acervo: possibilidade de tocar algumas peças (originais ou réplicas e representação de imagens em relevo)
- Inexistentes
- Outro: _____

9. 2.4 Um visitante com deficiência visual pode ser acompanhado pelo seu cão-guia em TODAS as áreas e serviços destinados aos visitantes? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10. 2.5 Facilidades disponíveis para visitantes com deficiência auditiva: (Assinale todas as facilidades que estiverem disponíveis no espaço cultural) *

Marque todas que se aplicam.

- Informação geral sobre os serviços e acervo, disponível em formatos alternativos: gravações de vídeo com intérprete em Libras ou textos em linguagem fácil
- Sinalização com imagens ou painéis informativos
- Sistema de amplificação sonora (ex: anel de indução magnética para auditórios e salas)
- Visitas guiadas acompanhadas com intérprete em Libras
- Inexistentes
- Outro: _____

11. 2.6 Relativamente a informações e atendimento, por favor assinale as opções que se encontram disponíveis: *

Marque todas que se aplicam.

- Website com informações detalhadas sobre as condições de acessibilidade do espaço cultural
- Website com protocolo de acessibilidade W3C Brasil
- Colaboradores preparados para atendimento a pessoas com deficiência
- Inexistentes

Outro: _____

2.7 As condições de acessibilidade do espaço cultural:

(Por favor, assinale a sua resposta para cada uma das seguintes afirmações)

12. 2.7.1 Estão disponíveis de forma permanente? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não Aplicável

13. 2.7.2 Encontram-se integradas no circuito de funcionamento normal? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não Aplicável

14. 2.7.3 Podem ser utilizadas com autonomia (sem qualquer assistência)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não Aplicável

15. 2.8 O espaço cultural tem alguma estratégia específica para captar este segmento de visitantes? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

16. 2.9 Qual a facilidade de atendimento de visitantes com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito difícil
 Difícil
 Nem fácil nem difícil
 Fácil
 Muito fácil

17. 2.10 Considera necessário ter colaboradores com formação específica para atendimento dos turistas com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada necessário
 Pouco necessário
 Necessidade intermediária
 Muito necessário
 Extremamente necessário

18. 2.11 O quadro de pessoal do espaço cultural tem funcionários com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

19. 3.1 Na sua opinião, qual das seguintes frases caracteriza melhor o mercado composto por visitantes com deficiência? (Por favor, escolha apenas uma das seguintes opções) *

Marcar apenas uma oval.

- Mercado com representatividade significativa
- Mercado em crescimento
- Nicho de mercado
- Mercado residual

20. 3.2 Uma certificação/selo que distinga os espaços culturais pelas suas condições de acessibilidade e boas práticas inclusivas para a competitividade dos mesmos, para você, é: *

Marcar apenas uma oval.

- Nada relevante
- Pouco relevante
- Relevância intermediária
- Relevante
- Muito relevante

4. Desenvolvimento do Turismo Acessível em Maceió/Marechal Deodoro

21. 4.1 Na sua opinião, a captação de visitantes com deficiência é importante para o desenvolvimento turístico de Maceió/Marechal Deodoro? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada importante
- Pouco importante
- Importância intermediária
- Importante
- Muito importante

22. 4.2 O que pensa sobre a criação de rotas acessíveis de turismo cultural em Maceió/Marechal Deodoro? *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo plenamente
- Discordo em parte
- Indiferente
- Concordo em parte
- Concordo plenamente

23. 4.3 Considera Maceió/Marechal Deodoro destinos turísticos acessíveis a pessoas com deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Nada acessível
- Pouco acessível
- Acessibilidade intermediária
- Acessível
- Muito acessível

24. Se desejar deixar algum comentário ou disponibilizar alguma informação adicional, por favor utilize este espaço:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE G: PARECER CONSUBSTANCIADO DA PLATAFORMA BRASIL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROPOSTA DE ENSINO DE TURISMO ACESSÍVEL NO CURSO DE GUIA DE TURISMO DO CAMPUS MARECHAL DEODORO/AL

Pesquisador: CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 15971919.7.0000.5641

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.539.446

Apresentação do Projeto:

Descrição dada em parecer anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Descrição dada em parecer anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora atendeu todas as demandas relativas aos ajustes nos riscos e benefícios enviadas em parecer anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa positiva para o campo do Turismo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos devidamente apresentados e orientados em seus ajustes por meio da Carta ao Parecerista.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomendo a aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acata o parecer da relatoria e aprova o protocolo de pesquisa.

Endereço: Av. Gustavo Paiva, 5017, Sala 2/ Bloco A
Bairro: Campus Amélia Uchôa **CEP:** 57.038-000
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3311-3113 **E-mail:** cep@al.unit.br



Continuação do Parecer: 3.539.446

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1343886.pdf	19/07/2019 09:12:23		Aceito
Outros	ATENDIMENTO_DE_PENDENCIAS_D E_PARECER_CONSUBSTANCIADO.pdf	19/07/2019 09:02:24	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_TURISMO_ACESSIVEL_MODALIDADE_MODIFICADO.pdf	19/07/2019 09:01:56	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DE_CUMPRIMENTO_DE_NORMAS_7.pdf	18/07/2019 22:01:38	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_6_ALUNOS_MAIORES.pdf	17/07/2019 22:58:20	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_5_ALUNOS_MENORES_MODALIDADE_MODIFICADO.pdf	17/07/2019 22:58:00	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_4_HOTEIS_E_MUSEUS_MODALIDADE_MODIFICADO.pdf	17/07/2019 22:57:44	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_3_PROFESSOR_MODALIDADE_MODIFICADO.pdf	17/07/2019 22:56:44	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2_PAIS_MODALIDADE_MODIFICADO.pdf	17/07/2019 22:55:22	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Outros	APENDICE_E_QUESTIONARIO_AVALIACAO_FINAL.pdf	25/05/2019 11:43:34	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Outros	APENDICE_D_QUESTIONARIO_HOTEIS.pdf	25/05/2019 11:43:12	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Outros	APENDICE_C_QUESTIONARIO_MUSEUS.pdf	25/05/2019 11:42:56	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Outros	APENDICE_B_TEXTO_ESCLARECIMENTO_HOTEIS_MUSEUS.pdf	25/05/2019 11:42:33	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Outros	APENDICE_A_AVALIACAO_INICIAL.pdf	25/05/2019 11:42:02	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito

Endereço: Av. Gustavo Paiva, 5017, Sala 2/ Bloco A

Bairro: Campus Amélia Uchôa

CEP: 57.038-000

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3311-3113

E-mail: cep@al.unit.br



Continuação do Parecer: 3.539.446

Outros	APENDICE_A_AVALIACAO_INICIAL.pdf	25/05/2019 11:42:02	FIALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_5_ALUNOS_MENORES.pdf	25/05/2019 11:35:08	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_4_HOTEIS_E_MUSEUS.pdf	25/05/2019 11:34:54	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_TURISMO_ACESSIVEL_Plataforma_Brasil.pdf	25/05/2019 11:33:12	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_3_PROFESSOR.pdf	25/05/2019 11:30:29	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_2_PAIS_E_ALUNOS_MAIORES.pdf	25/05/2019 11:30:18	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Anuencia.pdf	25/05/2019 11:29:51	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Plataforma_Brasil_Assinada.pdf	24/05/2019 23:13:45	CLAUDIA SUZANA CORREIA LIMA FIALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 28 de Agosto de 2019

Assinado por:
Cesário da Silva Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gustavo Paiva, 5017, Sala 2/ Bloco A
Bairro: Campus Amélia Uchôa **CEP:** 57.038-000
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3311-3113 **E-mail:** cep@al.unit.br